



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO**

**MARÍLLIA GABRIELLA TORRES DE ANDRADE**

**A PSICOLOGIA FORA DO ARMÁRIO: contribuições com as  
estratégias governamentais de promoção de direitos e enfrentamento  
à LGBTfobia em Pernambuco**

**Recife  
2019**

MARÍLLIA GABRIELLA TORRES DE ANDRADE

**A PSICOLOGIA FORA DO ARMÁRIO: contribuições com as estratégias governamentais de promoção de direitos e enfrentamento à LGBTfobia em Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Psicologia.

**Área de concentração:** Psicologia Social

**Orientador:** Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas

Recife

2019

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

A553p Andrade, Marília Gabriella Torres de.  
A Psicologia fora do armário : contribuições com as estratégias governamentais de promoção de direitos e enfrentamento à LGBTfobia em Pernambuco / Marília Gabriella Torres de Andrade. – 2019.  
117 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Benedito Medrado.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-graduação em Psicologia, Recife, 2019.  
Inclui referências, apêndices e anexo.

1. Psicologia. 2. Identidade de gênero. 3. Discriminação. 4. Direitos fundamentais. 5. Política pública. I. Medrado, Benedito (Orientador). II. Título

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-096)

MARÍLLIA GABRIELLA TORRES DE ANDRADE

**A PSICOLOGIA FORA DO ARMÁRIO: contribuições com as estratégias governamentais de promoção de direitos e enfrentamento à LGBTfobia em Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Psicologia.

Aprovada em: 27/02/2019

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas  
(Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho  
(Examinador Externo)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca  
(Examinador interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

À vovó Elielza (em memória), por me ensinar que é preciso botar a faca na cintura e fazer guerra no mundo.

## AGRADECIMENTOS

Sempre pensei no que escreveria quando chegasse nesse ponto. E eis que exatamente no dia de hoje, leio as notícias que o deputado LGBT Jean Wyllys deixa o país por estar sendo ameaçado de morte. Assim, começo agradecendo a todos e todas LGBT que fizeram de suas existências histórias vivas, que lutaram por políticas públicas inclusivas, democráticas, antiproibicionistas, antirracistas e anti-LGBTfóbicas, que construíram pontes, que foram sangue. Àqueles(as) que segue resistindo e quebrando estatísticas, quem consegue ser voz para quem não é ouvido, quem é verbo, força e coragem. Gratidão pela resistência!

À meus pais (meus binos), Nazilene e Eraldo, pelo investimento educacional, financeiro, de afeto e cuidado de uma vida toda. À mainha, por ter me ensinado sempre sobre independência, sobre liberdade e, mesmo que hoje ela não lembre, eu lembro. À painho, por me ensinar, principalmente, sobre paciência, sobre organização, sobre cuidado. Gratidão pelo amor!

À Cinthia (minha baby), por ser a irmã que eu preciso que seja, por segurar na minha mão e ser conforto nas horas de aperreio, pelas horas intermináveis ao telefone sendo a pessoa mais engraçada que existe e mais ainda, por ser meu porto seguro e estar onde eu não posso. Gratidão pelo cuidado!

À Alysson (meu pinceso), pelos oito anos de vida compartilhada, por ter me apresentado à dança e me mostrado “como o tango funciona”, por me dar asas e ser vento. Por cuidar de minhas ressacas e pelas inúmeras discussões tão necessárias. Pela paciência e ajuda nessa reta final. Gratidão pelo companheirismo!

À Marlla (minha Bebel), por ser mais que uma prima. Por ser ouvido, olhos, garganta, coração e fígado, quando os meus não dão mais conta dessa complexidade que é viver. Gratidão pela partilha!

À Fernanda Sattva, por ter me cooptado desde o primeiro dia de graduação e nunca ter mais ter me soltado. À Val, pela gemialidade e por me fazer entender que irmãs nunca estão longe, mesmo que fisicamente distantes. À Lucas, por ser o capricorniano mais necessário e me fazer te amar desde quando tu me apresentava “um amigo teu”. À Bruno Robson, por ter dado forma a ideias desconexas e ser a

melhor companhia pra descer até o chão. À Pagu, pelas conversas sem hora marcada. Gratidão por darem Peso à vida!!

Ao Verinha Fischer na Barra, no churrasco, no carnaval, na copa...Adelle, Edu, Carlinha, Inseto, Xuxu, Renata, Jata (dracarys), por sempre nos ajudarmos a segurar essas barras, descompensando e se cuidando. Gratidão pela transgressão!

Às Bixas da Pós, por nunca ter perdido a data da matrícula ou o prazo dos relatórios. Gratidão pela memória!

Às tantas equipes de trabalho que passaram por mim, em especial Jô, Sandra Mota, Sandrinha, Luiza, Madelaine, Jorginho, Rafa, Aldneide, Kleiton (o melhor do melhor motorista do mundo). Fizeram parte de minha trajetória e em muito ajudaram a construir e constituir a profissional que eu sou hoje. Gratidão pelo crescimento!

À Déa Galdino, João Neto, Nino e Tuchinho (minha querida e meus queridos), por estarem perto dando suporte quando eu danço balé, pelas inúmeras histórias confidenciais, pelos almoços, cervejas e idas aos engenhos e pelo aprendizado no fazer política(s). Gratidão pela construção!

À Jair, pela leveza, pela grandiosidade, pela parceria inseparável, mesmo que separados. Gratidão pela poesia!

À Pedro Paulo (meu eterno noivo mais lindo e fofo do mundo) e Ju Mazza (Amarelildes), pela estarem há quase 15 anos comigo mostrando que o amor não tem tempo, nem distância. Gratidão pela saudade!

Ao Fórum LGBT de Pernambuco, pela possibilidade de estar junto, pela luta, pela história, por me fazerem ver de perto a força dos movimentos sociais e a importância da organização coletiva. Gratidão pela coragem!

Ao Gema, pelo acolhimento e pelas horas de prazer. Em especial ao Grupo Diversidade, Daniel (demônio), Yuri, Tandan, Fernanda, Juliana Cunha, Mona, Carol Lins, Roberto, Larissa, Lorena (minha parceira e primeira orientanda), Naylla e Débora, pelo apoio tão fundamental para o desenho dessa dissertação, pelas inúmeras discussões e reflexões tão pertinentes. E ao Grupo HSP – Homens e Saúde Pública –, Jô (a bixa mais maravilhosa que você vai conhecer), Laís e Sidney, pelas

trocas, pelo aprendizado, por me ensinarem a sair da zona de conforto, por me abrirem ao novo. Gratidão pelas afetações!

À Anna de Cássia, Celestino e Diego Paz, por darem as melhores dicas de filmes, músicas e séries e falarem de assuntos que eu não entendo, porque acabo não acompanhando essas dicas. Gratidão pela dissidência!

À Patricia Caetano e Carol Barros, por serem chão.

A todos e todas interlocutores(as) que participaram dessa pesquisa, abrindo suas portas e vidas. Gratidão pela doação!

À Pedro Paulo Bicalho, pela disponibilidade desde a qualificação.

A Jorge Lyra, pelo cuidado e contribuições tão importantes nesses dois anos, por acreditar em meu trabalho e apostar nele para ajudar com o HSP.

A Benedito, pela parceria retomada depois de anos, por me revirar tantas vezes fosse possível, por ajudar a (des)ordenar as ideias e tentar coloca-las no eixo, pelas inquietações e por seguir defendendo que a ciência, e a vida, só podem dar certo pelo feminismo.

À FACEPE e à CAPES, pelo cofinanciamento dessa pesquisa.

*Nesse país tropical  
Está proibido o Carnaval  
Nesse país tropical*

*Tô no meio da rua, tô louca  
Tô no meio da rua sem roupa  
Tô no meio da rua com água na boca  
Vestida de rebeldia  
Provocando a fantasia*

*A mulherada comandando a batucada  
O trio elétrico cantava libertando a multidão  
Frevo fervendo no Galo da Madrugada  
Pernambuco não parava de fazer revolução  
Filhos de Gandhy, o afoxé na resistência  
O Caboclo era soldado  
No Brasil da Independência*

*No crocodilo  
Stonewall, estou aqui  
No carnaval beijando free  
Salvador é a nova Grécia*

*Quilombola, Tupinambá  
O corpo é meu, ninguém toca  
Vatapá, caruru  
Iemanjá lá no sul  
Vai de rosa ou vai de azul?*

*Abra a porta desse armário  
Que não tem censura pra me segurar  
Abra a porta desse armário  
Que alegria cura  
Venha me beijar*

*O samba ensina  
O samba vence a violência  
O samba é a escola de quem ama  
Esse país como ele é*

*Eu falei faraó e ninguém respondeu  
Quem come aqui sou eu, romeu  
Libera a libido  
Forró em Caruaru, é?  
Vai de rosa ou vai de azul?*

*(PROIBIDO, 2019)*

## RESUMO

O presente trabalho visa analisar de que modo a Psicologia tem sido acionada na formulação de políticas públicas voltadas a promoção dos direitos e enfrentamento à LGBTfobia em Pernambuco. Para tanto, define-se essa violência LGBTfóbica como construção sócio histórica, que inclui processos singulares e relacionais, mas também construções simbólicas complexas e ordenamentos públicos que resultam na discriminação e agressão às pessoas em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Nossa base teórico-metodológica se aporta no construcionismo social para o estudo das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Como procedimentos metodológicos, realizamos mapeamento da rede de atenção psicossocial, entrevistas semi-estruturadas com gestores/as de políticas e serviços voltados especificamente para população LGBT, sendo 02 em âmbito municipal (Recife) e 04 em âmbito estadual (Pernambuco) e levantamento dos documentos de domínio público disponíveis em sites ou portais dos serviços pesquisados. Através da análise dos repertórios interpretativos, observamos que os discursos apontam para a Psicologia como lugar de cuidado e acolhimento na atenção a população LGBT, sendo ela fundamental nas discussões e práticas que versem sobre a despatologização das identidades LGBT. Identificamos, ainda, que existe a real necessidade de incluir na formação curricular a pauta das políticas públicas, bem como qualificar permanentemente esses profissionais. Dessa forma, se garante uma atuação compromissada nos equipamentos de referência, que preze pelo diálogo entre as políticas públicas, pautando a importância da intersetorialidade para garantia de atendimento integral, centrado no compromisso ético da não reprodução de violência. O que podemos apreender é que, embora nesse campo esteja em contínua ascensão, a Psicologia se mostra muito mais acessória que peça chave, sendo apenas acessada quando para realizar intervenções diretas, do que para pensar nos pontos centrais das políticas públicas, a partir de sua grande possibilidade de contribuição na formulação, implantação e implementação de serviços/estratégias.

Palavras-chave: Psicologia. Políticas Públicas. LGBT. LGBTfobia.

## ABSTRACT

The present study aims to analyze how Psychology has been updated in the formulation of public policies aimed at the promotion of rights and coping with LGBT phobia in Pernambuco. To this end, this LGBT-phobic violence is defined as a socio-historical construction, which includes singular and relational processes, but also complex symbolic constructions and public regulations that result in discrimination and aggression against people based on their sexual orientation and/or gender identity. Our theoretical-methodological basis is grounded in social constructionism for the study of discursive practices and production of meanings in daily life. As methodological procedures, we carried out the mapping of the psychosocial care network, semi-structured interviews with policy managers and services held specifically for the LGBT population, being 02 in the municipal level (Recife) and 04 in the state level (Pernambuco), and public domain documents available on websites or portals of the services searched. Through the analysis of the interpretative repertoires, we observed that the discourses point to Psychology as a place of care and acceptance in the attention to the LGBT population, being fundamental in the discussions and practices that deal with the depathologization of LGBT identities. We also identified that there is a need to include guidelines on public policies in the continuing education of these professionals. This way, it may be possible to ensure a committed performance in the reference equipment, which promotes the dialogue between public policies, guiding the importance of intersectoriality to guarantee integral care, centered on the ethical commitment of non-reproduction of violence. What we can perceive is that, although Psychology, in this field, is constantly updated, it is auxiliary, being only accessed to carry out directive interventions, rather than to think about the central points of public policies, considering its possibilities of contribution in the formulation, implantation and implementation of services/strategies, as well as in the social control over State action.

Key-words: Psychology. Public Policies. LGBT. LGBT phobia.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|            |   |    |
|------------|---|----|
| Figura 1 – | Número absoluto de mortes de LGBT no Brasil por ano (2008-2017) e distribuição de assassinatos de LGBT por estado (2017) .....            | 23 |
| Figura 2 – | Número de produções por ano de publicação .....   | 34 |
| Figura 3 – | Número de produções por região e estado de sua publicação .....   | 36 |
| Figura 4 – | Distribuição por região de todos os programas de pós-graduação avaliados pela CAPES <i>versus</i> as notas atribuídas aos programas ..... | 37 |
| Figura 5 – | Número de produções por contexto de publicação .....  | 38 |
| Figura 6 – | Número de produções por área de conhecimento .....  | 39 |
| Figura 7 – | Disposição geográfica dos serviços acessados – Recife/PE .....  | 71 |
| Quadro 1 – | Bases de busca .....  | 29 |
| Quadro 2 – | Síntese das instituições pesquisadas .....  | 66 |
| Quadro 3 – | Perfil dos/as gestores/as entrevistados/as conforme respostas fornecidas pelos/as entrevistado/a .....                                    | 72 |
| Quadro 4 – | A Psicologia nos documentos governamentais localizados nos sites/portais .....  | 79 |
| Quadro 5 – | Conselhos de classe e universidades nos documentos governamentais localizados nos sites/portais .....                                     | 85 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 – Número absoluto de textos identificados por palavras de busca e tipo de produção textual ..... | 31 |
| Tabela 2 – Número absoluto de textos identificados por palavras de busca e tipo de produção textual ..... | 32 |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

|         |   |
|---------|---|
| ABRAPSO | Associação Brasileira de Psicologia Social                  |
| BDTD    | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações       |
| BSH     | Programa Brasil Sem Homofobia                               |
| BVS-Psi | Biblioteca Virtual em Saúde-Psicologia                      |
| CAPES   | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CAPS    | Centro de Atenção Psicossocial                              |
| CECH    | Centro Estadual de Combate à Homofobia                      |
| CRAS    | Centro de Referência da Assistência Social                  |
| CREAS   | Centro de Referência Especializado da Assistência Social    |
| GEMA    | Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades    |
| GGB     | Grupo Gay da Bahia  |
| GLOS    | Gerência de Livre Orientação Sexual                         |
| GTP+    | Grupo de Trabalhos em Prevenção Positivo                    |
| LGBT    | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais         |
| ONG     | Organização Não-Governamental                               |
| RPA     | Região Político Administrativa                              |
| SCIELO  | Scientific Electronic Library Online                        |
| SEE     | Secretaria Estadual de Educação                             |
| SJDH    | Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos           |
| SUAS    | Sistema Único de Assistência Social                         |
| SUS     | Sistema Único de Saúde                                      |
| TCLE    | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido                  |
| UFPE    | Universidade Federal de Pernambuco                          |
| UPE     | Universidade de Pernambuco                                  |

## SUMÁRIO

|          |  |           |
|----------|--|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>16</b> |
| 1.1      | O início do caminho: <i>a trajetória da pesquisadora</i> .....                                     | 17        |
| 1.2      | Justificativa .....  | 20        |
| 1.3      | Objetivos .....  | 26        |
| 1.4      | Breve apresentação dos capítulos subsequentes .....  | 26        |
| <b>2</b> | <b>REVISÃO DA LITERATURA</b> .....   | <b>28</b> |
| 2.1      | Arrumando o caminho que iremos seguir .....  | 28        |
| 2.1.1    | Primeiras escolhas: <i>definindo fontes e critérios de seleção</i> .....                           | 28        |
| 2.1.2    | Segundo passo: <i>definição dos termos de busca e estratégias empregadas para a pesquisa</i> ..... | 30        |
| 2.2      | Alguns resultados .....  | 31        |
| 2.2.1    | Apresentação dos materiais selecionados .....  | 34        |
| 2.3      | Dialogando com a produção selecionada .....  | 40        |
| 2.3.1    | Políticas públicas para população LGBT .....   | 40        |
| 2.3.2    | Produções sobre Psicologia e políticas públicas voltadas à população LGBT .....                    | 47        |
| <b>3</b> | <b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA</b> .....  | <b>54</b> |
| 3.1.     | Construcionismo e a produção de sentidos para a análise das práticas discursivas .....             | 55        |
| <b>4</b> | <b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....   | <b>60</b> |
| 4.1      | Primeira parada: <i>levantamento e mapeamento da rede</i> .....                                    | 60        |
| 4.2      | Segunda parada: <i>aproximações com o campo-pesquisa</i> .....                                     | 62        |
| 4.3      | Levantamento de dados .....  | 63        |
| 4.4      | Olhando para o mapa: <i>visualização da rede</i> .....   | 65        |
| 4.5      | Conversando com outros/as viajantes: <i>entrevistas</i> .....                                      | 66        |
| 4.6      | Olhando para outros caminhos: <i>documentos de domínio público</i> .....                           | 73        |
| <b>5</b> | <b>LINHAS DE ANÁLISE</b> .....   | <b>77</b> |
| 5.1      | Repertórios sobre psicologia(s): <i>sobre o que falam, quando falam?</i> .....                     | 78        |
| 5.1.1    | Psicologia do acolhimento: <i>o cuidado como lugar</i> .....                                       | 89        |
| 5.1.2    | Psicologia na luta pela despatologização .....   | 92        |
| 5.1.3    | Trabalho em rede: <i>a importância da intersetorialidade</i> .....                                 | 96        |
| 5.1.4    | Formação profissional/ qualificação técnica nos serviços .....                                     | 99        |

|          |  |            |
|----------|--|------------|
| <b>6</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>102</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>106</b> |
|          | <b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b><br><b>.....</b> | <b>113</b> |
|          | <b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA .....</b>               | <b>115</b> |
|          | <b>ANEXO A – LINKS DE ACESSO AOS DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS</b><br><b>.....</b> | <b>116</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Começar esse trabalho não foi fácil e, ao concluí-lo, posso dizer que ele resultou em muita aprendizagem, que ultrapassa os limites deste produto final. Não por acaso as dissertações são consideradas requisito *parcial* para obtenção do título de mestre.

Assim, ciente dos limites que conformam esta produção, essa sessão introdutória foi a última parte elaborada, tanto por entendermos que seria necessário, de algum modo, organizar as ideias, argumentos e análises, para só depois conseguir apresentá-las, como por perceber que começar pelo início e seguir desenhando uma sequência aparentemente lógica não seria coerente com o modo que a pesquisa foi desenvolvida. Foram muitas idas e vindas, diálogos, apresentações em eventos e dezenas de páginas e documentos abertos até eu entender que só assim o produto fluiria.

Essa pesquisa<sup>1</sup> foi produzida no contexto da pesquisa mais ampla desenvolvida pelo Núcleo Feminista de Pesquisa em Gênero e Masculinidades (Gema/UFPE), intitulada “Atenção psicossocial no contexto das estratégias governamentais para enfrentamento à violência baseada em orientação sexual e/ou identidade de gênero”, coordenada pelo prof. Benedito Medrado, com apoio do CNPq<sup>2</sup>.

Nesse sentido, é importante dizer que essa dissertação foi desenvolvida em constante diálogo junto aos/às integrantes do núcleo, se constituindo produto de uma construção compartilhada, além, claro, do meu investimento pessoal. Assim, tomo a opção por apresentar este texto inicial na primeira pessoa do singular, de modo a enfatizar seu caráter particular, entendendo que traz apontamentos sobre meu trajeto profissional individual, mas compreendendo seu caráter coletivo para chegar até esse desenho, optamos pela escolha da escrita na primeira pessoa do plural nos demais momentos do texto.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

De fato, é necessário compreender que eu, sujeito posicionado no mundo, passei por diferentes mudanças e que todas foram fundamentais para constituir esse texto que ora se apresenta. Na mesma medida em que foi sendo elaborada uma dissertação, foi gestada uma mestra.

Dessa forma, o que será aqui apresentado está inscrito em muitas vozes e muitos afetos, que conseguiram dar suporte quando pensava já estar esgotada, apontando e sugerindo possibilidades, mesmo que em conversas informais em mesas de bar, quando o cansaço e a criatividade conseguiam conversar e produzir ideias.

Começo aqui, então, apresentando um breve histórico pessoal sobre minha aproximação e despertar de interesse em dialogar sobre o tema desse estudo. Em seguida apresento a justificativa para o desenvolvimento dessa pesquisa, trazendo dados sobre violência e a atual conjuntura das políticas para população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no país, com especial ênfase em Pernambuco, lócus de nossa pesquisa, além de apresentar seus objetivos. Por fim, apresento uma síntese dos capítulos que compõem este trabalho.

### **1.1 O início do caminho: *a trajetória da pesquisadora***

Esse trajeto particular veio sendo trilhado desde a graduação, quando integrei a equipe de uma pesquisa realizada com travestis em situação de rua, como parte de uma disciplina sob orientação do professor Alexandre Barreto, a quem faço questão de citar. Foi a partir daí que comecei minha aproximação com o campo dos estudos de gênero e sexualidade, sendo, então, possível empreender mudanças no olhar sobre e para o/a outro/outra, exercitando leituras sobre alteridade, no âmbito da pesquisa em Psicologia social.

O referido projeto buscava conhecer aspectos e realizar reflexões sobre a sexualidade das jovens naquele contexto. A partir de encontros quinzenais, na rua, mais precisamente sentadas nas calçadas do bairro da Boa Vista, em Recife, dividindo pacotes de biscoitos, os discursos começaram a tomar forma e suas histórias começaram a (re)tomar forma e constituir-se vida.

Porém, essa estratégia de abordagem que utilizamos para nos aproximarmos de nossas interlocutoras, causava estranhamento aos que por ali passavam. Como

podia uma jovem branca, bem vestida, estar sentada no chão e dialogando com aquelas pessoas, em geral, negras e pobres? Senti, na surpresa e inquietação expressa naqueles olhares, como os processos de marginalização são cruéis, agressivos e, em linhas gerais, negam a existência de sujeitos. Naquela época, mobilizou-me, por um lado, pensar formas por vezes discretas, mas tão contundentes de produzir mal-estar baseado na hierarquia entre humanos e, por outro, pensar o que poderia ser feito, do ponto de vista do poder público para enfrentar tamanho problema, que se apresentava de modo tão multifacetado.

Efetivamente, se estar em situação de rua já era motivo de clara exclusão, ser travesti nessa condição parecia resultar em reações ainda mais nefastas. Todas as problemáticas que permeavam esse círculo, acabavam por ativar repertórios sobre LGBTfobia, sendo visível a ausência de ações estatais que visassem a promoção e proteção daquelas pessoas. Muitas dessas inquietações emergiram quando comecei a ter as primeiras ideias para pensar ainda o projeto de qualificação. De fato, aqui já percebia a necessidade do comprometimento da Psicologia com a pauta LGBT, visto que, durante a graduação, a aproximação com o tema só era possível através de participação em eventos extracurriculares. Pouco, praticamente nada, era levado para discussão em sala de aula.

Foi também nesse período final da graduação que me aproximei do Núcleo Pernambuco da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), onde participei da gestão e da organização do evento local. Constituímos um grupo bem diverso e realizamos um encontro potente, com um formato mais dialógico, que pudesse nos abrir mais para reflexões de nossos fazeres e pensar em práticas que atendessem não apenas a interesses meramente acadêmicos, mas que pudesse se comprometer com a transformação social e a construção de uma sociedade mais plural e igualitária. Assim, nos chamávamos, de uma “psicologia ousada”. Uma psicologia que saísse dos muros da universidade e dos consultórios clínicos e pudesse se (re)fazer em espaços coletivos diversos, chamando a sociedade a construir novos modelos junto. Algo que já vem sendo rediscutido e reconstruído. Algo que seguiu afetando minhas práticas profissionais e escolhas acadêmicas e de vida.

Após conclusão do curso de graduação fui contratada para trabalhar como psicóloga em um serviço voltado para o atendimento de adolescentes em medida

socioeducativa em meio aberto em uma cidade da região metropolitana do Recife. Mais uma vez, tentando levar essa experiência (talvez desejo) de fazer com que a prática da psicologia não fosse meramente assistencial, mas reflexiva, potente e transformadora, tanto na vida dos usuários que atendia, como para o serviço técnico em si. Uma tentativa de aproximar as reflexões sobre o fazer psicológico, desenvolvidas ao longo do curso de graduação e minhas práticas profissionais.

Algum tempo depois, fui convidada a assumir o cargo de gestora da Proteção Social Especial, ainda no mesmo município. Passei, assim, como parte do meu ofício, a atuar com pessoas em situação de violação de direitos, seja por violência física, sexual, medidas socioeducativas, raça, orientação sexual ou identidade de gênero. Foi necessário aprender a lidar com as diferenças e singularidades dos meus interlocutores/as, enquanto tentara esboçar estratégias na gestão pública para atender a essas demandas de forma humanizada, inclusiva e plural.

Talvez esse tenha sido o maior desafio: fazer com que as equipes de referências dos serviços pudessem compreender que o Estado tem o dever de atender a todos e todas de forma indiscriminada, que seus posicionamentos pessoais não poderiam interferir nos atendimentos e que os/as usuários/as são sujeitos de direitos. A população LGBT dificilmente era referida em suas condições particulares de vulnerabilização nas ações e isso sempre foi motivo de questionamento, visto que eu tentava gerir uma política pública, considerando, efetivamente, todos os seus princípios, mesmo que, por vezes, as dificuldades institucionais se interpusessem da forma mais pesada.

Como estudante e profissional de psicologia, muitas vezes me questioneei também sobre a falta de entendimento de profissionais (inclusive psicólogos/as e pesquisadores/as) sobre a importância da Psicologia dentro daquela política pública e na formulação direta de suas normativas e diretrizes estruturadoras. É fundamental compreender que é dever nosso participar na construção desses processos, para que possamos, efetivamente, criar espaços e serviços que sejam promotores de saúde e de exercício de direitos humanos e não reproduzam modelos de violências.

Atualmente, como representante do Gema/UFPE no Fórum LGBT de Pernambuco, essas inquietações tomam outros contornos. Espaço de discussões e construção de possibilidades de atuação pessoal e profissional, o Fórum é um espaço

onde tem sido possível tecer e contribuir com o desenvolvimento de estratégias que visem o controle social do Estado no que se refere às ações necessárias de enfrentamento a violência LGBTfóbica. Tal experiência tem deslocado certezas e qualificado dúvidas que, progressivamente, deram forma e significado para esta pesquisa.

As experiências aqui relatadas posicionam esta pesquisa em minha trajetória pessoal-profissional, situando motivações para o desenvolvimento deste trabalho. Entretanto, para justificar sua relevância, são necessárias algumas informações e argumentos produzidos a partir de leituras de estudos anteriores, autores e autoras que dialogam com nossa pesquisa.

## **1.2 Justificativa**

Luiz Mello, Rezende Bruno de Avelar e Daniela Maroja (2012) argumentam que a busca por compreender os elementos estruturantes das ações e programas governamentais, tem contribuído para multiplicação de estudos sobre políticas públicas setoriais, que dizem respeito a uma rede de objetos empíricos, alcançando mais recentemente as demandas da população LGBT. E, ainda, que esse processo tem gerado um crescente número de pesquisas e fundamentações teóricas que embasam os estudos sobre formulação, legitimação, gestão, implementação e avaliação de políticas públicas, num campo de conhecimento caracterizado, principalmente, por ser multidisciplinar.

Utilizando, então, o conceito que Celina Souza (2003) nos apresenta, podemos compreender que formulação de políticas públicas como processo por meio do qual “os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” (p.13), possuindo impactos no curto prazo, mas tendo como horizonte temporal primordial o longo prazo.

Nesse sentido, Juliana de Castro Chaves (2012) apresenta provocações sobre o papel da Psicologia no contexto das políticas públicas, exigindo que haja uma reflexão sobre a relação entre indivíduo e sociedade, e sobretudo, que se pense sobre a universalidade, particularidade e singularidade. A autora ainda propõe que, por vezes, as políticas são pensadas para indivíduos que, comumente, já fariam parte

dessa sociedade e que pensar em políticas para grupos específicos, seria considerado um contrassenso sobre a própria finalidade das políticas públicas.

Como Anita Resende (2012) aponta, hoje, psicólogos/as estão se envolvendo em ações que implicam na aplicação, ou criação, de ações governamentais, elaboração de políticas sociais e com a gestão de sistemas e serviços públicos. Pensando-as através de duas questões centrais: a desigualdade social tão estrutural e a urgência ética e política de se assumir enquanto a favor da emancipação humana. É preciso afirmar o compromisso ético-político da Psicologia, de forma a construir uma alternativa histórica para a sobrevivência e emancipação humana. (RESENDE, 2012) sendo imprescindível que os(as) psicólogos(as), em suas diversas áreas de atuação, estejam atentos às implicações geradas por suas práticas e reflitam permanentemente sobre como tornar seus trabalhos mais potentes, na construção de políticas que sejam realmente públicas e eficientes (PERUCCHI, et. al., 2011).

Ainda sobre a atuação da Psicologia, é possível apontar diversas ações/atividades que corroboram com o entendimento sobre sua contribuição nos processos de formulação, implantação e implementação de políticas, programas e projetos. Além da participação em setores governamentais, na formação de recursos humanos e na gestão de serviços (BORGES, 2012), estamos ainda inseridos nos órgãos de classe, nos conselhos setoriais, nos articulando com movimentos sociais, crescendo nossos estudos e pesquisas científicos, além de prestar assessoramentos específicos sobre essa pauta (PASSONE e PEREZ, 2013).

Henrique Aragusuku e Henrique Lee (2015) apontam o importante movimento feito pela Psicologia ao longo do século XX, a partir das mudanças que o país e suas políticas vinham sofrendo. Os autores fazem um resgate histórico, iniciando na década de 20, quando a Psicologia se associa a movimentos higienistas e eugenistas, uma vez que dispunha de conhecimento técnico que visasse controle e normatização social. Com o avanço das discussões sobre educação sexual na segunda metade do século XX, a pauta LGBT começa a aparecer, porém, ainda de forma muito insípida, ou mesmo preconceituosa.

Nos anos 70, o sistema Conselhos é criado, visando a regulamentação da profissão, porém, mesmo que diante da emergente demanda da pauta da sexualidade, as gestões do Conselho Federal de Psicologia (CFP) foram marcadas

pela neutralidade política diante da ditadura. Apenas nos anos 80, com o início da redemocratização no Brasil, os movimentos de esquerda entraram nas disputas de espaços, começando um processo de inserir as pautas de Direitos Humanos “como uma perspectiva ético-política de atuação profissional” (p.141)

Ao longo dos anos 2000, vemos o avanço gradual das pautas LGBT dentro do CFP, em um período em que tais pautas também avançavam em todas as esferas da sociedade brasileira. As articulações entre os movimentos LGBT e o poder público, inicialmente voltadas para resposta à AIDS nos anos 80 e 90, começavam a se consolidar para além das políticas de saúde, com a implementação dos primeiros Centros de Referência LGBT, nos municípios do Rio de Janeiro (1999) e de Campinas (2003) (ARAGUSUKU e LEE, 2015, p.141).

É nesse período que começamos, então, a vislumbrar as primeiras ações estatais, inclusive com o início do levantamento e sistematização de dados que visassem dar subsídios para a formulação de estatísticas que justificassem a criação de políticas voltadas a essa população.

Os dados oficiais apresentados pelo Governo Federal através da Secretaria Especial de Direitos Humanos, publicado em 2016, destacam que, em 2013, foram registrados, pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100), 1.695 denúncias de 3.398 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 1.906 vítimas e 2.461 suspeitos (Brasil, 2016).

Em relatório recém publicado, em janeiro de 2019, pelo Grupo Gay da Bahia (GGB)<sup>3</sup>, foram registradas 420 mortes de LGBT no ano de 2018, uma redução de 5,6% em relação a 2017, ano em que somou a maior média desde que os dados passaram a ser contabilizados pela entidade. Isso quer dizer que, a cada 20 horas, uma pessoa LGBT morreu de forma violenta, por motivação homotransfóbica no Brasil. Segundo este levantamento, Pernambuco ocupa a 11ª posição nacional dos

---

<sup>3</sup> O GGB é a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. Fundado em 1980, registrou-se como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983, sendo declarado de utilidade pública municipal em 1987. Oferece espaço para outras entidades da sociedade civil que trabalham em áreas similares especialmente no combate a homofobia e prevenção do HIV e aids entre a comunidade e a população geral. O levantamento do grupo é feito desde 1980 e é usado como referência sobre crimes relacionados a preconceito à orientação sexual contra a população LGBT no país.

estados com maior número de homicídios de LGBT, conforme ilustrado na figura que se segue:



contemplassem o combate à discriminação e à violência contra o segmento LGTB. Sendo assim, capazes de instigar a mobilização de ações integradas de instituições governamentais e não-governamentais, voltadas para a produção de conhecimento, para a proposição de políticas públicas para desenvolver ações articuladas no âmbito da promoção e da defesa dos direitos humanos.

Nesse sentido, foi criado pelo governo de Pernambuco o Centro Estadual de Combate a Homofobia (CECH) entre 2009/2010, visando combater a discriminação e a violência contra a população LGBT e promover sua cidadania em todo território pernambucano. Inicialmente, o programa foi executado pela Organização não-governamental (ONG) Movimento Gay Leões do Norte, sendo que atualmente toda execução é de responsabilidade do Governo do Estado de Pernambuco (Pernambuco, 2014).

O centro passou por alguns problemas administrativos, e teve suas atividades suspensas, inclusive com encerramento de contratações da equipe, gerando grande repercussão na mídia, movimentos sociais e usuários (as) que eram atendidos (as). Entretanto, após quase seis meses de inatividade, retomou o quadro técnico e vem desenvolvendo suas ações desde então.

Cabe destacar que, hoje, o serviço de referência estadual executado através do CECH, conta com equipe multidisciplinar, formada por dois advogados, um assistente social, dois psicólogos e dois assistentes administrativos, que atuam sob a orientação da coordenadora-geral, para atendimento aos usuários vítimas de LGTBfobia. Portanto, sendo um espaço de nossa atuação profissional que abre inúmeras possibilidades, consideramos como de total interesse da Psicologia, enquanto campo de produção de conhecimentos.

Porém, é importante situarmos que a questão do corte nos programas vem crescendo como bola de neve, uma vez que, a falta de colaboração por parte do Governo Federal, repercute diretamente na gestão das políticas estaduais e municipais. Em 2017, o governo Michel Temer reduziu a zero os repasses federais para programas específicos de defesa da comunidade LGBT, tornando mais inviável manutenção dos centros, conforme registros dos sistemas de acompanhamento orçamentário Portal da Transparência e Siga Brasil. Demonstrando, assim, que não foram localizados investimentos federais para ações específicas de combate à

homofobia no ano citado. Pessoalmente realizei busca direta no referido site oficial e, de fato, não foram localizadas transferências de recursos voltados às políticas para população LGBT. Nesse sentido, as políticas voltadas a essa população vêm sofrendo ameaças diretas na execução de suas ações, criando uma lógica contraditória, onde temos o aumento da violação dos direitos da população LGBT e a queda na oferta do atendimento qualificado.

O ano de 2018 foi extremamente difícil para pensarmos garantia de direitos de populações vulnerabilizadas historicamente. Tivemos uma ascensão crítica da direita conservadora no país, que repercutiu diretamente no resultado das eleições presidenciais. Vivemos um pós-golpe<sup>4</sup>, onde os modelos antidemocráticos de sociedade, que em outra hora foram extirpados após a Constituição Cidadã de 1988, vem tomando forma e buscando dar alcance à essas violentas formas de gerir vidas.

Atualmente, o que vimos com a entrada na nova gestão presidencial, foi o início do corte dessa população das políticas públicas, começando pela sua retirada<sup>5</sup> como público-alvo da pasta de direitos humanos, comandada agora por uma fundamentalista religiosa, com apenas 02 (dois) dias após assumir o cargo. Posteriormente, a cartilha de saúde da população trans também foi retirada<sup>6</sup> do site governamental oficial, com o argumento de estarem sendo feitos ajustes. Porém, sabemos que esse atual governo não tem afinidade com a pauta LGBT, já tendo deixado isso absolutamente visível durante campanha eleitoral.

Dessa forma, pensar na Política Estadual voltada para a população LGBT é pensar em processos históricos, sociais e culturais. É pensar em processos de formações acadêmica, técnica e experiência direta no atendimento. É pensar para quem essa política pública é direcionada e se está atendendo os objetivos a que se propõe.

---

<sup>4</sup> O dito impeachment da Presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff em 2016, chamo aqui de golpe, por entender que os movimentos que se deram durante esse processo foram não de ordem de crime contra o erário público, como quiseram apresentar. Mas sim, que foi um golpe machista, patriarcal e, acima de tudo, violento, que buscou não só destituir a presidência, mas humilhar uma mulher em sua condição de chefe de Estado.

<sup>5</sup> Fonte:

[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2019/01/02/interna\\_politica,772675/mp-assinada-por-bolsonaro-retira-populacao-lgbt-das-diretrizes-dos-dir.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2019/01/02/interna_politica,772675/mp-assinada-por-bolsonaro-retira-populacao-lgbt-das-diretrizes-dos-dir.shtml)

<sup>6</sup> Fonte: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/ministerio-da-saude-retira-do-ar-cartilha-para-populacao-trans,bad306a8657040f78ceac028f56a1a04zdy7zzai.html>

Nesse sentido, a partir dos dados e pesquisas apresentadas, precisamos pensar nosso próprio comprometimento, enquanto profissionais e pesquisadores da Psicologia, com o desenvolvimento de estratégias que visem garantir, acima de tudo, direitos humanos. É preciso compreender o sentido de nossa implicação em processos de formulação e execução de políticas públicas que sejam efetivas e eficazes.

### **1.3 Objetivos**

Diante desse cenário posto, o que pretendemos nessa dissertação como objetivo geral é analisar se, e de que modo, a Psicologia tem sido acionada na formulação de políticas públicas voltadas a promoção dos direitos e enfrentamento à violência contra LGBT em Pernambuco.

Para tanto, como objetivos específicos pretendemos:

- a) analisar repertórios discursivos sobre psicologia nos documentos que orientaram as diretrizes e os fundamentos dos programas, projetos e serviços que estruturaram a rede estadual de combate a LGBTfobia;
- b) analisar os discursos sobre como a psicologia se configura entre as estratégias governamentais de combate à LGBTfobia, produzidas por interlocutores/as privilegiados/as, que atuam diretamente na construção e gestão dessas políticas.

### **1.4 Breve apresentação dos capítulos subsequentes**

Essa dissertação está dividida em 04 (quatro) capítulos, sendo o primeiro referente à produção de conhecimento sobre nosso objeto de pesquisa. Nele, está apresentada a nossa revisão sistemática da literatura, na qual serão apontados os resultados das buscas em bases de dados on-line, devidamente trabalhados. Aqui, conseguimos vislumbrar o que vem sendo produzido no meio acadêmico.

No segundo capítulo, apresentamos fundamentos e conceitos que caracterizam nosso referencial teórico-metodológico, no qual abordaremos o

construcionismo social e a produção de sentidos para o estudo das práticas discursivas, especialmente os repertórios interpretativos.

No terceiro capítulo, tomo por base a metáfora da viagem para descrever nossos procedimentos metodológicos. Considerando ser uma pesquisa de base qualitativa, apontaremos detalhadamente nossas escolhas, caminhos, dificuldades e possibilidades, além de primeiros resultados. Nesta seção estarão dispostas nossas inquietações e impressões sobre o fazer da pesquisa.

No quarto e último capítulo, está nossa análise das entrevistas semi-estruturadas realizadas e aproximações aos documentos governamentais de Recife e Pernambuco. Essa análise foi dividida em sub-blocos de forma que ficasse mais acessível trabalhar os repertórios interpretativos. Assim, apresentaremos que Psicologia é produzida quando falamos em políticas para população LGBT, discutindo cuidado, a despatologização das identidades LGBT, a importância do trabalho intersetorial e a necessidade de qualificação técnica e formação profissional adequadas para o trabalho junto a essa demanda.

Por fim, seguem as considerações finais, nas quais busco sistematizar nossa discussão e apresentar alguns pontos que não couberam, de alguma forma, dentro no corpo do trabalho, mas que podem talvez servir de base para aprofundamento posterior em outros trabalhos.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesse capítulo, trabalharemos nosso exercício de produzir uma revisão da literatura que consiga sistematizar nosso diálogo com a produção científica. Aqui, busco aprofundar sobre o que vem sendo discutido acerca de nosso campo-tema, visando refletir, também, sobre o próprio movimento de construir um caminho de revisão sistemática sobre o assunto, de modo que possam fundamentar nossas escolhas posteriores dessa produção.

É importante destacar que o processo de revisão da literatura se deu, também, de forma assistemática, ou seja, para além da busca nas bases de dados científicos, através de indicações e diálogos com outros pares do núcleo de pesquisa, quando em nossas inúmeras reuniões e orientações coletivas e individuais, da participação em eventos acadêmicos e não acadêmicos, além de, claro, os apontamentos levantados pela banca no processo de qualificação. Aqui, apontaremos nossos rumos e resultados decorrentes do exercício de revisão sistemática da literatura.

Tendo como base o artigo “Literatura Científica sobre Gravidez na adolescência como dispositivo de produção de paternidade” (MEDRADO et. al., 2011), seguimos nossos passos nesse processo. Apesar de versar sobre outra temática, é um texto de referência sobre como produzir esse exercício, nos indicando modos de fazer pesquisa. É pertinente apontar que os autores desse artigo são integrantes do Gema/UFPE, o que também fala sobre nossa construção coletiva em fazer ciência e minha opção em seguir por esse caminho.

### 2.1 Arrumando o caminho que iremos seguir

#### 2.1.1 Primeiras escolhas: *definindo fontes e critérios de seleção*

Para pensarmos de que modo a Psicologia têm sido acionada na formulação/implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento à violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) em Pernambuco, foi preciso definir alguns critérios para sustentação de nosso trabalho, para que fosse possível dialogarmos com essa produção, ao mesmo tempo em que,

também, fosse possível articularmos com o debate teórico dessa pesquisa. Nesse sentido, optamos pelos seguintes norteadores iniciais:

- **Período:** Não definimos recorte temporal para seleção das produções, uma vez que é necessário entender que os períodos geram contextos históricos que passam a produzir conhecimentos. Dessa forma, é possível localizarmos documentos que nos apontem quando as produções científicas começaram a falar sobre nosso campo-tema;
- **Idioma:** Optamos pela seleção de textos apenas no idioma português e que falem sobre o contexto brasileiro, de modo a dar visibilidade às nossas produções e autores/as;
- **Fontes:** Nossa pesquisa foi realizada em diferentes bases de busca, de forma que conseguíssemos aprofundar o conhecimento sobre o tema pesquisado e entender onde e como essas produções estavam sendo publicadas. Assim, escolhemos as bases conforme quadro abaixo:

**Quadro 1.** Bases de busca

| Tipo de produção                    | Fonte   | Informações   |
|-------------------------------------|---|---|
| Teses e dissertações                | BDTD <sup>7</sup> (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) | Base que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico.  |
| Artigos científicos                 | SciELO <sup>8</sup> (Scientific Electronic Library Online)                | Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. É resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. |
| Artigos científicos e outros textos | BVS - Psi <sup>9</sup> (Biblioteca Virtual em Saúde)                      | A Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil ou simplesmente (BVS-Psi Brasil) é referência na América Latina e brasileira em informação científica em Psicologia de qualidade, com bases de dados diversificadas e algumas com mais de 30 anos.  |

<sup>7</sup> Site: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

<sup>8</sup> Site: [www.scielo.br](http://www.scielo.br)

<sup>9</sup> Site: <http://regional.bvsalud.org/php/index.php>

Essas escolhas não foram feitas de forma aleatória, mas sim a partir do entendimento de que seria necessário ampliar as possibilidades de busca para conseguirmos vislumbrar documentos de natureza diversas, entendendo que cada produção tem uma finalidade em sua estruturação.

### 2.1.2 Segundo passo: *definição dos termos de busca e estratégias empregadas para a pesquisa*

Definidas as fontes onde as buscas seriam feitas, passei a pensar nos termos que seriam usados para conseguir alcançar os resultados desejados. Dessa forma, foram escolhidos “Psicologia”, “Políticas Públicas” e “LGBT”, com as quais fiz as seguintes combinações, entendendo que dariam conta da finalidade proposta:

- Políticas públicas + LGBT: por se tratar diretamente do campo levantado nessa pesquisa, visando buscar documentos que nos traga olhares para possibilidades de ação do Estado que visem proteção da população LGBT;
- Psicologia + Políticas públicas: visando apontar indicativos para nosso tema, refletindo sobre o que essa ciência vem produzindo (ou não), quando falamos sobre sua contribuição em ações estatais voltadas ao enfrentamento a violência LGBTfóbica;
- Psicologia + políticas públicas + LGBT: tentando trazer um direcionamento maior e atingir textos mais específicos sobre nosso objeto que pudessem não ter sido alcançados com as combinações anteriores.

Nesse momento, demos início a nossa pesquisa, com as devidas combinações nas bases e utilizando todas as ferramentas para busca, como descritos nos procedimentos abaixo:

- SciELO: Foi acessado o link “pesquisa de artigos”, o campo “todos os índices” e a expressão “and” fornecida pela ferramenta de busca;
- BDTD: Foi acessado o link “busca avançada”, os termos foram incluídos deixando aberto a “todos os campos” e na correspondência de busca “todos os termos”;
- BVS-Psi: Foi acessado o link “pesquisa”, os termos foram incluídos no campo de busca. Em seguida, foi utilizada a ferramenta “refinar”, onde foram incluídos

os termos separadamente através da ferramenta “and”, agora disponibilizada, fazendo as combinações referidas.

## 2.2 Alguns resultados

A partir desse ponto, iremos explicar nossa pesquisa, a partir de alguns gráficos, tabelas e outros recursos que possibilitem e facilitem a visualização de algumas informações. Esse recurso é importante como forma de percebermos que esse exercício é complexo e nos aponta a necessidade de empreender atenção a essa fase da dissertação. Feito o primeiro exercício de lançar nas bases os termos de busca, sem aplicação de nenhum filtro, chegamos ao primeiro resultado:

**Tabela 1.** Número absoluto de textos identificados por palavras de busca e tipo de produção textual.

| Fonte (Tipo de produção)      | Número de textos por termos de busca |                           |  |
|-------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|--|
|                               | Psicologia + Políticas públicas      | Políticas Públicas + LGBT | Psicologia + Políticas públicas + LGBT |
| Scielo (Artigos)              | 85                                   | 09                        | 0                                      |
| BVS (Artigos e outros textos) | 167                                  | 05                        | 01                                     |
| BDTD (Dissertações e teses)   | 2.407                                | 82                        | 20                                     |
| <b>Total</b>                  | <b>2.659</b>                         | <b>96</b>                 | <b>21</b>                              |

Feito esse primeiro exercício de busca, onde localizamos quase 3.000 (três mil) documentos, seguimos com o processo refinamento da pesquisa, ou “limpeza” (Medrado et al., 2010), para eliminação de documentos que não versassem sobre o tema proposto, ou mesmo aqueles que estavam repetidos, por se encontrarem em mais de uma base de busca. Nesse sentido, foi necessário refazer algumas escolhas diante do considerável volume de produções localizadas, principalmente na base de dados de dissertações e teses.

A partir desse primeiro resultado, em todas as bases de busca foi aplicado o filtro de “idioma português”. Quando não foi possível aplicar o filtro, por ele não estar disponível na base, esse procedimento foi feito de forma individualizada, através das

leituras dos respectivos títulos. Seguimos lendo, portanto, todos os títulos dos trabalhos após primeira “filtragem”, buscando e selecionando aqueles que possivelmente tivessem correlação com nosso objeto de pesquisa.

Diante do extenso volume de produções localizadas na base BDTD nessa primeira busca, foi necessária a aplicação de um filtro para que se tornasse possível realizar esse exercício. Como, nesse caso específico, a plataforma permite que sejam realizadas buscas mais detalhadas, optamos por selecionar apenas os documentos que estavam dentro do filtro “assunto” categorizados como “políticas públicas”, resultando no número de 132 (cento e trinta e dois) documentos. Foi imprescindível realizar essa limpeza, uma vez que o grande quantitativo destacado seria totalmente inviável de ser trabalhado, extrapolando as limitações, e mesmo os objetivos, que sabemos haver.

Posteriormente, foi feita uma minuciosa leitura dos resumos cujos trabalhos foram selecionados, visando excluir aqueles que não versassem sobre o nosso tema de pesquisa, mas que através da leitura de seus títulos não tenha sido possível identificar nitidamente sobre seu conteúdo. Assim, chegamos ao seguinte resultado:

**Tabela 2.** Número absoluto de textos identificados por palavras de busca e tipo de produção textual.

| Fonte (Tipo de produção)          | Número de textos por termos de busca |                           |  |
|-----------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|--|
|                                   | Psicologia + Políticas públicas      | Políticas Públicas + LGBT | Psicologia + Políticas públicas + LGBT |
| Scielo (Artigos)                  | 05                                   | 07                        | 00                                     |
| BVS-Psi (Artigos e outros textos) | 08                                   | 02                        | 00                                     |
| BDTD (Dissertações e teses)       | 04                                   | 08                        | 05                                     |
| <b>Total</b>                      | 17                                   | 17                        | 05                                     |

Identificamos que 08 (oito) trabalhos se duplicaram nas bases de busca. Esse número pode parecer pequeno, a princípio, diante da grande diferença de números entre as tabelas 1 e 2, porém, percebemos que essa discrepância se deu, efetivamente, pelos conteúdos textuais.

A princípio, antes de prosseguir para uma análise das produções selecionadas, acho importante falar um pouco sobre os materiais que foram “descartados”, para que se entenda o porquê de tal movimento. Essas produções não traziam em seu conteúdo qualquer menção à população LGBT, direcionando seu estudo para populações variadas, como pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, idosos e quilombolas. Falavam sobre o contexto rural e estudos do/no campo, além de apontarem, também, para as políticas de saúde mental, especialmente álcool e outras drogas e participação social através dos conselhos setoriais.

Ressalto, aqui, que a política de Assistência Social foi o tema onde houve mais pesquisas realizadas tendo a mesma como contexto, porém, apenas poucas entraram em nossa seleção, uma vez que as demais argumentavam sobre benefícios, políticas de adoção e abrigo, pessoas em situação de rua e proteção social de forma geral, além de análise da própria política, a partir de marcadores diferentes.

Cabe destacar que, apesar de serem categorias/ espaços diversos, onde a questão LGBT poderia estar sendo vista de forma interseccional, a mesma não perpassava nenhuma dessas situações apontadas anteriormente, ficando uma possível reflexão: de que forma as políticas públicas trabalham com a população LGBT, considerando estar ela dentro de princípios e diretrizes, principalmente, do SUS<sup>10</sup> e SUAS<sup>11</sup>? Por que essa invisibilidade nas produções? É importante pensar que, mais à frente, tentaremos ver esse movimento através daqueles que conseguiram visibilizar.

Dois dos materiais selecionados (Relações de gênero e diversidade sexual na educação, de Eduardo Felipe Pacheco e Sirley Filipak, (2017) e Contribuições e desafios da psicologia política para as políticas públicas, de Alessandro Soares da Silva e Celso Zonta (2008) não tiveram seus textos completos localizados, impossibilitando de seguirmos com eles em nosso corpus de análise. Apesar dos títulos e resumo serem identificados como extremamente relevantes para nossa pesquisa, não logramos sucesso na nossa busca, uma vez que os sites onde os

---

<sup>10</sup> O Sistema Único de Saúde – é o conjunto de todas as ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público

<sup>11</sup> O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, é um sistema descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

materiais estavam indexados se encontravam desativados. Buscamos através de outras ferramentas, além de ter tentando via parceiros que pudessem os ter, porém, também sem êxito.

É interessante perceber que, como pensamos inicialmente, a combinação dos três termos de busca nos possibilitou a identificação de novas produções que não haviam surgido quando da associação isolada de dois dos termos.

### 2.2.1 Apresentação dos materiais selecionados

Nesse ponto da pesquisa, nos debruçaremos em explicar sobre nossos achados, para que consigamos compreender o que, por quem e em que contextos nossas produções vêm sendo desenvolvidas. Para tanto, utilizarei de recursos gráficos, tabelas e figuras, de forma que essa sistematização seja visualmente inteligível.

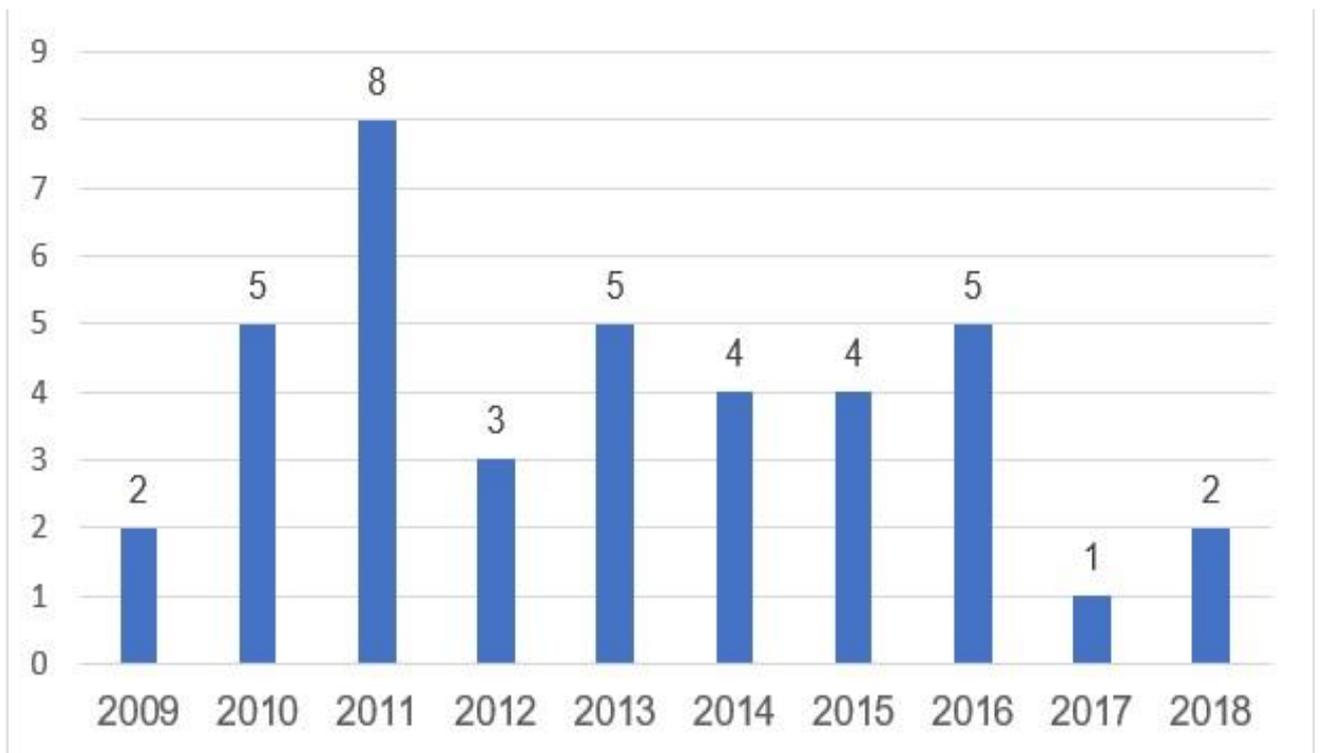


Figura 2. Número de produções por ano de publicação.

Como referido anteriormente, não foi feita distinção quanto ao período das publicações, ficando aberto esse recorte para qualquer datação. Nossa expectativa era de conseguir alcançar o maior período possível, para que pudéssemos ter um vislumbre do desenvolvimento de produções desses materiais. O que conseguimos perceber é que, mesmo sem filtro de tempo, nosso documento mais “antigo” foi publicado já em 2009, ou seja, há menos de 10 anos. Destacamos que 03 (três) desses documentos discorrem sobre o programa Brasil sem Homofobia<sup>12</sup>, criado e lançado em 2004, durante a primeira gestão do governo Lula.

Nesse sentido, o que podemos perceber é que o desenvolvimento das políticas públicas pensadas para atender às demandas da população LGBT surgem em um processo anterior às publicações localizadas, através da construção de uma agenda governamental, chegando, talvez, apenas depois ao interesse da academia e seus/as pesquisadores/as, como possibilidade de campo fértil e necessário para o desenvolvimento de ações e estudos.

Na figura abaixo, conseguimos sistematizar a distribuição dos materiais selecionados por estado e região de onde partiu a pesquisa.

---

<sup>12</sup> Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT”, com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros, transexuais e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais (Brasil, 2004).

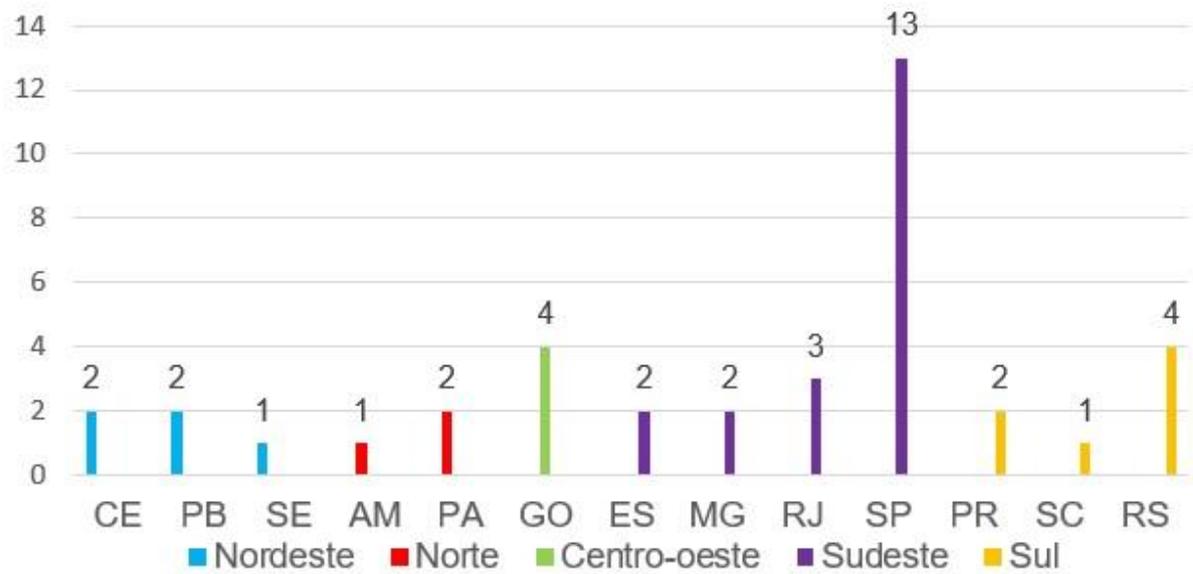


Figura 3. Número de produções por região e estado de sua publicação.

Aqui, fizemos o exercício de identificar a dimensão geográfica de onde essas pesquisas foram produzidas. Dessa forma, conseguimos pensar a partir de que lugares vem partindo o desenvolvimento de pesquisas que foquem em nossa temática. Vale salientar que, aqui, não necessariamente o local onde foi publicado o material é o mesmo de onde partiu a pesquisa. Algumas pesquisas, como por exemplo a desenvolvida por Guilherme Almeida e Daniela Murta (2013)<sup>13</sup>, foi publicada em uma revista internacional, mas foi desenvolvida no Rio de Janeiro.

Como o gráfico nos aponta, é possível ver que há maior concentração de estudos sendo feitos nas regiões Sudeste e Sul. Cabe um destaque para o estado de São Paulo, que concentra exato 1/3 (um terço) de todas as produções tabuladas e analisadas nesse exercício.

Nesse mesmo sentido, é evidente que a região Norte apresenta o menor volume de produções, ficando abaixo, inclusive, do Centro-oeste, cujas produções se concentram em apenas um estado e são encabeçadas pelo mesmo autor, Luiz

<sup>13</sup> Almeida, G. & Murta, D. Sexualidad, Salud y Sociedad -- Revista Latinoamericana ISSN 1984--6487 / n.14 -- ago. 2013 -- pp.380--407/ Dossier n.2/

Mello<sup>14</sup>, que vem desenvolvendo diversas pesquisas tendo como foco políticas públicas para população LGBT. No próximo tópico, quando discutiremos o conteúdo dos materiais selecionados, falaremos melhor sobre.

Porém, não podemos afirmar que essas regiões cujos números são inferiores não vem dando atenção, ou não tem despertado o interesse nessa temática, mas sim, entender que existe uma maior concentração de programas de pós-graduação em determinados pontos, que, certamente, influenciam na quantidade de publicações, como nos mostra o relatório de avaliação quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). De acordo com o documento, os programas de pós-graduação estão distribuídos da seguinte forma:

| Região              | 1        | 2         | 3           | 4           | 5          | 6          | 7          | Total       |
|---------------------|----------|-----------|-------------|-------------|------------|------------|------------|-------------|
| <b>Centro-Oeste</b> |          | 10        | 127         | 137         | 46         | 14         | 6          | <b>340</b>  |
| <b>Nordeste</b>     | 2        | 22        | 368         | 309         | 109        | 28         | 9          | <b>847</b>  |
| <b>Norte</b>        | 3        | 9         | 113         | 77          | 20         | 5          |            | <b>227</b>  |
| <b>Sudeste</b>      | 3        | 37        | 460         | 656         | 400        | 178        | 138        | <b>1872</b> |
| <b>Sul</b>          |          | 12        | 265         | 318         | 190        | 73         | 31         | <b>889</b>  |
| <b>Total</b>        | <b>8</b> | <b>90</b> | <b>1333</b> | <b>1497</b> | <b>765</b> | <b>298</b> | <b>184</b> | <b>4175</b> |

Figura 4. Distribuição por região de todos os programas de pós-graduação avaliados pela CAPES versus as notas atribuídas aos programas. Fonte: Relatório de avaliação 2013-2016 quadrienal 2017 da CAPES (Brasil, 2017).

É importante perceber que essa concentração, também, em muito se dá por questões e influências políticas. Isso nos aponta que esse campo de disputas e investimentos acadêmicos ainda tem sua concentração nas regiões de maior concentração de renda.

<sup>14</sup> Professor Titular, área de Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais (FCS), da Universidade Federal de Goiás (UFG). Integrante do Ser-Tão - Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Gênero e Sexualidade. Interesses de pesquisa e extensão na área de sociologia das diferenças e desigualdades sociais, com ênfase em direitos humanos, cidadania e ações afirmativas. (Texto informado pelo autor): <http://lattes.cnpq.br/1951913717385648>

Continuando com nosso trabalho, também categorizamos nossos materiais de acordo com o contexto de sua publicação, para pensarmos sobre o que eles falam, acerca de que realidade brasileira estamos falando, quando pautamos políticas públicas, psicologia e população LGBT. O gráfico abaixo nos ilustra isso:

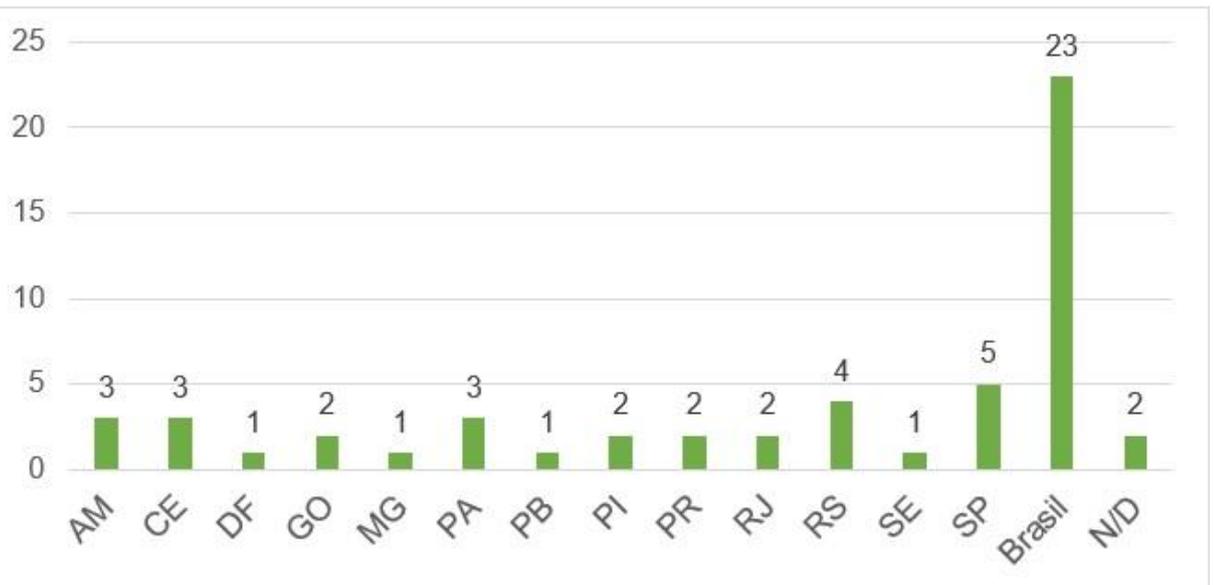


Figura 5. Número de produções por contexto de publicação.

Diferentemente da figura 02, que nos mostra de onde as publicações partiram, essa figura nos aponta sobre a realidade pesquisada. Cabe lembrar que, como dito no início, primamos por selecionar apenas pesquisas que tenham sido realizadas no contexto brasileiro, como forma de, também, dar visibilidade para as mudanças no desenvolvimento de realidades sociais e acadêmicas.

Considerações precisam ser feitas, alguns estudos foram realizados em mais de um estado/região, sendo todos contabilizados. Dessa forma, o número final de produções é superior ao número total de documentos. Duas pesquisas estão categorizadas como N/D (não definido), por que se tratam de estudos de cunho apenas teórico, não cabendo sua colocação em algum território geográfico. O primeiro artigo discute os efeitos das políticas públicas na constituição do sujeito a partir das problematizações de Michel Foucault dentro do campo da Psicologia Social (GUARESCHI, de LARA e AZAMBUJA, 2010, p.333) já o segundo tem o objetivo de estudar a história da constituição de um saber psicológico normativo e da reflexão sobre a inserção da Psicologia no âmbito da Saúde Coletiva (FERRAZZA, 2016, p.36).

As pesquisas que estão identificadas como “Brasil”, se referem a estudos feitos no contexto de políticas nacionais, onde as mesas são a base para o desenvolvimento das produções, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da população LGBT, o Programa Brasil Sem Homofobia, o Programa Nacional de Direitos Humanos, ou mesmo a Política de Educação, com foco nas agendas de gênero e diversidade sexual.

Aqui já percebemos que há uma distribuição mais equivalente entre os estados, nos mostrando que há interesses coletivos em pesquisar diferentes contextos sociodemográficos e territoriais. Os estados que mais produzem pesquisas, não se limitam em investigar apenas seu território. Dessa forma, vemos que as variedades podem nos trazer elementos interessantes e estruturantes para a contextualização de nossa pesquisa.

Esses estudos também têm áreas de conhecimento. Eles nos mostram quais campos e ciências vem desenvolvendo mais pesquisas e apontando possibilidades de diálogo com nossa área de concentração. Abaixo, segue sistematizado:

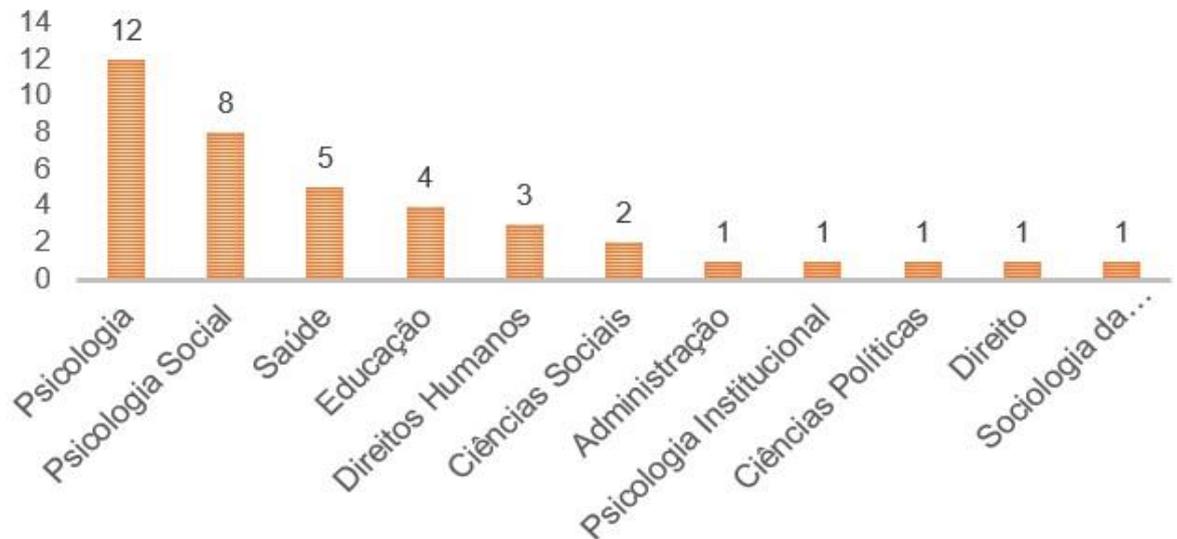


Figura 6. Número de produções por área de conhecimento.

Todas essas áreas foram categorizadas de acordo com a denominação dada pelas suas respectivas identificações institucionais, por isso Psicologia aparece em

três níveis diferentes. Podemos ver uma maior concentração de produções advindas da Psicologia e Psicologia Social, mas isso se reflete muito por conta dos termos de busca utilizados em nossa pesquisa, além de termos optado, também, por uma base onde todas as produções são do campo da Psicologia (BVS-Psi).

É evidente que a saúde é um dos grandes destaques em nosso trabalho e, como já mencionado anteriormente, tem uma contribuição grande quando pensamos em políticas para população LGBT. As demais ciências humanas aparecem com menos produções, e foram localizadas e selecionadas a partir da combinação “políticas públicas + LGBT”.

Feito esse exercício de nos aproximarmos de nossos materiais selecionados e buscarmos entender a contextualização de suas produções. Passaremos ao próximo ponto, onde iremos apresentar seus conteúdos, para entendermos que tipo de conhecimento e sobre o que vem se falando, sob que perspectivas, que direcionamentos e quais reflexões e contribuições trazem ao nosso trabalho.

### **2.3 Dialogando com a produção selecionada**

Esta etapa será dividida em blocos para que fique mais acessível a discussão dos conteúdos e facilite nossa escrita e posterior leitura. No primeiro bloco, estruturamos uma apresentação desses materiais, na qual focaremos em como as pesquisas vem falando sobre políticas públicas voltadas a promoção ou proteção da população LGBT. No segundo bloco, buscamos levantar a discussão sobre de que modo a Psicologia é pautada dentro dessas políticas, buscando pensar sobre esse lugar que ela vem ocupando.

#### **2.3.1. Políticas públicas para população LGBT**

Luiz Mello, Rezende Bruno de Avelar e Daniela Maroja (2012), iniciam nossa discussão apontando reflexões sobre os documentos e conferências produzidos e promovidos pelo Governo Federal no processo de formulação e implementação de políticas públicas para a população LGBT, no Brasil. Partem do entendimento de que, apesar do avanço na criação desses documentos e eventos que consigam dialogar

com governo e sociedade civil, ainda há o desafio de transformar essas políticas públicas em políticas de Estado. Dessa forma, sua continuidade não estaria atrelada à vontade individual de cada governante, perpassando ao longo dos anos e se estruturando enquanto marco legal, uma vez que ainda não há um que demarque o combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT.

Os autores ainda nos afirmam que as políticas públicas no campo da sexualidade possuem singularidades, uma vez que o ponto central para sua formulação e implementação é a quebra de crenças, tradições e valores incorporados a esse imaginário coletivo:

(...) a população LGBT ainda não gera um tipo de solidariedade similar à que caracteriza grupos como idosos/os, crianças e adolescentes, por exemplo, que despertam uma cumplicidade social generalizada com seus problemas e dificuldades, o que os torna beneficiários potenciais legítimos de políticas públicas. Talvez por essa razão que se fundamenta na homofobia prevalecente em larga escala, a resistência ainda seja tão acentuada quando o assunto são políticas públicas envolvendo sexualidade e, mais especificamente, sexualidade não heterossexual (MELLO, de AVELAR e MAROJA, 2012, p. 294-295).

Em uma pesquisa multirregional, onde além de pesquisar documentos governamentais, foram feitas entrevistas com gestores, Luiz Mello, Rezende Bruno de Avelar e Walderes Brito (2014), tecem uma análise crítica de ações, planos e programas governamentais, no campo da segurança pública, voltados para a população LGBT.

Eles apontam que a reivindicação de políticas públicas de segurança constitui, hoje, como uma das principais demandas do movimento LGBT, tomando por base a própria Constituição Federal, a partir do entendimento de seu Art. 144, que dispõe: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988).

Porém, os autores nos dizem que não basta apenas o embasamento constitucional para olhar para a população LGBT. É necessário que as pautas de violência e segurança pública possam ter a noção de homofobia efetivamente incorporada ao desenvolvimento de ações, para que se consiga pensar e construir políticas públicas efetivas voltadas para essa área. Afirmam que os movimentos

sociais têm reivindicado esse posicionamento, para que se gerem dados que colaborem com a construção e desenvolvimento de estratégias diretivas.

Eles buscaram analisar, além dos documentos gerados nas Conferências Nacionais LGBT, dois relatórios do Governo Federal<sup>15</sup>, que fazem reflexões sobre segurança pública para este segmento, porque eles trazem dados oficiais produzidos pelo governo, e também porque o canal registra não apenas LGBTfobia extrema do homicídio. Porém, ressaltam que esses dados divergem da realidade, pois o canal é bastante frágil no registro, onde a violência é reconhecidamente subnotificada (p. 301)

A necessidade de estabelecer políticas públicas de segurança se fundamentaria em tais documentos, a partir de noções como desrespeito, intolerância, impunidade e violência contra a população LGBT, e uma das formas pelas quais o movimento social tem buscado legitimar as demandas por segurança pública refere-se à ausência ou ao alcance limitado de uma legislação que garanta os direitos civis dessa população e que possibilite o exercício pleno da cidadania, bem como à difusão de um ideário de intolerância sexual, que se manifesta nos discursos de representantes de instituições diversas, como igrejas, parlamentos, partidos políticos e meios de comunicação de massa (MELLO, de AVELAR e BRITO, 2014, p. 303).

Eles afirmam que é fundamental que a pauta da segurança pública para a população LGBT seja mantida em regime de corresponsabilidade entre o Estado e a sociedade civil, através do fomento de espaços formais de discussão, deliberação e controle, bem como do reconhecimento da dignidade dessas pessoas e da sua conquista da cidadania plena.

Nessa mesma linha de pesquisa, Grayce Albuquerque, Cíntia Garcia, Maria Juscinaide Alves, Cicera de Queiroz e Fernando Adami (2013) apresentam uma discussão sobre as políticas públicas de saúde direcionadas à população LGBT. Através de uma revisão integrativa da literatura, buscaram evidenciar com as produções científicas, aspectos desafiadores da formulação e da implementação de políticas que, de fato, atendam às demandas desse público.

---

<sup>15</sup> Relatório sobre violência homofóbica no Brasil, anos 2011 e 2012: são dados oficiais sistematizados sobre violência homofóbica no Brasil. Tais dados são peça fundamental no enfrentamento à homofobia e às demais formas de preconceito no país, possibilitando a quantificação e visibilização da realidade de violações de direitos humanos vivida pela população LGB, especialmente a partir de denúncias provenientes do Disque Direitos Humanos (Disque 100). (Fonte: <http://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/lgbt/biblioteca/relatorios-de-violencia-lgbtfobica>)

Após análise documental, concluíram que, de maneira geral, ao mesmo tempo em que cresce a busca pelos direitos por parte dessa população, ainda é incipiente o conhecimento técnico dos profissionais sobre as reais demandas da saúde LGBT, sendo urgente e necessário sensibilizar e capacitar os recursos humanos da saúde com relação às especificidades da saúde LGBT (ALBUQUERQUE, et.al., 2013; MELLO, et. al., 2011).

Quando se fala em políticas de saúde LGBT, existe certo consenso entre as produções encontradas nesse campo, no que tange as repercussões da violência institucional sobre a população. Esse movimento acarreta na pouca busca dos serviços, uma vez que a discriminação existente dentro dos equipamentos e reflete na resistência por parte dos sujeitos em acessá-los.

Luiz Mello, Marcelo Perilo, Camilo de Braz e Cláudio Pedrosa (2011) nos mostram que as ações na saúde, quando em comparação com outras áreas, se apresentam mais consolidadas, transversalizadas, intersectorializadas e pioneiras, embora ainda não plenamente estruturadas, segundo os princípios constitutivos do SUS da universalidade, integralidade e equidade. (p.08)

As consequências da homofobia e da heteronormatividade institucional, caracterizadas pelos atendimentos discriminatórios, repercutem diretamente para a exclusão da população pesquisada dentro dos espaços de saúde. (ALBUQUERQUE, et.al., 2013), sendo necessário que os princípios do SUS sejam materializados em políticas públicas que, por si, promovam o enfrentamento dessa forma de violência. (MELLO, et. al., 2011)

Arnaldo Laurentino (2015), em sua dissertação, faz uma análise do processo de criação, e posterior implementação, da Política Nacional de Saúde Integral LGBT – PNSI LGBT, através de um processo de amadurecimento e conquista de espaços, se constituindo como dispositivo maior para atenção específica a essa população, que durante décadas foi apenas, parcialmente, atendida pelas políticas de combate e prevenção ao HIV/AIDS.

O pensamento do autor se coaduna com as questões levantadas anteriormente pelos estudos citados, quando nos afirma que “a carência de políticas de saúde para

a comunidade LGBT resulta na baixa procura por atendimento, ampliando a ocorrência dos agravos, sejam ambientais, sanitários, econômicos ou sociais” (LAURENTINO, 2015).

Considerando o trabalho feito por Laurentino (2015), achamos importante destacar a pesquisa desenvolvida por Renato Santos e Néia Schor (2015), onde também apresentam um relato sobre o desenvolvimento das políticas HIV/AIDS, e como isso repercutiu para o desenvolvimento das atuais políticas de saúde para população LGBT, mas também como estigmatizou a população LGBT. Explico. Autor e autora discutem de que forma as concepções de gênero e masculinidades foram fundamentais para a formulação de uma identidade e de movimentos que marcaram as primeiras respostas do Estado brasileiro à epidemia da AIDS. Porém, como as primeiras pessoas identificadas como portadores de HIV eram homens gays, o movimento LGBT foi marcado com essa alcunha e, por consequência, toda uma população.

Desta forma, pode-se afirmar que, guardados os limites das questões clínicas, a aids tem suscitado muitas discussões e foi a responsável por colocar a homossexualidade em importantes pautas sociais e no meio médico científico. O fato de que as primeiras pessoas identificadas como portadoras do HIV fossem homens gays marcou profundamente as respostas dadas à epidemia e aos rumos do movimento LGBT, e levando a uma inegável estigmatização das pessoas com a síndrome (...) As primeiras respostas à epidemia de aids no Brasil representaram uma nova forma de pensar e de construir políticas públicas, devido a terem resultado de esforços de grupos e movimentos sociais, como os das feministas e dos homossexuais. Desta forma, a epidemia da aids permitiu a formulação e a reorganização dos movimentos homossexuais e de políticas voltadas para esta população (SANTOS e SCHOR, 2015, p.57-58).

O que percebemos, até então, é uma forte tendência, seja em seu processo histórico para criação, formulação, ou atualmente na implementação e execução direta das políticas públicas, para a discriminação da população LGBT, que, mesmo diante de significativas mudanças sociais e políticas, que repercutem, ou deveriam, em nosso modo de construir e gerir essas pautas junto ao governo, ainda precisamos garantir que sua efetivação seja concretizada de forma não violenta.

Paulo Reis dos Santos (2010), em seu artigo, relata sua experiência durante a atuação no CREAS - LGBT<sup>16</sup> implementado na cidade Campinas – SP, problematizando as (im)possibilidades da reverter o quadro de desamparo e exclusão social a que estão submetidos os LGBTs campineiros.

O autor afirma que o modelo de administração pública que estrutura os serviços ofertados, “implicitamente, vai discriminando, porque omite a existência de sujeitos com diversas orientações sexuais ou identidades de gênero, ou porque opõe hierarquicamente homossexuais a heterossexuais” (REIS, 2010, p. 151-152).

Mais que falar sobre a experiência desse serviço, o autor corrobora com outros achados nossos, quando afirma que existe um desinteresse governamental em apontar alternativas que, de fato, consigam dar seguimento para a agenda LGBT em sua pauta política. Mais que anunciar, ele denuncia as dificuldades de tocar os serviços sem que haja o apoio da gestão. As equipes técnicas não dão conta, por si só. Enfatizando o que vimos dizendo desde o início de nossa conversa, o autor afirma que:

Trata-se de mudar a agenda do país, de modificar drasticamente os temas e valores compartilhados, de modo que se incorporem as diferentes alternativas de vida e sexualidade da população, alterando em profundidade os espaços e processos em que se faz política (REIS, 2010, p. 160).

Cláudia Vianna (2015), por sua vez, aborda aspectos relativos a sua investigação, ao longo de duas décadas de estudo, sobre a relação entre Estado e movimentos sociais na produção de políticas públicas de educação, sob a ótica das relações de gênero e diversidade sexual. Ela enfatiza que, a exemplo do que se passou no campo das políticas de saúde, a consolidação da pauta dentro da educação foi precedida pelo movimento de prevenção à AIDS, que repercutiu no desenvolvimento de ações contra a homofobia no ambiente escolar.

---

<sup>16</sup> O Centro de Referência de Assistência Social LGBT é o primeiro serviço público governamental do país voltado às questões de violação de direitos e cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, existe desde 31 de julho de 2003, e sua atuação serviu de modelo para a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. (Fonte: [www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br))

A autora ainda aponta que, de fato, essa agenda só tomou corpo a partir dos anos 2000, mais especificamente na primeira gestão do governo Lula, onde foi possível articular as demandas do movimento LGBT, a produção acadêmica sobre o tema e a elaboração de políticas públicas. A pressão exercida pela sociedade civil organizada conseguiu dar visibilidade à demanda e garantir a mudança no cenário político.

Entretanto, como temos percebido nos últimos anos, uma onda religiosa fundamentalista vem tomando corpo e força, e adotando discursos que tem quebrado o avanço nessa pauta. Vianna (2015) traz essa ideia de forma muito lúcida. Em sua pesquisa, dialogou com diferentes gestores(as) de escolas públicas de São Paulo e o que percebeu foi que entre as maiores dificuldades para implementação da pauta de gênero e diversidade sexual no âmbito escolar foram “a defesa do caráter privado da sexualidade e de sua restrição no âmbito escolar, sustentada pelo cerceamento do comportamento de estudantes, impedindo o namoro dentro da escola, por exemplo.” (VIANNA, 2015, p. 801-802). Ela ainda identificou que o discurso moralista utiliza a concepção da fase da infância como ingênua e assexualizante, sendo essa discussão incabível para esse público e ambiente.

O que temos visto no país é a descontinuidade de uma série de direitos garantidos. Mesmo com o avanço de pautas importantes, ainda percebemos que é preciso criar espaços que possibilitem o crescimento dessas políticas. O que vemos diante de todo cenário atual, vai ao encontro do que afirmam Luiz Mello, Walderes Brito, Daniela Maroja (2012), quando analisaram o processo de formulação e implementação de políticas públicas de combate à homofobia e de promoção da cidadania e dos direitos da população LGBT no Brasil:

A despeito de um cenário de muitas dificuldades, resistências e empecilhos, a opção política do movimento LGBT de pleitear a inserção de suas demandas na agenda de políticas públicas do Poder Executivo, nas várias esferas dos três níveis de governo, é uma estratégia que contribui para ampliar as possibilidades de garantia de seus direitos humanos e de cidadania (...) Primeiro, por proporcionar a ampliação, para além das esferas de competência dos poderes Legislativo e Judiciário, do campo das possibilidades de efetivação de direitos para esses segmentos. E, em segundo lugar, por favorecer a construção de uma cultura política compromissada com a superação dos preconceitos, discriminações e exclusões na esfera dos direitos

sexuais, que atinge principalmente, mas não só, a população LGBT (MELLO, BRITO e MAROJA, 2012, p.424-425).

Os autores e autora concluem com uma premissa que acredito que reflete de forma sucinta e direta nossa discussão nessa pauta: “a despeito dos avanços recentes nas iniciativas governamentais, o que se observa é que nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada” (MELLO, BRITO e MAROJA, 2012, p. 425).

Nesse primeiro bloco percebemos o avanço significativo da pauta LGBT como interesse do meio acadêmico e, mais ainda, como essas políticas vem se constituindo e se solidificando. É notório que existiu um avanço no desenvolvimento de estratégias governamentais, porém, é um campo que ainda carece de atenção devida, considerando a fragilidade com que a demanda LGBT é pautada atualmente.

Apesar do esforço coletivo entre movimentos sociais, agentes públicos e academia, o que percebemos com essa primeira parte de nosso exercício, é que as políticas ainda precisam se efetivar mais solidamente, para que seus avanços não sejam bloqueados em processos de mudanças de gestão governamental, ou diante da efervescência de ondas discursivas que continuam pondo em xeque essa luta de décadas.

### 2.3.2. Produções sobre Psicologia e políticas públicas voltadas à população LGBT

A partir desse ponto, vamos apresentar as discussões levantadas em nossa revisão a partir da perspectiva da Psicologia, sua participação teórica e/ou prática junto às políticas públicas de atenção à população LGBT. De certa forma, aqui conseguimos dar uma justificativa para nosso problema de pesquisa, quando pensamos junto sobre como essa ciência vem atuando nos diferentes contextos e diversos vieses.

Começamos pensando junto com Rafael Bianchi Silva e Flávia de Carvalhaes (2016), quando nos apresentam essa problematização inicial sobre Psicologia e políticas públicas, falando sobre os processos de ocupação dos profissionais da área nos novos espaços de intervenção. Porém, eles observam que existe uma dificuldade

por parte desses profissionais quando se veem tendo que optar entre “seguir os modelos tradicionais da Psicologia ou ousar experimentar e inventar novos modos de atuação, apostando na potência desta sensação de confusão como disparadora para interlocuções” (p. 250)

Talvez seja nesse íterim que a atuação da Psicologia pode ser analisada. É pensarmos que tipo de atuação ela vem pretendendo dentro desses espaços que, cada vez mais, buscam e pedem por (re)invenções, de modo que consiga chegar nessas complexas teias que permeiam o funcionalismo público.

Autor e autora apontam duas questões centrais para pensarmos a Psicologia nas políticas públicas, que são: i – análise da realidade onde se atua, ou seja, é preciso pensar práticas que fujam dos limites de classe que operam essa população como incapaz de gerir sua vida, ou possuir modos de vida considerados adequados; e ii – diz respeito ao objetivo do trabalho das(os) psicólogas(os) nas políticas públicas, que deve fugir da tradicional proposta de intervenção entre a dicotomia “sujeito que sofre-terapeuta que resolve”, evitando ações padronizantes e normalizadoras (SILVA e CARVALHAES, 2016), que exclui/inclui perversamente quem dele difere, ao longo da história ocidental, tem sido sustentado por diferentes discursos (GESSER, 2013, p. 69)

O que se busca é a necessidade de olhar para o sujeito considerando as complexidades de suas existências dentro de seus contextos e marcadores sociais. Cabe a(o) psicólogo(a) “se reconhecer como agente político capaz de contribuir para as construções coletivas de mudanças na realidade, para que os moradores destas localidades se reconheçam como sujeito de direitos” (SILVA e CARVALHAES, 2016).

Marivete Gesser (2013) ratifica esse pensamento e nos afirma que é imprescindível que a Psicologia tenha um posicionamento voltado para a quebra da noção de políticas públicas como uma assistência às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade. É preciso que seja incorporado o entendimento de que políticas públicas são direitos constitucionais e que transcendem a questão legalista, abrangendo também a dimensão ética, da potencialização do sujeito para a promoção da autonomia e da superação do sofrimento ético-político.

O desafio para a Psicologia, no início do século 21, destaca-se a necessidade de se construir metodologias para a atuação no âmbito das políticas públicas que tenham como norte o conhecimento dos autores sociais, o questionamento dos dispositivos normalizantes, o acolhimento da diversidade de modos de ser, a potencialização dos sujeitos e a inclusão das diferentes coletividades no controle social dessas políticas (GESSER, 2013, p. 75).

Daniele Ferrazza (2016), segue o mesmo entendimento e, em seu artigo, faz uma análise histórica da constituição de um saber psicológico normativo, buscando refletir sobre a inserção da Psicologia no âmbito da Saúde Coletiva. Dá destaque para pontos centrais como a formação dos (as) profissionais, de modo que seja pautada o desenvolvimento de um perfil condizente para atuação no âmbito das Políticas Públicas de Saúde. Também faz reflexões sobre como esse saber foi constituído a partir de relações do gerenciamento e regulamentação de comportamentos considerados desajustados.

A autora nos diz que, pensar nessa construção histórica nos dá possibilidade de pensar sobre formas de superação dessa Psicologia normativa e disciplinadora, que tem como centro de seu fazer processos psicopatologizantes e psicoterapias individualistas, distantes dos projetos de Reforma Sanitária e Psiquiátrica e da elaboração e implementação de Políticas Públicas de Saúde. (FERRAZZA, 2016)

Juliana Perucchi, Fernanda Deotti Rodrigues, Laíse Navarro Jardim e Lara Brum de Calais (2011), falam mais um pouco sobre a inserção da Psicologia em políticas de saúde, dando um recorte específico para sua atuação nas políticas de HIV/AIDS, reconhecendo-a como grande contribuidora no âmbito das intervenções nesse contexto, pois evidencia o ser humano em sua integralidade, olhando o sujeito que sofre muito além da doença que porta. Dessa forma, possibilitou romper com a compreensão do processo saúde-doença, que via o sujeito apenas como uma patologia a ser tratada.

Essa abertura para um olhar ampliado em saúde se deu através do diálogo da Psicologia com outras áreas e, sobretudo, pela possibilidade da Psicologia se posicionar nesse contexto, problematizando sua própria inserção nesse âmbito. Mais que apenas um atendimento clínico tradicional, os(as) profissionais que atuam junto à população vivendo com HIV/aids desenvolvem um papel primordial no que diz respeito

à identificação de vulnerabilidades, à promoção dos direitos humanos e, principalmente, ao olhar sobre a subjetividade desses indivíduos (PERUCCHI, et. al., 2011)

Priscila Detoni, Daiane Marques, Lissandra Soares e Henrique Nardi (2011), discutem a constituição do fazer Psi frente às novas demandas apresentadas pela articulação entre movimentos sociais e Estado, apontando, principalmente, aspectos referentes à mudança de práticas centradas no modelo indivíduo/patologia para o campo da intervenção e escuta do social e das formas de produção de saúde pautadas nos direitos humanos.

Através de uma discussão pautada no conceito foucaultiano de governamentalidade, nos convidam a refletir sobre como as relações de poder produzem sujeitos, do mesmo modo que as psicologias – enquanto constituídas na diversidade de saberes e práticas – objetivam sujeitos. Ainda nos apontam que essas ditas “novas” formas do fazer Psi tem o desafio de se manter constantemente em posição de estranhamento, no sentido de sempre repensar suas (im)possibilidades, permitindo que esse(a) psicólogo(a) consiga se ver como aquele agente de mudança que também constrói/reproduz/transforma a norma. (Detoni, et. al., 2011). Ao produzir esta reflexão ética, Detoni et. al (2011) apontam que “a(s) Psicologia(s) pode assumir um posicionamento crítico na construção das políticas públicas e na parte que lhes cabe na constituição dos sujeitos de nosso tempo” (p. 291).

Outros pesquisadores que vem somar nosso trabalho e trago, agora, Eric Ferdinando Passone e José Roberto Perez (2013), que usaram o material apresentado durante o I Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas, realizado pelo Conselho Regional do Rio de Janeiro, para aprofundar a discussão sobre a Psicologia, a partir de uma revisão teórica sobre o campo de análise de implementação de políticas públicas.

Em seu estudo, os autores apontam o compromisso social que a Psicologia vem tendo através de sua atuação junto aos processos de pensar e constituir as políticas públicas. Seguem falando sobre como essa ciência desenhou sua trajetória, de modo que foi possível aprofundar, criticamente, as análises sobre o universo das políticas públicas, sem reduzir os sujeitos à apenas objetos de estudo. Pelo contrário,

afirmam que a Psicologia contribuiu, significativamente, para garantia de que a subjetividade pudesse ser considerada no processo de implementação de políticas, que os indivíduos pudessem ser considerados como sujeitos de direitos, autônomos, históricos humanizados, e que ela se tornasse campo de interesse de todas as áreas que trabalham, direta ou indiretamente, com os processos societários e democráticos (PASSONE e PEREZ, 2013).

Seguindo nesse pensamento, em estudo recente Daniele Mesquita (2018) buscou investigar os posicionamentos e práticas dos profissionais de Psicologia da cidade de Juiz de Fora – MG, frente à resolução nº 001/99 e a “nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans”, ambas normativas do CFP – Conselho Federal de Psicologia, partindo do entendimento que existe uma classe de novos profissionais que se denominam “psicólogos cristãos”, cuja prática estaria sendo pautada em cima de crenças e valores pessoais, creditando ao seu fazer, inclusive, a possibilidade de “cura da homossexualidade”, fazendo com que a população LGBT continue sendo vitimada diante disso.

Através da entrevista feita com 14 psicólogos (as), Mesquita (2018) alocou os discursos em categorias para apresentação e análise: principais demandas para o atendimento psicológico, formação e concepções e práticas profissionais referentes à orientação sexual e identidade e gênero. Sobre esses pontos, o que ela aponta como questões centrais é que a sexualidade não é levada aos atendimentos clínicos como questão central, a priori, mas que depois vão surgindo questões como “sair do armário”, ou mesmo o preconceito. Conclui, também, que esses profissionais não tiveram em sua formação na graduação, ou pós-graduação, alguma ênfase nos estudos sobre gênero e diversidade sexual, dificultando algumas vezes sua prática com a população LGBT. E, ainda, que suas práticas, apesar de não apontarem explicitamente em seu discurso, tinham certa reprodução de violência no que tange: a) a não diferenciação entre orientação sexual e identidade de gênero, mostrando certa homogeneização quando se referia a essa pauta e b) a reprodução discurso patologizante da homossexualidade, dando a entender que existe algo que pode ser tratado. Conclui dizendo que:

Foi possível constatar a coexistência de práticas éticas e preconceituosas por parte dos profissionais. Embora nenhuma/um psicóloga/o tenha defendido explicitamente a patologização das vivências LGBT, ou a utilização de práticas “curativas”, ainda persistem discursos e práticas que (re)inventam formas de abjeção, naturalizando a heterossexualidade e a cisgeneridade e colocando as experiências LGBT em uma posição de inferioridade (MESQUITA, 2018, p. 139).

Quando pensamos em políticas de educação voltadas para discussão de gênero e sexualidade, achamos a dissertação de Marília Barreira (2015), que buscou problematizar a (re)produção da heteronormatividade e da homofobia no contexto da educação pública de Fortaleza – CE, através de grupos focais e aplicação de questionários com alunos e professores. O que ela evidencia em seu trabalho é a falta de informação de professores/as e alunos/as quando se pauta gênero e sexualidade, mesmo com maioria dos interlocutores afirmando terem participado de formações sobre essa questão, inclusive sob o viés das diretrizes do BSH.

Os discursos LGBTfóbicos permeiam as rodas de conversa e o ambiente escolar, apesar de serem velados. Nos grupos focais, a autora identificou as sutilezas na forma como, principalmente os professores, falavam sobre a existência, os comportamentos e os diálogos de alunos LGBT dentro do contexto escolar. Entende que sua pesquisa elucidou o lugar que o preconceito contra a(s) homossexualidade(s) ocupa no ambiente da educação escolar: de um lado temos alunos/as que se afirmam LGBT e não mais buscam esconder sua sexualidade, e do outro lado identifica que há algumas iniciativas em termos de políticas públicas sendo pensadas, porém não vem sendo efetivadas. (BARREIRA, 2015)

É importante pensarmos que essas produções dialogam entre si de uma forma harmônica, quando pensamos no desenvolvimento de políticas que visem o enfrentamento à violência LGBTfóbica. Todas vem trazendo um histórico bastante similar quando pensamos seus processos de formulação e desenvolvimento, e como a Psicologia, direta ou indiretamente, vem atuando diante desse cenário que tem exigido tanto sua contribuição.

O que apreendemos com esse capítulo é que existe uma gama de possibilidades que podem nos auxiliar a pensar e construir políticas públicas mais sólidas, que nos garanta sucesso dentro da agenda LGBT nos diversos níveis de governo, além da contribuição da academia e suas pesquisas científicas e, mais ainda, a colaboração com movimentos sociais, que foram, em grande parte, responsáveis por provocar e tocar essa pauta durante décadas, e até hoje. Destacamos que as produções localizadas em nossa revisão estão dispostas durante toda essa dissertação, pois contribuíram de diversas formas para a sua construção.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Dedicamos esse capítulo a apresentar princípios teóricos e metodológicos que fundamentam o estudo em questão. Pautamos nossas leituras numa perspectiva feminista, entendendo que tudo o que produzimos, fala sobre nós, fala de nossos lugares e nossas aspirações, fala sobre aquilo que acreditamos. Imprimimos, assim, esse olhar sobre o fazer científico.

Inicialmente, o fundamental é afirmar que esse olhar se estende a todo o corpo do trabalho, desde nosso trabalho em pensar, até o trabalho materializado, em si. Apostamos nisso, entendendo e atendendo ao convite de Donna Haraway (1995), de que todos os conhecimentos são histórica e socialmente situados e, por isso, são parciais, e de que o “feminismo tem a ver com uma visão crítica, consequente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero” (pág. 31).

Como muitas outras feministas, quero argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegiem a contestação, a desconstrução, a construção apaixonada, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver. Mas não é qualquer perspectiva parcial que serve; devemos ser hostis aos relativismos e holismos fáceis feitos de adição e subsunção das partes. (...). Precisamos também buscar a perspectiva daqueles pontos de vista que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometam alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação. De tal ponto de vista, a categoria não marcada realmente desapareceria (HARAWAY, 1995, p. 24).

Tomamos, também, o entendimento de Sofia Neves e Conceição Nogueira (2005), que, do ponto de vista feminista, “uma análise reflexiva da investigação científica e social parte do princípio de que o conhecimento é sempre e forçosamente moldado por quadros de referência sócio-políticos”.

Corroborando, ainda, com o entendimento apresentado por Pedro Paulo Bicalho, Kely Cristina Magalhães, Luan Cassal e Janaína Geraldini (2012) não consideramos a existência de neutralidade do pesquisador, na medida em que as

escolhas que definem o objeto de estudo, método, campo e referencial teórico, falam diretamente sobre nós, dessa forma, devemos nos considerar “como sujeitos mergulhados no mundo, atravessados por sua história e seu presente, e envolvidos (ou não) com os efeitos de sua produção de conhecimento no mundo” (p.269).

Porém, os autores destacam que não podemos nos considerar detentoras do saber, ou como aquelas que irão apresentar verdades. Como afirmam, “nossa aposta é o ato de pesquisar como prática política, no sentido de não aceitarmos hegemonias simplesmente por estarem naturalizadas” (p. 266 e 268).

### **3.1 Construcionismo e a produção de sentidos para a análise das práticas discursivas**

A partir desse ponto, iremos focar em apresentar nossa base teórico-metodológica, a partir da qual fundamentamos nosso trabalho. É importante destacar que, entendendo que esse projeto adveio a partir dos dados produzidos pela pesquisa guarda-chuva, já citada, nosso referencial se coaduna com o entendimento proposto pelo mesmo. Dessa forma, pensamos nosso trabalho à luz do Construcionismo Social, para embasar nosso estudo das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano.

Tomamos o entendimento de Kenneth Gergen (1985/2009), um dos primeiros estudiosos a pensar e discutir sob a ótica desse conhecimento, quando diz que “a pesquisa construcionista social ocupa-se principalmente de explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam, ou, de alguma forma, dão conta do mundo em que vivem (incluindo-se a si mesmas)”. (p.301).

Mary Jane Spink e Rose Frezza, (2015), apontam implicações para como entendemos “conhecimento”. Essencialmente, colocam que é necessário que abdiquemos da visão representacionista, onde apenas refletimos o que mundo apresenta, mas sim, que passemos a compreender que conhecimento é feito a partir de trocas e interações, é algo que se faz junto, por meio de nossas práticas sociais e não algo que apreendo do mundo. Esse entendimento compactua com o autor referido anteriormente quando nos diz:

Os termos com os quais entendemos o mundo são artefatos sociais, produtos historicamente situados de intercâmbios entre as pessoas. Do ponto de vista construcionista, o processo de compreensão não é automaticamente conduzido pelas forças da natureza, mas é o resultado de um empreendimento ativo, cooperativo, de pessoas em relação. (GERGEN, 1985/2009, p.303).

As autoras também dizem que pesquisa construcionista é decorrente de três movimentos, que apesar de independentes, contribuíram para reconfiguração das visões de mundo: Filosofia, Sociologia do Conhecimento e Política. A partir do diálogo desses três lugares, se configurou como reação ao representacionismo, desconstrução da retórica da verdade e o empoderamento de grupos socialmente marginalizados (SPINK E FREZZA, 2015).

Também suscitam mais uma reflexão sobre o posicionamento construcionista, entendendo que essa perspectiva exige um esforço de desconstrução de noções profundamente arraigadas na nossa cultura:

É um convite a aguçar a nossa imaginação e a participar ativamente dos processos de transformação social. Impõe-se, em contrapartida, a necessidade de explicitação de nossas posições: não a escolha arbitrária entre opções tidas como equivalentes, mas a opção refletida a partir de nossos posicionamentos políticos e éticos (SPINK E FREZZA, 2015, pág. 15).

Mary Jane Spink (2010) apresenta, ainda, três pressupostos que orientam a perspectiva construcionista: O primeiro fala do ponto de vista epistemológico, em que diz que o conhecimento não representa a realidade (p.10), não sendo possível distinguir entre nosso saber sobre o mundo e o mundo em si. O segundo diz sobre a natureza humana, corroborando com o entendimento de Gergen (1985/2009) anteriormente apontado, onde o conhecimento é entendido como prática social. E, por último, o pressuposto metodológico, que busca levar para a pesquisa uma postura “desreificante, desnaturalizante, desessencializadora que radicaliza ao máximo a natureza social do nosso mundo vivido e a historicidade de nossas práticas” (p.11).

O construcionismo para Conceição Nogueira (2003) surge como a escola que melhor se adequa ao pensamento pós-moderno no campo da Psicologia, insistindo que se tenha uma posição crítica diante do conhecimento produzido, às observações do mundo como sendo de natureza individual e não enviesada.

É importante definir aquilo que consideraremos como processo em nosso projeto: a produção de sentidos no cotidiano, como forma de análise das práticas discursivas, definidas por Mary Jane Spink e Benedito Medrado (2013) como linguagem em ação, ou seja, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas.

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas –na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas –constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (SPINK; MEDRADO, 2013, p. 22).

Para autor e autora, podemos entender a produção de sentidos como “prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso”, sendo, então, um fenômeno sociolinguístico que busca compreender tanto as práticas discursivas, quanto os repertórios utilizados nessas produções discursivas (SPINK e MEDRADO, 2013).

Desse modo, entendemos as práticas discursivas como processos de rupturas e ressignificações, ou seja, onde o uso da linguagem é prática social, implicando a necessidade de se trabalhar tanto os aspectos performáticos da linguagem, que nos fala sobre intenções, condições, e modos, quanto as condições de produção, tomados pela autora como o contexto social e interacional (SPINK, 2010). Assim, podemos definir como “linguagem em ação, ou seja, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” (SPINK e MEDRADO, 2013, p 26).

As práticas discursivas se caracterizam tanto pela dinâmica como pelos conteúdos, chamados por Spink (2010) de repertórios linguísticos<sup>17</sup>, que podem ser entendidos como termos, conceitos, lugares comuns e figuras de linguagem que demarcam o rol de possibilidades de construções de sentidos. Não se busca, entretanto, uma estrutura ou forma de associar conteúdos, mas sim, se busca

---

<sup>17</sup> Em nossas leituras é possível encontrar os termos “repertórios linguísticos” (Spink, 2010) e repertórios interpretativos (Spink e Medrado, 2013), para falar sobre o mesmo conteúdo. Optamos, aqui, por seguir uma linguagem única apenas para que se dê padronização a escrita, não afirmando que existe uma forma mais correta, ou menos correta para apresentar nosso termo. Dessa forma, no restante do corpo textual, usaremos o termo “repertório interpretativo”.

entender que esses conteúdos se associam, por si, de formas diferentes, de acordo com seu contexto.

Em outras palavras, esse conceito é particularmente útil para entendermos a variabilidade usualmente encontrada nas comunicações cotidianas, quando repertórios próprios de discursos diversos são combinados de formas pouco usuais, obedecendo a uma linha de argumentação, mas gerando, frequentemente, contradições (SPINK e MEDRADO, 2013, p. 28).

Jonathan Potter e Margaret Wetherell (1996) conceituam repertórios como elementos essenciais que os sujeitos usam para construir versões das ações, processos cognitivos e outros fenômenos. É um recurso utilizado pelo pesquisador para identificar um padrão no conteúdo de certos materiais, entendendo que o discurso é variável e os sujeitos produzem sentidos diferentes para um mesmo evento, mas são essas inconsistências e diferenças nos discursos, que mantem uma unidade linguística.

Entendendo que esse projeto tem como objetivos analisar discursos produzidos pelos/as interlocutores/as, bem como nos documentos de domínio público, visando analisar as contribuições da Psicologia para as estratégias governamentais de enfrentamento à LGBTfobia, os estudos dos repertórios nos darão possibilidades de dialogar com as polissemias discursivas produzidas.

Também é importante situarmos nosso alinhamento com o conceito de Maria Cecília Minayo (2001), quando propõe que metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, uma vez que inclui as suas concepções teóricas, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e potencial criativo do investigador. Antônio Carlos Gil (2008) também contribui quando aponta que método é o caminho para se chegar a determinado fim. E método científico seria o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

Aqui, nos baseamos em premissas de uma pesquisa de orientação qualitativa, ou seja, que busca trabalhar com as inúmeras possibilidades de significados que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001). Busca-se entender, aqui, as dinâmicas e os fenômenos, compreendendo que o fenômeno ou

processo social devem ser entendidos nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos.

No capítulo seguinte, abordaremos nossos procedimentos metodológicos, apresentando nossos caminhos e justificando as escolhas. Iremos seguir uma viagem pelos diferentes lugares percorridos, bem como fazer uma apresentação de nossos (as) interlocutores (as) e seus devidos espaços de atuação.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A escrita desse capítulo me faz pensar sobre movimentos. Movimentos que seguem, por vezes, estradas pré-definidas, cujo solo é conhecido e nos dá segurança para percorrer, mas também, em outras ocasiões, nos apresentam trajetórias cuja incursão ainda não é familiar e nos convida a dialogar mais sobre essas possibilidades. Como bem falou Edna Granja (2008) em sua dissertação, por mais que tentemos escrever uma história linear sobre a construção da metodologia, esse processo mais se assemelha a uma dança, que a uma marcha. É, talvez, assim, que faça sentido aquilo que pretendo apresentar.

Benedito Medrado e Jorge Lyra (2015) também apresentam uma outra analogia para refletirmos sobre o processo metodológico. “A viagem” nos faz entender que, por vezes, os registros do que percorremos podem ser mais encantadores que os próprios roteiros traçados. Nos falam sobre isso:

(...) é exemplar da viagem que se produz numa pesquisa: uma forma de descolamento dos próprios conhecimentos, portanto, em maior ou menor grau, um desconfortante deslocamento de si. Quando se viaja, não se conhece apenas lugares ou caminhos. (Des)conhece-se a si próprio, num impulso de sair das parcas construções sobre si e dos precários “portos firmes”. Viaja-se para se deslocar. Não para saber quem “se é” (mesmo porque, apesar de útil, o “eu” será sempre forjado e contingencial) ou “para conhecer o mundo”, mas para produzi-lo. Viajar é, portanto, uma experimentação do questionamento das parciais, precárias e provisórias produções de verdade sobre o mundo e sobre si. Assim também é, ou deveria ser encarada, a produção de conhecimento científico. ” (MEDRADO E LYRA, 2015, p.90).

Todo produto aqui pensado é resultante de viagens, físicas e simbólicas, diga-se de passagem. A partir de um interesse inicial, das reuniões coletivas e orientações individuais, às sugestões apresentadas durante a banca de qualificação, foi possível desenhar nossas trilhas e registrar as paisagens por onde passamos.

### 4.1 Primeira parada: *Levantamento e mapeamento da rede*

A partir daqui, faremos o desenho de nosso percurso metodológico, e como os processos, instrumentos e sujeitos foram pensados. É sempre importante destacar

que, aquilo que será descrito, é um caminho construído e desenvolvido coletivamente junto com demais colegas e pesquisadores/as do Gema/UFPE. Porém, cabe falar que, apesar de escolhas feitas em grupo, minha participação se fez ativa, dando, também, voz aos ditos sobre a pesquisa.

O Gema, hoje, é formado, por 27 integrantes, entre graduação, mestrado, doutorado e apoiadores externos, que são integrantes sem vínculo formal com a universidade, mas que já fizeram parte da mesma em outros momentos, ou que atuam em serviços/políticas/pesquisas que mantêm correlação com os interesses do núcleo, contribuindo, assim, com o desenvolvimento das nossas atividades.

Dentro do Gema, são desenvolvidas diferentes pesquisas, coordenadas pelos professores Dr. Benedito Medrado e Dr. Jorge Lyra, responsáveis pelo núcleo, com enfoques diferentes, mas com uma linha política e epistemológica convergente, a saber, o olhar para a ciência a partir de uma perspectiva feminista de gênero.

Atualmente são desenvolvidos três grandes projetos: Paternidade<sup>18</sup>, HSP – Homens e Saúde Pública<sup>19</sup> e Diversidades<sup>20</sup>, cujas equipes e encontros são independentes, mas correlacionados na medida em que o diálogo entre os pares é fundamental para o alinhamento das estratégias de ação do núcleo.

Esse meu projeto individual foi desenvolvido a partir do Diversidades, já aprovado, anteriormente, pelo comitê de ética para execução, motivo pelo qual não foi necessária sua apresentação individual, uma vez que os dados aqui analisados são do escopo do projeto maior, nos dando o respaldo necessário. Pensamos, portanto, olhando através de diferentes formas de fazer e atrelados ao entendimento de uma construção coparticipativa.

---

<sup>18</sup> Projeto coordenado por Jorge Lyra que tem como objetivo final desenvolver estratégias para um maior envolvimento dos homens, especialmente os pais, nas consultas e demais ações de pré-natal e assistência obstétrica.

<sup>19</sup> Projeto co-coordenado por Benedito Medrado e Jorge Lyra, em parceria com a área técnica de saúde do homem do Ministério da Saúde, visa produzir uma análise da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), a partir de diálogos com gestores, profissionais de saúde, usuários e potenciais usuários, nas cinco regiões do Brasil.

<sup>20</sup> Projeto coordenado por Benedito Medrado, vem desenvolvendo a pesquisa sobre atenção psicossocial no contexto das estratégias governamentais para enfrentamento à violência baseada em orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Assim como minha pesquisa analisa dados produzidos pelo projeto maior, outros produtos também sairão resultantes, através de outros/as pesquisadores/as, visto que o material é extenso, intenso, e dá abertura para a produção de novas possibilidades de trabalhos. Não pretendo, aqui, portanto, argumentar por uma escrita que dê conta de trabalhar tudo aquilo que conseguimos coletar nesses meses de imersão no campo. Seria uma pretensão maior do que a possibilidade temporal para uma dissertação.

#### **4.2 Segunda parada: *Aproximações com o campo-tema***

Gosto de ressaltar sempre, talvez até repetidamente, a importância que é o construir e planejar de forma coletiva. Nossas atividades e estratégias de ação, se enriquecem quando conseguimos trocar com nossos pares nossas inquietações. Assim, fortalecemos nossos saberes e fazeres, e nos colocamos em posição de constante aprendizado e (re)criação.

Durante as reuniões coletivas do núcleo de pesquisa, foram construídos e definidos caminhos metodológicos que atendessem às diferentes etapas e objetivos da pesquisa. Dessa forma, buscarei descrever os procedimentos adotados.

Como todo e qualquer processo precisa de um ponto de partida, o nosso se deu a partir da revisão do projeto, com leituras e discussões sobre o mesmo, para que todos e todas integrantes estivessem inteirados/as da proposta e pudéssemos dar seguimento para a execução da pesquisa. Esse momento exigiu grande atenção da equipe, visto que nem todas as pessoas estavam familiarizadas, pois haviam entrado no núcleo há pouco tempo.

Acordamos em reunião, também, que nosso primeiro movimento seria buscar contato com um local que fosse referência e que, a partir do diálogo com ele, pudéssemos abrir caminhos e pensar nas próximas estratégias para continuidade da pesquisa. Assim, achamos pertinente que o Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH) fosse esse lugar, considerando ser o marco referencial estadual em atendimento à população LGBT em situação de violação de direitos. Acho válido, nesse momento, situar o que é o centro, portanto.

Criado pelo governo de Pernambuco entre 2009/2010, inicialmente, foi executado pela Organização não-governamental (ONG) Movimento LGBT Leões do Norte, sendo que atualmente toda execução é de responsabilidade do Governo do Estado de Pernambuco (Pernambuco, 2014).

É vinculado à Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) e atua na garantia dos direitos e do respeito à livre orientação afetivo/sexual e identidades de gênero em Pernambuco. Também presta serviços de orientação jurídica e psicossocial gratuitos para a população LGBT e realiza oficinas, palestras, seminários em espaços sociais como escolas, ambientes de trabalho e no âmbito familiar em todo o estado, além de atuar nos casos de mudança de nome civil.

Retomemos, pois, nossas descrições dessa aproximação com o campo, para que consigamos prosseguir com o descompasso dessa *viagem-dança*. Agendamos uma reunião com o serviço para apresentação do projeto e diálogo sobre nossa proposta de trabalho. Participamos desse momento, Benedito, orientador e coordenador, Carolina Barros, também mestrande e eu. O encontro aconteceu na própria sede do CECH, que fica no prédio da Controladoria Geral do Estado e contou com a participação da coordenadora atual e de uma das advogadas. Elucidamos sobre todas as etapas de execução e firmamos um acordo sobre a participação de duas pesquisadoras (uma graduanda e uma pós-graduanda) no cotidiano do serviço, para que acompanhassem mais de perto a rotina e pudessem trabalhar na construção de seus diários de observação.

Pensando na importância de haver uma efetiva partilha de saberes, as estudantes também levariam proposições de atividades/ações que pudessem contribuir com o desenvolvimento do trabalho local. Era fundamental pensar que esses caminhos se constroem coletivamente e que os ganhos podem, e devem ser mútuos. Esses acordos foram devidamente assinados em carta de anuência, nos dando embasamento para os passos posteriores.

### **4.3 Levantamento de dados**

Após revisado o projeto, passamos a desenhar os procedimentos e definir cronogramas para execução das etapas. Inicialmente, começamos a pensar quais

serviços, entidades e/ou organizações seriam acessadas por nós, pesquisadores e pesquisadoras, para levantamento das informações referentes ao atendimento à população LGBT, que atendessem às nossas demandas. Para além, entendemos que o propósito seria, também, que essa base de informações pudesse contribuir para o fortalecimento dessa rede, através do acesso aos dados posteriormente.

Dessa forma, conseguimos listar os serviços existentes em diferentes políticas públicas, a partir de um levantamento inicial feito por uma das colegas de grupo, que também é funcionária pública estadual. Tal levantamento nos permitiu visualizar os dispositivos existentes, hoje, seja em níveis municipal, estadual ou federal, que estão sediados na capital pernambucana. Nesse momento, nos deparamos com uma gama de possibilidades, algumas, inclusive, desconhecida por boa parte do grupo, o que gerou perguntas reflexivas durante algumas reuniões: porque não sabemos da existência desses serviços? Será que esses serviços estão chegando aos usuários? Esses sujeitos sabem que existem esses serviços/políticas públicas especializados para seu atendimento? Esses são questionamentos que vem perdurando durante toda experiência da pesquisa.

Com esse material inicial, começamos a pensar em modos de trabalhar e como a equipe iria se organizar diante das inúmeras possibilidades. O primeiro filtro que utilizamos, foi a necessidade de delimitar o território onde esses serviços/políticas se encontravam. Optamos, então, por dar continuidade apenas com aqueles que estavam sediados em Recife, independentemente do nível de gestão.

Reconhecemos que dar conta, nesse momento, de uma pesquisa que conseguisse incluir a extensão de outras cidades da região metropolitana ou microrregiões de Pernambuco, seria inviável. Porém, vale a pena destacar que poderia ser importante, em outras oportunidades, conseguir expandir o levantamento desses dados.

Para que esses resultados tivessem dados significativos, não seria suficiente apenas a indicação dos serviços e suas atribuições. Era preciso pensar em como eles se organizam e que demandas são essas, tanto de procura quanto por oferta. Assim, após exaustivas discussões grupais e o contínuo exercício de pensar a partir dos

objetivos de nossa pesquisa, optamos por selecionar apenas os serviços específicos voltados à população LGBT abaixo listados:

1. Centro Estadual de Combate à Homofobia – CECH
2. Centro de Referência em Cidadania LGBT
3. Ambulatório LGBT “Patrícia Gomes” na Policlínica Lessa de Andrade
4. Gestos
5. Instituto Boa Vista
6. GTP+
7. Diretoria LGBT da UFPE
8. Espaço Trans – HC – UFPE
9. Espaço Trans Identidades Leonardo Tenório – CISAM – UPE (acompanhado pelo Estado – SES)
10. Ambulatório LBT do Hospital da Mulher

#### **4.4 Olhando para o mapa: *visualização da rede***

Realizado o levantamento inicial, iniciamos uma nova etapa. Voltamos nossa atenção para a elaboração de um instrumental que pudesse coletar essas informações iniciais sobre os serviços e nos apresentasse um panorama geral de funcionamento e direcionamento desses serviços/instituições. Ao mesmo tempo, já discutíamos sobre a imersão da equipe no campo e de que forma seria nossa aproximação.

Construímos, portanto, um questionário estruturado com perguntas objetivas, que versavam desde seu ano de criação até os instrumentos utilizados no cotidiano do serviço. Entendemos, nesse momento, que esse tipo de material daria conta dos objetivos iniciais. Nos dividimos em duplas, por afinidade de interesses pessoais sobre o local, ou por vezes, pela (im)compatibilidade de agendas.

Abaixo, segue quadro síntese com as principais informações levantadas durante o mapeamento.

**Quadro 2.** Síntese das instituições pesquisadas

| IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO   | NÍVEL DE GESTÃO | PÚBLICO ATENDIDO  | ÁREA DE ATUAÇÃO                                       |
|--|-----------------|---|---|
| Ambulatório LBT do Hospital da Mulher do Recife                                | Municipal       | Apenas mulheres LBT (transgenitalizadas)  | Saúde   |
| Ambulatório LGBT “Patrícia Gomes” na Policlínica Lessa de Andrade              | Municipal       | LGBT  | Saúde   |
| Centro de Referência em Cidadania LGBT   | Municipal       | LGBT e pessoas não binárias   | Direitos Humanos                                      |
| Centro Estadual de Combate à Homofobia   | Estadual        | LGBT  | Direitos Humanos                                      |
| Diretoria LGBT da UFPE   | Federal         | LGBT  | Educação  |
| Espaço Trans – Hospital das Clínicas – UFPE                                    | Federal         | Travestis, transexuais e intersex   | Saúde   |
| Espaço Trans Identidades “Leonardo Tenório” – CISAM – UPE                      | Estadual        | Travestis e transexuais   | Saúde   |
| Serviço de atenção à população LGBT da Gestos (Comunicação e Soropositividade) | ONG             | LGBT, pessoas não binárias e pessoas convivendo com HIV/AIDS  | Saúde, educação, Direitos Humanos, Assistência Social |
| Serviço de atenção à população LGBT do GTP+                                    | ONG             | LGBT, profissionais do sexo, usuários/as de substâncias psicoativas e pessoas convivendo com HIV/AIDS | Saúde, educação, Assistência Social                   |
| Serviço de atenção à população LGBT do Instituto Boa Vista                     | ONG             | LGBT e pessoas não binárias e seus familiares   | Direitos Humanos, Assistência social                  |

É importante apontar, aqui, que todos esses serviços/instituições mapeadas afirmam possuir psicóloga/o em sua equipe de referência. Um dado importante quando formos pensar em nossas análises, mesmo que não utilizemos as informações de todos aqui elencados.

#### 4.5 Conversando com outros/as viajantes: *entrevistas*

Autores como Sérgio Aragaki, Maria Lúcia Lima, Camila Claudiano Pereira e Vanda Nascimento (2014) definem entrevista, numa abordagem construcionista, como uma produção discursiva coconstruída por entrevistador/a e entrevistado/a, feita a partir de negociações e pautada pela ética dialógica, sendo entendida como prática discursiva. As materialidades, os posicionamentos, as relações de poder e o contexto

local e histórico-social performam os discursos e produzem sentidos que podem ser diversos e, algumas vezes, até antagônicos.

Como bem citado no início dessa produção, a partir dos objetivos, pretendemos dialogar com os gestores das políticas públicas e setoriais voltadas para a população LGBT, com sede em Recife, de forma que possamos analisar de que maneira a Psicologia tem sido acionada para pensar as estratégias governamentais de enfrentamento à LGBTfobia, se tem sido acionada, antes de tudo. Dessa forma, escolhemos quem seriam os/as gestores/as entrevistados/as, a partir dos seus respectivos locais de trabalho, compreendendo serem políticas e/ou serviços estratégicos e exclusivos de atendimento ao público prioritário aqui recortado.

A princípio seriam apenas 4 (quatro) entrevistas: Coordenadoria Estadual de Promoção e Direitos da Política LGBT, Coordenação do Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH), Gerência de Livre Orientação Sexual de Recife (GLOS) e Coordenação da Política Estadual de Saúde Integral da população LGBT. A partir de indicações durante realização de entrevistas com esses/as primeiros/as gestores/as, foram citados mais de uma vez como referências necessárias para ampliarmos nosso diálogo outros dois lócus. Em conjunto, após apresentarmos ao núcleo a proposta e as argumentações que nos foram passadas, julgamos ser uma inclusão extremamente positiva e com grande potencial. Assim, somamos a esse conjunto a Coordenação do Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT de Recife e a Coordenadoria Estadual Educacional de Gênero e Diversidade.

A partir daqui os procedimentos foram feitos, em sua maioria, diretamente por mim, entendendo ser a parte fundamental da coleta de informações para essa dissertação e que, não estar em algum desses momentos, implicaria na possibilidade de perder detalhes importantes, talvez não observados ou identificados pela/o colega de trabalho. Aqui, era preciso tomar essa viagem sozinha como parte do processo. E acatar que, por vezes, seria preciso mudar meus rumos para que conseguisse adaptar-me aos fusos dos/as interlocutores/as.

Mas nem sempre essa viagem foi só. Seria injusto de minha parte não atribuir o mérito da companhia que, entre uma correria e outra, se fez presente tanto quanto possível. Tive, na maioria do tempo, uma viajante da graduação, que cursa o último

ano de Serviço Social, Lorena Melo. Entre algumas dificuldades de comunicação com os/as entrevistados/as, ela sempre tornou possível estreitar essa fala, pela insistência nas ligações.

Tivemos, sim, dificuldades nessa etapa, diretamente no que se refere ao tempo de retorno por parte de alguns gestores, ou mesmo a incompatibilidade de agendas entre nós, e entre nós e eles/as. Porém, novamente digo, foi necessário pensar em estratégias para conseguir da conta da produção nesse campo e não tornar essa viagem mais longa que o esperado e possível.

Não era possível apenas o diálogo com esses sujeitos, sem que fosse pensando, antecipadamente, em formas e propósitos dessa entrevista. Caso assim fosse, seria apenas uma conversa despreziosa que poderia não nos levar as respostas esperadas e acabasse por nos deixar no meio da viagem sem caminhos a percorrer, ou com a necessidade de mudar as rotas para outro destino.

Como dito anteriormente, nossa análise foi construída a partir de informações produzidas para uma pesquisa mais ampla, cujos instrumentais e procedimentos já estavam moldados e aprovados por comitê de ética responsável. Coube a mim, então, retirar desses instrumentos a possibilidade de dialogar a partir dos objetivos iniciais aqui pensados.

Odette Pinheiro (2013) nos convida a compreender a entrevista como prática discursiva, entendendo-a como ação e interação, que se dá em determinados contextos e sempre em relações negociadas. Nessa perspectiva, entende-se que o locutor se posiciona e posiciona o outro, a partir de elementos como tom, figuras personagens que dizem sobre seu posicionamento assumido diante do outro. Para ela, as posições são irrevogáveis, mas sistematicamente negociadas.

A autora nos diz que o sentido é produzido interativamente e a interação presente não inclui apenas alguém que fala e um outro que ouve, mas todos “os outros” que ainda falam, que ainda ouvem ou que, imaginariamente, poderão falar ou ouvir (PINHEIRO, 2013, p. 167).

A partir desse ponto, pensemos sobre nossos caminhos para chegar às narrativas produzidas pelos/as atores e atrizes privilegiados/as. É pertinente que,

como sugerido na banca de qualificação, eu expresse sobre essa adjetivação dos sujeitos, trazendo um pouco sobre o que chamo de privilégio e porque utilizo essa terminologia para dar acesso a essa de identificação.

Meu entendimento é que, a partir do momento em que você tem acesso mais facilmente, ou com menos barreiras, sendo pela sua proximidade com o atual local de trabalho através de cargo/função, ou mesmo por ter feito parte de determinados processos de construção e/ou consolidação de processos que pautem essa discussão levantada, se tem o privilégio da informação.

É possível dizer que não funciona da mesma forma em todos os lugares. E concordo com isso. Mas, mesmo que esses processos se deem de formas singulares e de acordo com a subjetividade de cada indivíduo envolvido, essas histórias construídas todas se configuram dentro de um campo de envolvimento que os/as coloca em situação de possível “vantagem” diante de outros/as que não participem, ou não tenham vivenciado em épocas anteriores. Também, por isso, foi feita nossa escolha pelos/as gestores/as, por um suposto entendimento prévio que esses cargos são ocupados por sujeitos que tem determinado acúmulo, técnico e/ou vivencial, sobre a pauta.

Sérgio Aragaki, Maria Lúcia Lima, Camila Claudiano Pereira e Vanda Nascimento (2014) argumentam que as entrevistas têm finalidades distintas, que irão depender da sua utilidade para o projeto de pesquisa, podendo ser: para contextualização de um determinado tema, para entender a circulação dos repertórios em um momento histórico e social em uma sociedade ou grupo e para entender como as pessoas se posicionam e como se construiu o jogo de posicionamentos entre elas.

Para essa pesquisa, entendemos que as três finalidades dialogam entre si e são possíveis diante de nosso contexto, uma vez que necessitamos compreender a historicidade relacionada às políticas públicas no estado de Pernambuco, considerando a materialidade dos processos construídos histórico e socialmente, bem como de que forma esses sujeitos se posicionam diante das problematizações levantadas concernentes ao tema.

Como ferramenta, fizemos uso da entrevista semiestruturada, entendendo bem como os autores acima citados afirmaram, que, apesar de existir um roteiro prévio que norteia as questões, há uma liberdade para criação de momentos de construção e transformação de sentidos, podendo sofrer alterações durante o processo dialógico (ARAGAKI, et. al. 2014, p. 61). Assim, tornamos esses momentos mais fluidos, com possibilidades de abrir os caminhos de exploração e aprofundamento dos discursos produzidos.

Todas as entrevistas aconteceram nos respectivos locais de trabalho onde os serviços/políticas estão funcionando. O único serviço que possui imóvel com finalidade exclusiva é o Centro Municipal em Cidadania LGBT de Recife, todos os demais estão em prédios públicos onde existem outros serviços/políticas em funcionamento, havendo, portanto, o compartilhamento das dependências ou mesmo do próprio espaço físico da sala.

As entrevistas foram gravadas com celular, devidamente autorizadas pelos/as participantes, após apresentação inicial dos objetivos da pesquisa, da metodologia que iríamos utilizar, além de terem sido informados sobre riscos e benefícios, bem como sobre a possibilidade de desistência em qualquer etapa. Após concordância com a proposta apresentada, foi assinado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice 1). Depois foram transcritas e revisadas para utilização no nosso processo analítico. Todos os áudios foram devidamente transcritos e revisados para utilização posterior em nosso processo de análise dos dados.

Abaixo, apresentamos um mapa com a devida localização territorial dos serviços acessados, para que se possa visualizar a disposição e os caminhos por onde essa viajante andou. Acredito que seja possível, assim, também aproximar o leitor de nossos trajetos e compreender, posteriormente, sobre o acesso e atendimento aos usuários, a partir de lugares e estratégias discutidas com nossos/as interlocutores/as durante as entrevistas.



Figura 7. Disposição geográfica dos serviços acessados – Recife/PE. Fonte: Google Maps (2018).

-  CECH - Secretaria da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco
-  GLOS - Prefeitura do Recife
-  Secretaria Estadual de Saúde
-  Secretaria Estadual de Educação
-  Centro de Referência em Cidadania LGBT
-  Coordenação Estadual LGBT - Secretaria de Justiça e Direitos Humanos

Como forma de dar visibilidade ao perfil dos sujeitos, elaborei outro quadro síntese, onde estão descritas as principais informações socioeconômicas levantadas durante as entrevistas. Todas as informações estão descritas exatamente de acordo como os sujeitos apresentaram, seja orientação sexual, cor/raça, religião, etc.

**Quadro 3.** Perfil dos/as gestores/as entrevistados/as conforme respostas fornecidas pelos/as entrevistado/a

| Nome <sup>21</sup> | Idade | Orientação sexual     | Identidade de gênero | Cor/Raça        | Religião  | Regularidade com que frequenta (missas, cultos, sessões) | Quantidade de pessoas com quem reside | Renda mensal familiar | Formação  |
|--------------------|-------|-----------------------|----------------------|-----------------|-----------|--|---------------------------------------|-----------------------|---|
| Robson             | 33    | Homossexual (Gay)     | Masculino            | Branco          | Espírita  | Não tem regularidade                                     | Uma Pessoa                            | 5 Salários            | Superior Completo   |
| Ana                | 29    | Heterossexual         | Mulher, cis          | Parda           | Católica  | Não frequenta  | Uma Pessoa                            | 5 Mil Reais           | Assistente Social, com especialização em Políticas Públicas |
| Fernanda           | 31    | Homossexual (Lésbica) | Feminino             | Negra/ Indígena | Não       | Não frequenta  | Uma Pessoa                            | 8 Salários            | Jornalismo  |
| Jorge              | 37    | Homossexual (Gay)     | Masculino            | Negro           | Candomblé | Frequenta  | Uma Pessoa                            | 12 Mil Reais          | Fisioterapia  |
| Bruno              | 35    | Homossexual (Gay)     | Homem                | Negro           | Católica  | Não frequenta  | Quatro Pessoas                        | 6 Mil Reais           | Especialização em Psicopedagogia                            |
| Natanny            | 33    | Heterossexual         | Trans                | Negra           | Não       | Não frequenta  | Sozinha                               | 2,8 Mil Reais         | Mestrado em Educação  |

<sup>21</sup> Todos os nomes dos sujeitos utilizados na análise são fictícios, visando resguardar a identidade de nossos (as) interlocutores (as). As transcrições são literais, visando não perder suas características individuais, como verbetes, maneirismos e expressões outras. Quando a descrição sobre as instituições facilitarem o reconhecimento da (s) pessoa (s) envolvida (s), serão omitidos e substituídos por (\*\*\*)

#### 4.6 Olhando para outros caminhos: *Documentos de domínio público*

Aqui, debruçaremos nossos olhares para mostrar os trajetos e achados desse caminho pela busca dos referidos documentos que pautassem nossos interesses dentro do campo da pesquisa. O que pretendemos, com isso, é ampliar o olhar não apenas para o discurso dos sujeitos, mas compreender em que medida a produção de informações direcionadas para livre comunicação, faz uso, ou remete a utilização, dos conhecimentos, técnicas ou instrumentos da Psicologia para construção e consolidação de seus serviços e políticas públicas.

Entendo a fundamental necessidade de se produzir e fomentar uma ciência capaz de contribuir com o desenvolvimento de políticas, estratégias e legislações que pautem a garantia dos direitos da população LGBT com a compreensão de que os mesmos são, essencialmente, Direitos Humanos e precisam ser promovidos e assegurados pelas devidas instâncias. Passemos, portanto, a caminhar.

Começemos situando o que chamamos por documentos de domínio público para que o relato dos esforços empregados faça sentido no momento seguinte, já que é preciso tratarmos com o devido cuidado as análises desse material, considerando o tempo e investimento de quem se dispôs a contribuir com esse tipo de produção de informações. Tomamos o entendimento apontado por Peter Spink, Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro, Simone Peixoto Conejo e Eliete de Souza (2014), que produzem uma leitura sobre isso. Acerca dessa forma de fazer e a partir de onde fazer, nos afirmam:

[...] é toda e qualquer matéria escrita produzida para a leitura e o uso pelo público em geral ou para um público específico. Por escrita entende-se desde avisos escritos à mão e disponibilizados publicamente, formulários diversos, panfletos, jornais, revistas, livros e relatórios impressos até páginas da internet, portais e todos os demais repositórios eletrônicos onde o material pode ser livremente acessado e registrado de alguma maneira. Usamos a expressão “documento” no sentido elástico de registro, de algo que tem uma presença física; que fala sobre algo e é também algo. (SPINK, et, al., 2014, p. 207).

Nosso exercício, aqui, buscou identificar os documentos publicados nos sites ou portais oficiais dos governos estadual e municipal, a partir das políticas públicas

selecionadas como campo dessa pesquisa, a fim de identificar que tipo de produções são essas, sobre o que falam e em que medida a Psicologia é apontada, ou não, dentro do seu conteúdo. Percebam que, aqui, me refiro apenas às políticas e não aos serviços, pois parto da compreensão de que é essa instância de gestão quem cria e define a organização dos princípios e diretrizes sobre como os serviços a ela vinculados devem funcionar, através de seus planos de ação, portarias, normativas, etc. Ou seja, é quem norteia as práticas executadas pelos equipamentos de ponta, que são aqueles que atuam na execução direta dos serviços. Após identificar as páginas, notícias e demais informações, conseguimos levantar o que estava sendo disponibilizado como material público.

Na página inicial do site da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos<sup>22</sup>, é possível identificar o Plano Estadual de Promoção do Direitos da População LGBT, recentemente lançado (17/05/2018), ocasião que se comemora o Dia Internacional de Combate a LGBTfobia. Entretanto, é importante destacar que, logo após seu lançamento, busquei o material, mas não obtive sucesso, visto que a produção não se encontrava disponível virtualmente ainda.

Assim, para que conseguisse dar andamento ao caminho da pesquisa, solicitei uma colega, que faz parte da gestão da secretaria estadual de saúde, uma cópia. Algum tempo depois, acessei novamente para confirmar, e o mesmo já estava situado onde mencionei anteriormente. Devido ao tempo entre a primeira busca e a segunda, não sei precisar quando o documento foi, de fato, inserido na plataforma. Também utilizei a ferramenta de busca do próprio site com o termo “LGBT”, mas não foram identificados outros documentos, apenas notícias sobre ações, reuniões, informativos da coordenação ou do próprio CECH.

No site da Secretaria Estadual de Saúde, identificamos a existência de página específica para a saúde LGBT<sup>23</sup>, na qual foram localizados 04 (quatro) documentos disponíveis, sendo: i – portarias sobre a política estadual de saúde integral da população LGBT (02); ii – logomarca da coordenação (01); iii – folder explicativo sobre a coordenação (01).

---

<sup>22</sup> <http://www.sjdh.pe.gov.br/>

<sup>23</sup> <http://portal.saude.pe.gov.br/programa/secretaria-executiva-de-atencao-saude/saude-integral-lgbt>

Sobre a política de educação, também não há página específica que remeta a coordenação de gênero e diversidade no site governamental<sup>24</sup>, mas já na página inicial, conseguimos identificar um link<sup>25</sup> que dá acesso ao requerimento para utilização do nome social por estudantes travestis e transexuais, regulamentado através de instrução normativa. Tentando aprofundar, utilizei a ferramenta de busca com os termos “gênero” e “LGBT”, mas aqui também encontramos apenas notícias relacionadas a ações estratégicas.

No site da Prefeitura do Recife, foi possível localizar uma página específica sobre a GLOS<sup>26</sup> e nela foi identificado o maior acervo de documentos, somando um total 19 (dezenove) publicações, distribuídas da seguinte forma: i – anais e resoluções de conferências municipais LGBT (03); ii – relatórios de atividades e de gestão (06); iii – Cartilhas LGBT (02); iv – artigos (03) e v – leis e decretos (05).

Alguns materiais se repetiam, atualizando apenas o ano de divulgação, por isso, na apresentação no capítulo seguinte, o quantitativo é menor que o volume total de documentos. Isso não prejudicou nosso trabalho, ou criou alguma dificuldade em identificar os conteúdos de nosso interesse.

Peter Spink, Maria Auxiliadora Ribeiro, Simone Conejo e Eliete de Souza (2014) argumentam que é preciso resgatar a noção de que as leis fazem parte de um conjunto maior de sistemas jurídicos, que as mesmas foram criadas a partir e determinados contextos sócio históricos e que a singularidade de quem as lê e interpreta deve ser valorizada. Entendemos, assim, que esses documentos que pretendemos analisar, nada mais são do que artefatos dos sentidos produzidos por um determinado conjunto de atores e atrizes acerca de uma temática em questão, logo, fundamentais para compreensão dos repertórios, base de nosso processo analítico posterior.

No capítulo seguinte, buscaremos tecer análises acerca das práticas discursivas produzidas por nossos (as) interlocutores (as), bem como apresentar os

---

<sup>24</sup> <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/>

<sup>25</sup> <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=36&art=4136>

<sup>26</sup> <http://www2.recife.pe.gov.br/16/05/2016/gerencia-de-livre-orientacao-sexual-glos-0>

documentos localizados, considerando a(s) Psicologia(s) como ponto central para pensarmos seu lugar nesses repertórios.

Entendemos que o movimento aqui traçado foi fundamental para que, desde o início, fosse criada familiaridade com os conteúdos, nos aproximando e dando já abertura para pensarmos possibilidades de trabalhar com os mesmos. Nesse sentido, o cuidado em todo o procedimento metodológico foi fundamental para que essa construção não fosse meramente uma coleta de informações, mas sim, um mútuo processo de aprendizagem em que pesquisadora e interlocutores (as) produzem efeitos, afetações e sentidos.

## 5 LINHAS DE ANÁLISE

*As diversidades não devem ser, portanto, os óculos com o qual olhamos os outros, mas antes de tudo, o espelho no qual nos refletimos (MEDRADO, 2012).*

Para construir uma análise sobre como a Psicologia vem sendo acionada no desenvolvimento das estratégias governamentais de enfrentamento à LGBTfobia, iremos seguir dois percursos para garantir que nosso diálogo contemple a riqueza de informações produzidas por nossos/as interlocutores/as.

Inicialmente, pensamos em dialogar com as entrevistas a partir dos lugares de nossos (as) interlocutores (as), ou seja, discutir sob o viés de suas políticas ou serviços, para que compreendêssemos, individualmente, como essas pessoas vem pensando as ações e estratégias a partir de seu campo de atuação. Mas acreditamos que isso facilitaria a identificação dos (as) mesmos (as) e não garantiria o sigilo ético acordado entre ambas as partes e que respalda nosso fazer.

Entretanto, isso não prejudicou nossa análise, considerando que, novamente, aqui não pretendemos apontar erros ou acertos dentro dessas políticas. O nosso foco é nos discursos e como eles vem produzindo sentidos acerca do nosso objeto de estudo. Assim, entendemos que dialogar com os diferentes campos de atuação, nos dá, inclusive, maior abertura para pensarmos possibilidades de diálogo entre eles mesmos.

Entendemos que o volume do material é extremamente rico e, buscaremos, aqui, não perder o detalhamento dos diálogos, garantindo que seja dada a devida visibilidade aos discursos dos sujeitos, como forma de reconhecimento e, até mesmo, de gratidão pela abertura dos seus espaços para essa troca.

Dialogar com gestores/as e pensar nesses processos de gestão pública em muito me convidam a rememorar minhas práticas anteriores enquanto gestora, fazendo com que a análise aqui pensada, passe por sentimentos de experiências vivenciadas, e se torne, também, uma reflexão dialógica entre entrevistadora e entrevistados/as. É importante ressaltar, novamente, que aqui, não pretendemos

apontar acertos ou erros, nosso objetivo não foi monitorar ou avaliar o desempenho dos (as) gestores (as), ou mesmo das políticas e serviços.

Como caminhos, buscaremos compreender “que Psicologia é produzida quando falamos sobre políticas de atenção à população LGBT? ”, onde desdobraremos os repertórios levantados nas entrevistas, pensando qual lugar a Psicologia ocupa e como ela vem atendendo as demandas dos serviços e sujeitos, intersetorialidade e formação/ qualificação técnica nos serviços, fazendo uma reflexão sobre a Psicologia como possibilidade de enfrentamento às diversas formas de violações de direitos.

Ao mesmo tempo, buscaremos dialogar com os documentos identificados nos portais/sites governamentais, de modo que consigamos pensar qual o conhecimento da Psicologia que aparece (ou não) nos mesmos, ou ainda, de que forma ele é apresentado.

Como já citado no capítulo anterior, usamos de entrevistas como um dos instrumentos para nosso procedimento metodológico, sendo necessárias escolhas para nos auxiliar no processo analítico das mesmas. Dessa forma, através da identificação dos repertórios, entendendo esses elementos como centrais nesse processo de análise, nos valem de Sérgio Aragaki, Pedro Paulo Piani e Mary Jane Spink (2014) para a busca de compreender seu uso e seus efeitos na maneira como nos posicionamos e posicionamos nossos/as interlocutores/as. Para além, analisar repertórios permite que consigamos perceber modos de produção de versões da realidade.

### **5.1 Repertórios sobre Psicologia(s): *sobre o que falam, quando falam?***

Começamos nossa análise, apresentando os documentos governamentais que foram localizados nos respectivos site e portais, como já apontado no capítulo anterior. Esses documentos foram lidos de forma cuidadosa, de forma que fosse possível identificar “se” e “como” a Psicologia e suas variações (psicólogos, acompanhamento psicológico, serviço de Psicologia, etc.) estavam inseridos nesses documentos.

É importante visualizarmos o que vem sendo produzido pelas gestões municipal e estadual, para entendermos os contextos em que esses documentos

foram criados, sua finalidade e objetivos diante da demanda de enfrentamento a LGBTfobia. Não iremos, entretanto, realizar uma análise profunda desse material, nos cabendo, aqui, explicar o conteúdo do que conseguimos apreender, para entender a contribuição da Psicologia nesse contexto. Porém, a exploração dos documentos nos ajudará na compreensão das linhas de análise das entrevistas.

Abaixo, sistematizamos todos os documentos acessados e criamos um quadro para identificar onde, e de que forma, a Psicologia surge nos mesmos, para em seguida darmos início a nossa apresentação desses materiais.

**Quadro 4.** A Psicologia nos documentos governamentais localizados nos sites/portais

| N  | Documento   | CITA A PSICOLOGIA | COMO CITA   |
|----|---|-------------------|---|
| 01 | Anais da III Conferência Municipal LGBT do Recife   | Sim               | Proposta:<br>- Que todos os planos de saúde ofereçam por cidade com mais de duzentos mil habitantes no mínimo 01 enfermeiro, 01 <u>profissional psicológico</u> e 01 profissional médico especialista em ginecologia, endocrinologia e medicina de família e da comunidade devidamente capacitados para atender pessoas transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais no acompanhamento, prescrição e orientação da terapia hormonal; |
| 02 | Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT – Relatório 2017   | Sim               | Atendimento:<br>- Trabalha com demanda espontânea e tem como base 3 eixos estratégicos, que são: Jurídico, Serviço Social e <u>Psicologia</u> .   |
| 03 | Decreto Nº 26.029, de 29 de agosto de 2011<br>Ementa: Regulamenta as leis municipais 16.780, de 19 de junho de 2002 e 17.025, de 13 de setembro de 2004, estabelecendo as normas gerais de aplicação das sanções administrativas por atos de discriminação com base na prática e comportamento sexual do indivíduo. | Em parte          | Tipifica a violência:<br>XI - submeter o cidadão homossexual, bissexual ou transgênero a qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou <u>psicológica</u> ;  |
| 04 | Folder Informativo Coordenação de Saúde Integral Da População LGBT  | Não               | -----   |

**Quadro 4. A Psicologia nos documentos governamentais localizados nos sites/portais (cont.)**

| N  | Documento  | CITA A PSICOLOGIA | COMO CITA   |
|----|--|-------------------|---|
| 05 | Guia de Cidadania LGBT – GLOS  | Não               | -----   |
| 06 | Iª Conferência Municipal da Livre Orientação Sexual do Recife  | Sim               | Proposta:<br>- Atenção à saúde da população LGBT nos CAPS ( <u>Centro de Apoio Psicológico – Social</u> ) de todas as RPA's;<br>- Garantir nos serviços de saúde especialistas para a população LGBT, tais como proctologistas, <u>psicólogos</u> , psiquiatras, endocrinologistas e assistentes sociais  |
| 07 | II Conferência Municipal LGBT do Recife: Por um Recife Livre da Pobreza e da Discriminação: Promovendo a Cidadania LGBT – Caderno De Propostas   | Sim               | Proposta:<br>- Criação de um Centro de Referência em Direitos Humanos de prevenção e combate a homofobia com assistentes sociais, advogados/as, <u>psicólogos/as</u> e educadores/as sociais, para atender a população LGBT.  |
| 08 | Instrução Normativa SEE Nº 02/2016 Estabelece procedimentos e normas para a realização do cadastro escolar e da matrícula do(a) estudante, para o ano letivo de 2017, na educação básica da rede estadual de ensino do Estado de Pernambuco. | Não               | -----   |
| 09 | Lei Nº 16.730/2001 Ementa: Reestrutura o Sistema Previdenciário Do Município do Recife   | Não               | -----   |
| 10 | Lei Nº 16.780/2002 Ementa: A discriminação com base na prática e comportamento sexual do indivíduo é crime e deve ser tratado e punido como tal, na forma da presente Lei.   | Não               | -----   |
| 11 | Lei Nº 17.025/04 Ementa: Pune nos termos desta lei qualquer ato discriminatório aos homossexuais, bissexuais ou transgêneros, institui o dia 17 de abril o dia da diversidade sexual e dá outras providências.                               | Em parte          | Tipifica a violência:<br>Art. 2º - Consideram-se atos atentatórios e discriminatórios aos direitos individuais e coletivos dos cidadãos homossexuais, bissexuais ou transgêneros, para os efeitos desta Lei: I - submeter o cidadão homossexual, bissexual ou transgênero a qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou <u>psicológica</u> . |

**Quadro 4.** A Psicologia nos documentos governamentais localizados nos sites/portais (cont.)

| N  | Documento   | CITA A PSICOLOGIA | COMO CITA   |
|----|---|-------------------|---|
| 12 | Plano Estadual de Promoção dos Direitos Da População LGBT de Pernambuco                     | Sim               | Atendimento:<br>- <u>Atendimento psicológico</u> no Centro Estadual de Combate a Homofobia.   |
| 13 | Política Estadual de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, | Em parte          | Violência:<br>- Esta situação leva a diversos <u>distúrbios psicológicos</u> , acompanhados de tendência a automutilação e ao suicídio  |
| 14 | Relatório anual do Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT do Recife 2016          | Sim               | Atendimento:<br>- A equipe designada para atuar no equipamento, formada por nove profissionais capacitados para oferecer um tratamento especializado ao público LGBT, prestam serviços de atendimento jurídico, <u>psicológico</u> , assistencial e de orientação e acompanhamento às famílias e vítimas.<br>- É importante registrar o serviço da <u>psicologia</u> , no Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT (...).<br>- Atendimentos às pessoas Transexuais, que buscam o serviço do Centro visando à elaboração de <u>relatórios psicológicos</u> . |
| 15 | Relatório Anual do Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT do Recife 2015          | Sim               | Atendimento:<br>- A equipe designada para atuar no equipamento, formada por nove profissionais capacitados para oferecer um tratamento especializado ao público LGBT, prestam serviços de atendimento jurídico, <u>psicológico</u> , assistencial e de orientação e acompanhamento às famílias e vítimas.   |
| 16 | Relatório de Atividades 2013 – GLOS   | Não               | -----   |
| 17 | Relatório de Atividades GLOS 2017   | Sim               | Serviços prestados:<br>- <u>Atendimento psicológico</u> ;<br>- A equipe designada para atuar no equipamento (...) prestam serviços de atendimento jurídico, <u>psicológico</u> , assistencial e de orientação e acompanhamento às famílias e vítimas.   |

Inicialmente, o que observamos neste quadro é que nem todos os documentos trazem em seu corpo referências sobre a Psicologia, assim como em outros ela aparece de formas variadas, seja como profissão, como atuação direta, relato de atividade ou proposta. Mas é fato que a grande maioria faz menção a isso. Cabe destacar que os trechos acima destacados no quadro, foram extraídos e copiados literalmente, de forma que mantivéssemos sua estrutura, para não modificar o entendimento dos conteúdos.

Podemos observar que, dos 4 (quatro) documentos legislativos, apenas 2 (dois) fazem menção à psicologia, mas somente tipificando como “atos atentatórios e discriminatórios aos direitos individuais e coletivos dos cidadãos” a violência psicológica contra LGBT. Cabe ressaltar que o decreto (N=03), lançado em 2011, regulamenta outras duas leis (N=10 e N=11), datadas de 2004 e 2002, respectivamente. Ou seja, apesar dessas legislações terem sido aprovadas, só foram regulamentadas quase 10 anos depois. Nessa ocasião, a cidade do Recife era gerida pelo prefeito João da Costa – PT. Os outros não citam fazer qualquer referência, apesar de terem sido localizados nos portais específicos destinados às políticas LGBT.

No portal da educação, o documento (N=08) localizado fala sobre a regulamentação do uso no nome social para estudantes da rede estadual de ensino. Um marco nas políticas de educação para diversidade no estado. Apesar de utilizar o ano letivo de 2017 como referência, é constatado que esse documento ainda é válido e continuou sendo aplicado nos anos subsequentes. Um dado interessante a ser destacado, aqui, foi passado por uma de nossas interlocutoras, que falava sobre o uso dessa normativa:

**Natanny:** Tem uma nota técnica, foi lançada em setembro do ano passado, que ela garante a discussão de gênero e diversidade sexual nas escolas, inclusive recomendando às escolas que a Secretaria de Educação não legitima nenhum caso de perseguição a professor ou professora que levante essa discussão em sala de aula.

Diante de um movimento conservador que temos visto tomar volume nos estados como um todo, é importante dar destaque ao fato de Pernambuco estar conseguindo consolidar essa política como estratégia de enfrentamento às violências contra a população trans, especificamente. Apesar de ter relatado, também, que existe ainda certa resistência, principalmente nas cidades do interior do estado, vêm desenvolvendo ações e atividades conjuntas com a rede de atendimento, visando diminuir os índices de rejeição ao uso da normativa e promover, de fato, a inclusão dessa população no viés das políticas afirmativas. Apesar de não mencionar a Psicologia, cabe dar destaque pela iniciativa em si.

Localizamos 03 (três) documentos advindos das conferências municipais<sup>27</sup> LGBT (N=01, N=06 e N=07), cujo conteúdo são os anais do evento, onde estão todas as propostas levantadas nos grupos de trabalho. Esse espaço, por ter participação de governo e sociedade civil, é sempre pautado por intensas discussões e reflexões, visando garantir ampliação nos direitos, bem como que nenhum direito adquirido seja retirado.

Nesses materiais, identificamos que falam mais diretamente sobre a necessidade da existência de psicólogos para atender a população LGBT. Além de citarem que é necessário haver esse profissional dentro das equipes de referência nos serviços, ainda pautam a necessidade de ampliação dos centros de atenção especializada, com quadro técnico completo. Um dos anais (N=06), entretanto, traz como proposta a “atenção à população LGBT nos CAPS: Centro de apoio psicológico-social”. Não podemos desconsiderar que, apesar do equívoco na descrição para a sigla CAPS (que seria Centro de Atenção Psicossocial), o entendimento é de que existe a necessidade de haver espaços de cuidado para a saúde mental dessa população, entendendo o CAPS como dispositivo central dentro dessa política.

Entretanto, quando observamos o documento específico que trata sobre a política de saúde integral da população LGBT (N=13), percebemos que ele apenas retrata a existência de “distúrbios psicológicos” decorrente de violências. Não há menção sobre a existência, ou necessidade, de profissionais especializados para o cuidado à saúde mental. Cabe ressaltar que essa política é proveniente do governo estadual e os anais se referem as conferências de âmbito municipal, mas é fato que as estratégias de ação devem estar alinhadas entre esses entes federados, sendo, inclusive, um dos objetivos da política estadual “apoiar sua implantação e implementação nos municípios do estado” (Pernambuco, 2015).

---

<sup>27</sup> As Conferências são espaços importantes de participação da sociedade na proposição, avaliação e monitoramento das políticas públicas, tendo por base os princípios da transversalidade, interdependência e indivisibilidade dos Direitos Humanos. Tem como objetivo: a) Avaliar e propor as diretrizes para a implantação de Políticas Públicas de enfrentamento à discriminação e promoção dos Direitos Humanos e cidadania da população LGBT; b) Fomentar a discussão para subsidiar a construção de Políticas de Promoção dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) em Recife; c) Eleger os Delegados/as do Recife para a III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT. Contam com a participação da Sociedade Civil, Representantes Governamentais, Convidados (as) e Observadores (as). (Anais da III Conferência LGBT de Recife, 2006).

Nesses materiais, ainda estão cinco relatórios de atividades anuais (N=02, N=14, N=15, N=16 e N=17), desenvolvidos por um dos serviços pesquisados. Com exceção do documento N=16, todos os demais trazem um relato das atividades/ações desenvolvidas por aquele serviço durante os respectivos anos de referência. Dentro desse recorte, estão apontados os atendimentos psicológicos e a elaboração de relatórios, nos dando indícios da existência desses profissionais nos serviços. Podemos entender que, para o atendimento de ponta<sup>28</sup>, a existência de psicólogos (as) é necessária e atuante. Como veremos mais a frente, os discursos de nossos (as) interlocutores (as) corroboram com o que conseguimos identificar nesses documentos.

O que também conseguimos localizar em nosso levantamento foi o Plano estadual (N=12) que tem por finalidade estabelecer, afirmar e garantir os direitos LGBT, demonstrando o compromisso firmado entre governo e sociedade civil, consolidando a cidadania plena e democrática (Pernambuco, 2017). Nesse documento, além de estarem definidos os rumos dessa política entre os anos 2017-2019 é possível identificar que, uma das metas de ação é o atendimento psicológico especializado dentro do CECH, denotando especial atenção para o cuidado com os usuários, através do fortalecimento dos serviços.

Outros dois documentos localizados, não trazem nenhuma menção, ou referência, a existência da contribuição na Psicologia para o desenvolvimento de suas ações/atividades específicas. Porém, com esses documentos estão inseridos em outros contextos políticos, por exemplo, o Guia da cidadania LGBT (N=05) é um dos documentos presentes dentro da política municipal, onde já pudemos identificar que existe não só o entendimento, mas o atendimento desses profissionais dentro do seu corpo técnico. Já o folder de saúde LGBT (N=04) traz apenas um resumo estratégico dos principais pontos da política estadual de saúde LGBT, já citada anteriormente.

O que conseguimos perceber nesse primeiro momento é que a Psicologia, apesar de nem sempre de forma direta, aparece como ferramenta importante no

---

<sup>28</sup> Costuma-se chamar “ponta” a execução dos serviços, onde se tem o contato e atendimento direto com os usuários. É um termo bastante utilizado por quem atua em políticas públicas, sendo de entendimento geral para esses profissionais.

atendimento com vistas à promoção e garantia dos direitos LGBT, além de enfrentamento as diversas formas de violências direcionadas à mesma população.

Quando pensamos sobre a participação dos conselhos de classe e das universidades junto ao desenvolvimento dessas políticas públicas, conseguimos extrair dos documentos apresentados também algumas considerações. Apenas os documentos N=01, N=04, N=07, N=12 e N=13 fazem alguma menção sobre essas questões, conforme quadro a seguir:

**Quadro 5.** Conselhos de classe e universidades nos documentos governamentais localizados nos sites/portais

| N  | Documento  | O que fala sobre participação dos conselhos e universidades   |
|----|--|---|
| 01 | Anais da III Conferência Municipal LGBT do Recife  | Proposta:<br>- Inclusão das políticas públicas LGBT em <u>todos os conselhos profissionais</u> defendendo a inclusão da população LGBT.   |
| 04 | Folder Informativo Coordenação de Saúde Integral Da População LGBT   | Objetivos:<br>- <u>Produção de conhecimentos científicos e tecnológicos</u> para melhorar a saúde de LGBTs.   |
| 07 | II Conferência Municipal LGBT do Recife: Por um Recife Livre da Pobreza e da Discriminação: Promovendo a Cidadania LGBT – Caderno De Propostas | Proposta:<br>- Realizar curso de especialização gratuita para os professores(as) da rede municipal sobre "Diversidade Sexual na Educação", <u>em parceria com as universidades.</u> |

**Quadro 5.** Conselhos de classe e universidades nos documentos governamentais localizados nos sites/portais (cont.)

| N  | Documento  | O que fala sobre participação dos conselhos e universidades   |
|----|--|---|
| 12 | Plano Estadual de Promoção dos Direitos Da População LGBT de Pernambuco                    | Eixo estratégico:<br>- <u>Financiar, apoiar e incentivar e divulgar os estudos e pesquisas acadêmicas</u> no âmbito da educação sobre as multiplicidades e questões correlatas a orientação sexual, identidade de gênero e etnia/raça;<br>- Promover <u>ações permanentes com as universidades (UFPE/NUSP, UPE/NISC e FIOCRUZ/NESC) e Escola Estadual de Saúde Pública</u> para elaboração de pesquisas e outras atividades que abordem a temática saúde integral LGBT. |
| 13 | Política Estadual de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais | Diretrizes gerais:<br>- <u>Produção de conhecimentos científicos e tecnológicos</u> para melhorar a saúde de LGBTs.   |

Percebemos que apenas o documento N=01 fala sobre a contribuição dos conselhos de classe (incluindo a Psicologia, por conseguinte) para colaboração no desenvolvimento de estratégias que visem o enfrentamento à LGBTfobia e o planejamento de ações de promoção de direitos. Os demais documentos apontam para a necessidade de participação da universidade, como instância de desenvolvimento de pesquisas, estudos e conhecimento sobre a temática, denotando interesse em manter, inclusive, financiamento especial para que essas produções possam ter continuidade.

É importante percebermos que, apesar de terem surgido menções em apenas 05 (cinco) dos documentos, eles apontam para caminhos que podem se desdobrar nos demais serviços e políticas, considerando o teor dos materiais e o alcance de suas estratégias de ação, que pode se expandir de Estado para municípios. Não é um dado secundário, ou de menor interesse. Pelo contrário, abre a possibilidade de dialogar com os diferentes níveis de gestão para compartilhamento de ideias e, conseqüente, avanço na formulação e implementação de ações específicas direcionadas à

população LGBT, incluindo a universidade e os conselhos como sendo outras ferramentas que podem, e devem ser acionadas para contribuir com nesse processo.

A partir desse ponto, iremos começar a apresentar nossas entrevistas e os resultados que conseguimos a partir delas. Ainda nessa mesma linha de raciocínio, continuaremos falando sobre como essa psicologia é vista por nossos (as) interlocutores (as) e os lugares que ela vem ocupando.

É importante lembrar que, como enfatizado no capítulo anterior, nenhum/a de nossos/as entrevistados/as são psicólogos (as), ou tem qualquer formação nessa área. Logo, eles falam a partir de seus lugares de saber e de um entendimento comum, vivencial e/ou dialógico com outros pares que fazem parte dessa área e com quem mantém alguma relação.

Sabendo que a Psicologia tem se inserido em novas formas de trabalho, seja enquanto ciência, ou enquanto profissão, é importante pensarmos de que modo ela é vista pelos/as gestores e gestoras. Para isso, tomamos nossas entrevistas para situar o entendimento que eles têm sobre essa pauta, construindo nossa rede de repertórios. Tentaremos, portanto, dar forma a esse emaranhado de conversas.

Quando falamos sobre políticas públicas no campo da sexualidade, cabe destacar, como já apontaram Luiz Mello, Rezende Bruno de Avelar e Daniela Maroja (2012), que elas são permeadas de peculiaridades, já que o ponto de partida para sua formulação e implementação é basicamente a necessidade de mudança de crenças, valores e tradições há muito prevalecentes na sociedade de um modo geral.

Esses apontamentos nos levaram a identificar diversos posicionamentos, através de uma primeira pergunta desse bloco da entrevista, que dizia: “Como você vê a participação da psicologia no processo de formulação/implantação desta política? Em que a psicologia contribuiu? Em que ela pode ter produzido dificuldades? ”.

Considerando que são ‘três perguntas em uma’, elas nem sempre eram feitas desse modo, como estava escrito no roteiro. O usual era perguntarmos uma por uma, para que não confundisse/atrapalhasse o raciocínio dos (as) entrevistados (as) e conseguíssemos fazer com que o diálogo fosse mais fluido, de modo que não ficassem presos no ideal de responder todas as questões levantadas de uma vez só. Isso foi útil para conseguirmos destrinchar essas entrevistas.

O que conseguimos observar é que todos e todas entrevistados/as conseguem localizar a Psicologia dentro de seus respectivos campos de atuação, seja nos serviços de atendimento direto, ou seja, na ordem de gestão, como lugar fértil para o auxílio ao desenvolvimento de ações, atividades, estratégias.

A Psicologia aparece vista por todos e todas como uma das principais ferramentas para discussão/ diálogo quando falamos sobre processos organizacionais referentes a construção de políticas públicas, apontando maneiras de trabalhar a partir de um lugar de saber, traçando para uma linha argumentativa similar entre os sujeitos.

Quando questionados (as) sobre “quais profissionais seriam fundamentais para atender as demandas da população LGBT? ”, apontaram que psicólogos (as) estão entre essas categorias essenciais:

**Ana:** Psicólogos, advogados e assistentes sociais. Eu acho que todo e qualquer profissional que esteja disposto e sensível e eu assim... coloco primordial esses, mas todo e qualquer profissional que se dispõe a tender essa população de uma forma humana é super bem-vindo.

**Fernanda:** o agente de direitos humanos, (...) e a partir daí o advogado ou advogada, porque se a gente trata de violência a gente tem que ter. E, conseqüentemente, a Psicóloga e a Assistente Social.

**Bruno:** Pedagogo, assistente social, psicólogo e advogado. Elas são importantes pela metodologia profissional (...) o psicólogo, nem se fala, eu acho que o fortalecimento do vínculo desde familiar até o vínculo pessoal.

Outros dois entrevistados, falaram de forma genérica e não deram destaque direto à psicologia, mas sim ao fato de que todo e qualquer profissional que atue com a população LGBT é importante, na medida em que deve prezar pela garantia dos direitos, atuando de forma acolhedora, sem reproduzir posturas e discursos

**Jorge:** Todos os profissionais de saúde são importantes. Eu diria mais, todos os profissionais que estão prestando serviços nos serviços de saúde são importantes, visto que, se eu estou discutindo saúde da população LGBT, e eu discuto essa sigla vislumbrando pessoas, eu preciso que, por exemplo, o menino que está na portaria de um serviço de saúde, que vai abrir e fechar a porta do serviço, tenha o olhar respeitoso para aquela mulher e para aquele homem trans.

**Robson:** No processo de atendimento à população LGBT (...) a gente precisa entender que o atendimento ele precisa ser humanizado, ele seja pautado através do respeito, por que por exemplo, as unidades de saúde, as UPAS, os postos de saúde, as escolas, são espaços de atendimento à população, então eu preciso que o funcionário que esteja trabalhando naquela escola respeite a travesti que chegar lá pra ensinar pra sala de aula, eu quero que a travesti que chegue ao posto de saúde ela seja respeitada (...) então quando a gente fala dos profissionais pra atender a população LGBT a gente precisa primar por isso.

Porém, duas questões centrais de destacam, talvez as mais contundentes, quando falamos sobre repertórios relacionados à Psicologia: uma é o entendimento sobre o lugar da Psicologia como instância de cuidado, e a outra fala sobre atuação da Psicologia diante da pauta LGBT, apontando funções e possibilidades. Iremos dividir essa primeira parte nesses dois sub-blocos, para que consigamos discutir de forma mais nítida e fluida sobre esses apontamentos.

#### 5.1.1 Psicologia do acolhimento: *o cuidado como lugar*

Em nosso roteiro de entrevista (Apêndice B), um dos blocos falava exclusivamente sobre a atenção psicossocial no contexto das estratégias de governamentais de enfrentamento a LGBTfobia. Nesse bloco, constavam questões diversas sobre as contribuições da Psicologia em processos de formulação, implementação de políticas e ainda questionamentos sobre possibilidades de contribuições outras.

O primeiro e importante ponto a ser colocado nessa nossa discussão é o lugar ocupado pela psicologia nas falas dos/as entrevistados/as. Ela é colocada como aquele lugar, essencialmente, de cuidado. Uma profissão, ou profissionais, que são pautados no ideal de ser os/as agentes mais sensíveis, humanizados e compreensíveis acerca das demandas da população LGBT.

**Jorge:** Que bom que a pergunta surgiu de uma categoria profissional que é vanguardista na ideia do cuidar e acolher a essa população.

**Bruno:** (...) o curso de Psicologia e da federal, não só a federal Pernambuco, acho que a nacional, vem com um olhar mais humanizado. Trouxe a Psicologia, mas Psicologia social mais humanizada, então tem uma participação muito grande.

De início, percebe-se que é dado a essa área um recorte onde se pauta um campo como um lugar de acolhimento, de cuidado, da sensibilidade. Obviamente, a psicologia foi calçada dentro desse viés e esse, talvez, seja o repertório mais perceptível, quando consideramos que se inscreve dentro de um entendimento comum sobre um lugar de que se fala sempre.

O cuidado, aqui, pode ser entendido como uma forma de intervenção especializada, ou seja, inerente a uma determinada “especialidade” de saber, que tem por objetivo ajudar ou melhorar a vida das pessoas. É importante, além dos grifos apontados, falar sobre como esses sujeitos apresentavam essa questão. Quando se falava da Psicologia, o tom da colocação era sempre de assertividade, como se, diante de uma psicóloga, fosse necessário afirmar e mostrar que dominava sobre o que se estava falando. E falar sobre Psicologia e cuidado era, talvez, uma posição de certeza.

Em estudo similar, João Paulo Macedo e Magda Dimenstein (2009) entrevistaram profissionais da Psicologia do SUS e do SUAS, e identificaram que, para a maioria dos/as pesquisados/as, a ação de cuidado era tratada como “uma atividade ou procedimento que tem a função de monitorar as necessidades dos usuários, além da realização de tratamentos e/ou acompanhamentos propostos pela equipe do serviço” (p. 296). Sobre isso, a autora ainda dispõe:

Atuar no campo das políticas sociais, priorizando a questão da produção do cuidado somente a partir do saber técnico, possibilita prioritariamente o exercício da tutela e da desapropriação do saber do outro sobre si próprio na condução do cuidado e dos seus projetos de futuro (MACEDO e DIMENSTEIN, 2009, p. 296).

Apesar da pergunta ter sido diretamente sobre formulação e construção de políticas, as respostas seguem no entendimento de que “para pensar a psicologia nesse contexto, é preciso saber que ela é quem deve pensar sobre o cuidado”. É percebido que o entendimento vai além da questão da formulação de políticas, dando ênfase para um pequeno recorte dentro das possibilidades de a Psicologia trabalhar.

**Ana:** E eu vejo hoje a psicologia, trazendo pra o nosso dia a dia, trazendo pra o nosso trabalho, como eu estava falando pra psicóloga, tem uma importância gigantesca pra vida destas pessoas no sentido de trazer um pouco de alívio, quando estas pessoas chegam aqui, quando tem um encontro com a psicóloga e elas conseguem sair daqui... você percebe no semblante como sai daqui mais leves, porque tão falando pra uma pessoa que entende o que ela está falando.

Esse entendimento sobre o cuidado dentro das políticas e serviços pode nos levar a pensar que, para esses interlocutores, a relação entre sujeitos e profissionais é, de certa, forma, assistencialista. Mais que isso, percebemos com esses discursos, que essa posição vai de encontro com a própria lógica da atuação da psicologia dentro de políticas públicas, que deve ter como enfoque a garantia dos direitos humanos e a potencialização dos sujeitos, rompendo essa lógica das práticas que causem dependência. (GESSER, 2013)

**Robson:** (...). Chegou lá, foi expulso de casa, precisa da assistência pra questão de um abrigo, mas esta pessoa também precisa de um atendimento psicológico né, como é que ela tá né, a partir daquele processo de expulsão de casa ser colocado num processo de vulnerabilidade social, ela precisa então a Psicologia, ela é fundamental.

É totalmente legítimo que se veja a psicologia como esse lugar de cuidado. Porém, em certa dimensão, há falta de entendimento, ou mesmo desconhecimento, por parte dos/as gestores/as sobre as possibilidades da psicologia e/ou dos/as psicólogos/as dentro dos serviços de atenção especializada e nas diversas políticas públicas, sobre possibilidades de trabalho e como ela vem se tornando cada vez mais multifacetada.

Outra questão relevante que surgiu foi pensar que de qual Psicologia falamos e como a entendemos, de forma que havia uma expectativa sobre as respostas de nossos (as) interlocutores (as). Como bem apontaram Spink e Medrado (2013), quando falamos, estamos invariavelmente realizando ações – acusando, perguntando, justificando etc. –, produzindo um jogo de posicionamentos com nossos interlocutores, tenhamos ou não essa intenção.

Lembro, nesse ponto, de minha vivência anterior como gestora. Era sempre muito corriqueiro ouvir que minha profissão ajudaria na função de prestar assistência melhor para as crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, era também por esse lugar que o discurso de ser uma profissional que entenderia as demandas trazidas pela população LGBT emergia. Entender aqui, poderia ser traduzido como “aquela que olharia com cuidado e sem preconceitos”.

Durante os anos que pude estar à frente da Proteção Social Especial, discutindo, formulando e implementando ações, ouvi de forma recorrente essas colocações, ao mesmo tempo em que se misturavam com os discursos de “psicólogo é pra doido, por isso se dá bem em todo lugar”, outra máxima na lista dos clichês. Bem por isso, também, que realizar esse trabalho traz à tona as lembranças do que não foi tão produtivo, mas também, relembra sempre sobre o desejo de querer fazer diferente.

Então pensemos, em meio a essa mistura de lugares entre a gestora e a pesquisadora: quando não há psicólogos (as) nesses equipamentos governamentais, como fica o acolhimento e o cuidado à população LGBT?

O que entendo, aqui, é que essa resposta não pode ser localizada de pronto ao relermos nossas transcrições, já que não era uma pergunta chave em nosso roteiro. A discussão sobre cuidado surge, como já abordado, em meio a uma conexão entre práticas sociais e linguagem. Ela emerge como uma possibilidade de se refletir sobre a provocação de práticas geradoras de mudanças sociais e pessoais sobre os indivíduos que são atendidos por esses (as) profissionais.

Percebemos que quando eles/as pensam a psicologia como referência apenas para esse lugar do cuidado e do acolhimento, não incluem em suas práticas discursivas, e quem sabe na busca pela prática dos/as que atuam com os mesmos, a psicologia como ferramenta para enfrentamento à LGBTfobia.

Porém, o que veremos mais adiante é que esse é apenas um dos caminhos por onde nossos (as) interlocutores (as) caminham. O cuidado é, aqui, um elemento subjetivo nessa produção discursiva para apontar que existe uma ferramenta de trabalho que constitui a prática do psicólogo e que essa ferramenta pode, e deve ser operada no cotidiano do serviço, ou da gestão das políticas.

### 5.1.2 Psicologia na luta pela despatologização

Outro ponto central para discutirmos esse lugar da Psicologia nas estratégias de enfrentamento à LGBTfobia, nos remete a outro discurso recorrente em nossas entrevistas. Ao discutirmos sobre as possibilidades de contribuição da Psicologia diante da operação de políticas públicas, é fato que um grande destaque que surgiu

foi sua participação diante de ações que visem romper com a lógica da patologização das orientações/identidades LGBT.

Uma das perguntas de nossa entrevista, quando começávamos o segundo bloco, que versava sobre atenção psicossocial e a Psicologia nesse contexto, dizia: “Como você vê a participação da psicologia no processo de implementação ou realização desta política? Em que a psicologia contribuiu? Em que ela pode ter produzido dificuldades? ”

**Jorge:** o Conselho de Psicologia e a Psicologia têm sido parceiros de primeira linha para implementação dessa política na ideia da despatologização da população LGBT, ne, porque quando a gente discute política integral à população LGBT, a gente se aproxima da doença, mas despatologizando, olhando esse indivíduo de forma integral. Desde uma dor de dente, mas também até a saúde mental.

**Robson:** É fundamental, principalmente porque da Psicologia porque a gente recebe aí diversos ataques quando se fala da questão da homossexualidade, da cura gay, do processo de despatologização das identidades trans né, por mais que desde 1990 a Organização Mundial da Saúde, em 89, o conselho de Psicologia tiver se manifestado no processo de atendimento das pessoas LGBT.

Seguindo as práticas discursivas desses dois interlocutores, identificamos que existe uma consonância sobre esse outro lugar que a Psicologia ocupa, apontando a mesma como o lugar de saber onde se pode pensar em quebrar estigmas, desenvolver cuidado, abrir as portas para discussões sobre saúde e romper com barreiras sociais que tendem a fragilizar, ou mesmo negar, a existência dos sujeitos.

Percebemos, também, que as falas são bastante situadas a partir de suas próprias experiências de vida considerando que, com exceção de uma das mulheres entrevistadas, todos/as demais são LGBT. Dessa forma, conseguem construir uma linha de argumentação muito pautada nas vivências como gestores/as, mas também, como potenciais usuários dos serviços/políticas que gerenciam.

Quando trazem à tona essa discussão sobre o lugar da Psicologia no que tange às problematizações acerca a pauta da despatologização das identidades LGBT, percebemos que existe uma necessidade de falar sobre si mesmo, também. De se reconhecer e se reafirmar nesse lugar, de apontar para mim, entrevistadora-psicóloga, que esse é um posicionamento não apenas esperado da Psicologia, mas necessário.

Essa discussão acerca da despatologização se coaduna com o entendimento de Marivete Gesser (2013), quando nos afirma que é fundamental falarmos sobre a normalidade no âmbito da Psicologia, para que se possa produzir subsídios teórico-metodológicos politicamente posicionados contra o processo de biologização e de medicalização das questões sociais, cada vez mais intenso no atual contexto social.

É sabido que existem duas grandes resoluções do próprio Conselho Federal de Psicologia, sendo elas a Resolução CFP nº 001/99<sup>29</sup> e a Resolução CFP nº 01/2018<sup>30</sup>, que discorrem sobre o atendimento à população LGBT, visando o rompimento com práticas que favoreçam a patologização, reforçando a necessidade de falarmos mais sobre que tipo de Psicologia estamos fazendo e a que, ou quem, esta Psicologia serve. Nesse cenário, destacamos os grifos abaixo extraídos dos documentos mencionados:

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. (Conselho Federal de Psicologia, 1999).

E ainda:

Art. 7º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas transexuais e travestis. Parágrafo único: As psicólogas e os psicólogos, na sua prática profissional, reconhecerão e legitimarão a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero.

Art. 8º - É vedado às psicólogas e aos psicólogos, na sua prática profissional, propor, realizar ou colaborar, sob uma perspectiva patologizante, com eventos ou serviços privados, públicos, institucionais, comunitários ou promocionais que visem a terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis. (Conselho Federal de Psicologia, 2018).

O fato de existir uma legislação clara que proíbe tratamentos que prometam a “cura” das homo/transexualidades e uma legislação federal que atribui estatuto de cidadania aos sujeitos identificados como parte da diversidade sexual nas políticas

---

<sup>29</sup> Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual (CFP, 1999).

<sup>30</sup> Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. (CFP, 2018).

públicas, produz tensão entre as práticas profissionais e a regulação de um código de ética profissional. Ou seja, nem sempre as práticas condizem com as prescrições, ao mesmo tempo, as formas prescritivas de controle da prática se confrontam com construtos teóricos e lógicas institucionalizadas que cristalizaram lugares de desvio/falha/distúrbio às sexualidades não heterossexuais e mesmo a sexualidades heterossexuais não genitais (Detoni, et. al. 2011).

Um avanço significativo quando falamos sobre despatologização, foi a retirada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) da transexualidade da lista de doenças ou distúrbios mentais em junho de 2018, reforçando a necessidade de mudança de posturas e práticas por parte da Psicologia, uma vez que, como já sabido, existem profissionais que reforçam essa lógica da doença e ainda buscam centrar suas práticas em terapias de conversão.

Talvez como exemplo, seja interessante lembrarmos no caso da Psicóloga Marisa Lobo, que ganhou ampla repercussão nacional quando acusada de infringir o Código de Ética da categoria ao oferecer “cura gay” a seus pacientes, e se auto intitular “psicóloga cristã”. Esse caso lhe rendeu um processo disciplinar no Conselho Regional do Paraná, que abriu pedido de cassação do seu registro, porém, a referida profissional entrou com pedido de questionamento da ação e então, após ser julgada em 2ª instância pelo CFP, teve sua penalidade de cassação convertida em censura pública. Logo, não perdeu seu direito de exercer a profissão e assim o segue fazendo. Por que trazer esse exemplo? Porque existem muitas “Marisas” ainda atuando em defesa de uma prática pautada em seus próprios vieses ideológicos e religiosos, indo de encontro com toda essa pauta, que vem sendo debatida e cientificamente posicionada.

Nessa lógica, nossos/as interlocutores/as reforçam que dentro dos equipamentos e políticas, é necessário que essa psicologia seja instrumento de combate às violências, a partir do seu lugar de saber. É preciso que haja uma participação ativa no enfrentamento a processos de marginalização e, diria mais, a processos que visem uma normatização e normalização de existências.

Lenise Borges (2012) afirma que seguindo essa tendência das políticas públicas de se inclinar à normalização, podemos associar que a psicologia, a partir de seu histórico individualista e com tendências as teorias biologicistas e normatizadoras,

tem exercido um papel que naturaliza eventos como a sexualidade, mas não se propõe a discutir práticas que considerem o distanciamento cultural e político que está em volta. Afirma, ainda, que “ao agir assim, esse tipo de Psicologia não lança mão de discussões mais amplas, como as que incluem análises sobre o preconceito que atravessa nossas teorizações e instituições” (p.155).

Tania Pinafi (2015) diz que, enquanto profissionais responsáveis pela construção de saberes sobre os sujeitos, devemos nos engajar na busca de formulações teóricas que coloquem em tela a naturalidade com que marcamos certas existências como abjetas para, assim, incitar um pensamento de combate à homofobia prevalente em nossa sociedade.

Rafael Bianchi e Flávia de Carvalhaes (2016) defendem a necessidade do (a) psicólogo (a) reconhecer-se como agente político capaz de contribuir para as construções coletivas de mudanças na realidade das comunidades onde atua, como também contribuir para que os moradores destas localidades se reconheçam como sujeito de direitos.

Hoje a Psicologia tem produzido muitos conhecimentos que rompem esse viés normalizador, higienista e individualizante de ciência e de atuação profissional. Há um enfoque cada vez maior na construção de referências com vistas a uma atuação profissional comprometida com a garantia dos direitos humanos (GESSER, 2013). É fato que é necessário que consigamos desenvolver um projeto político social onde a Psicologia possa se ver como agente transformador nesse contexto.

### 5.1.3 Trabalho em rede: *a importância da intersectorialidade*

Um outro ponto central quando pensamos nos repertórios produzidos nesses discursos é o entendimento sobre a necessidade de se trabalhar em rede. Ou seja, de compreender que existem competências diferentes e cada política pública/serviço tem um papel diante da atenção à população LGBT, mas todas elas precisam dialogar entre si, de modo que se consiga atender de forma integral às necessidades dos usuários.

Entre as perguntas feitas nas entrevistas, surgiram as questões relacionadas às contribuições de outros (as) atores/atrizes, visando dar efetividade para a resolução das demandas levantadas nos atendimentos.

**Natanny:** (...) se há necessidade de... desse estudante ou dessa estudante ser acompanhado por um psicólogo ou psicóloga, deve haver um encaminhamento da escola pra um CRAS ou um CREAS, que tenha um psicólogo ou psicóloga pra atender esse estudante, mas não o atendimento ser feito na escola.

**Robson:** (...) nós não temos como interiorizar à política de fato e aí nós estamos fazendo este trabalho de formiguinha indo de município por município fazendo prioritariamente estas formações, com o CRAS/CREAS e Conselho Tutelar que é quem tá na ponta mesmo e vai atender esta população.

O discurso, para além de remeter a importância da intersetorialidade, remete também a pouca cobertura que alguns serviços têm diante da grande demanda que chega. Por isso, também, surge essa necessidade de se buscar acessar outras políticas para que consigam dar conta desse atendimento.

Nesse sentido, observamos que a política de Assistência Social, através dos seus equipamentos estratégicos (CRAS e CREAS), surge como um dos principais pilares para garantia desse atendimento, considerando que população LGBT se encontra dentro dos usuários<sup>31</sup> alvo dessa política. Dessa forma, é fundamental considerar que, na ausência de centro específicos que visem o atendimento à população LGBT, como é o caso do CECH, por exemplo, os serviços tecnicamente capacitados para atenção à essa demanda são os centros de assistência social, seja em nível de proteção básica ou especial<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; (...) diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004).

<sup>32</sup> A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL, 2004).

A Política estadual de saúde integral da população LGBT (N=13), já apresentada anteriormente nesse capítulo, também aponta para a necessidade de se trabalhar em rede, de forma a garantir atender a população LGBT, trazendo como uma das diretrizes gerais a “promoção da cidadania e inclusão de LGBT por meio da articulação com os diversos setores de desenvolvimentos social como: educação, trabalho segurança e outros” (PERNAMBUCO, 2015)

Nesse sentido, Roberta Carvalho Romagnoli e Fabiana Meijon Fadul (2018) apontam que um dos desafios colocados à Psicologia é exatamente pensar que determinados casos exigem que haja uma prática intersetorial, visando atuar com a multiplicidade das demandas, através da articulação entre as políticas públicas, visando garantir os direitos fundamentais dos sujeitos atendidos. Ainda sobre isso, as autoras afirmam:

A intersetorialidade emerge assim não apenas como princípio, mas também como método, para tentar evitar o risco dos serviços, na prática, continuarem centralizados, privatizados e distantes das necessidades reais da população brasileira, uma vez que será apenas por meio da articulação entre políticas públicas que a proteção social poderá se efetivar, contribuindo para o desenvolvimento social e ampliação da cidadania. (ROMAGNOLI e FADUL, 2018, pp. 84-84).

Apesar das autoras estarem se referindo a atuação do Psicólogo no SUAS, cabe adequadamente pensarmos que as políticas voltadas à população LGBT, hoje, em muito bebem das referências levantadas para a atuação nos CREAS. Como apontado anteriormente, na ausência de serviços específicos, é a assistência social quem dá conta de atender essa demanda, sendo modelo para consolidação de outras estratégias políticas.

Assim, podemos entender que há a necessidade de pensar que existem demandas que precisam ser pautadas sob diferentes aspectos, considerando que os sujeitos são multifacetados e exigem que a prática dessas políticas que os atende, também seja. Dessa forma, é fundamental afirmar que os (as) gestores (as) compreendem que as violações de direitos são de muitas dimensões, sendo imprescindível que essas políticas dialoguem de forma responsável, visando garantir que os usuários tenham possam acessar e garantir seus direitos.

#### 5.1.4 Formação profissional/ qualificação técnica nos serviços

Outro discurso que permeou nossas entrevistas, foi o entendimento sobre a necessidade de se buscar tanto uma formação profissional, desde a graduação, pautada na garantia e respeito aos direitos humanos, quanto que isso reverbere nas práticas profissionais dentro dos serviços de ponta.

Para subsidiar a atuação profissional do (a) psicólogo (a), o Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs), criou o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP<sup>33</sup>) em 2006, que tem como principal objetivo sistematizar e difundir o conhecimento sobre a interface entre Psicologia e políticas públicas visando promover e qualificar os(as) profissionais que atuam nesses campos.

Através das Referências Técnicas é possível demonstrar a contribuição da Psicologia na elaboração e implementação de políticas públicas mais humanizadas a partir da compreensão da dimensão subjetiva dessas políticas. Desse modo, é possível promover a interlocução da Psicologia com espaços de formulação, gestão e execução de políticas públicas. (CREPOP)

Se pensarmos que as práticas discursivas que circulam na psicologia contribuem decisivamente para conformar ideias e produzir efeitos sobre pessoas e coisas e que essas práticas têm implicações diretas na formação e na prática dos futuros psicólogos, torna-se importante e urgente refletir sobre as possibilidades e limites dos currículos vigentes nos cursos de psicologia (Borges, 2012, p. 156).

Aqui, cabe apontar para uma das perguntas de nosso roteiro que questionava “Em que a Psicologia deveria investir mais para atender melhor esta demanda da população LGBT? ”

**Robson:** Eu acho que por parte da Psicologia deveria aumentar né, garantir a permanência de formações, discussões, elaborações de estudos (...) isso vai ajudar na formação acadêmica destes profissionais que vão estar atuando na ponta que ainda hoje a gente sabe que existem consultórios como a gente sabe daquela psicóloga Lobo.

**Jorge:** Por isso que a gente enquanto (\*\*\*) a gente está aberto pra ir pra todos os lugares falar sobre saúde LGBT. Porque, por exemplo, falar de saúde LGBT na universidade, é formar o profissional de saúde

---

<sup>33</sup> Disponível no site institucional: <http://crepop.pol.org.br/conheca-o-crepop>

que vai voltar pra ponta. Então todos os profissionais precisam ser formados e compreender a importância dessa política. (...). Se as universidades compreendessem a importância e conseguissem fomentar grupos técnicos de trabalho dentro da universidade pra produzir materiais técnicos e fortalecer a gente, enquanto gestão, de material.

**Natanny:** A gente tem vários feedbacks de estudantes que foram da nossa rede e estão hoje na universidade e estão pressionando as graduações a discutirem isso, não é? (se referindo à discussão sobre gênero)

É possível entender que existe, sob a ótica de nossos (as) gestores (as), uma lacuna na formação profissional da psicologia dentro das universidades, onde essa pauta dificilmente é levantada em sala de aula, ou em outros espaços de formação. Assim, esses profissionais quando chegam para atuar nos serviços, muitas vezes vêm com o pensamento assistencialista e sem compromisso ético com os sujeitos atendidos.

Como apontam Detoni et. al. (2011), é preciso reinventar a Psicologia para que ela possa dar resposta e se mostrar efetiva no atendimento às diferentes formas de violências, seja de classe, cor, sexualidade, gênero, etc., já que, em nível de formação acadêmica, não foram provocados a pensar sob esse recorte, tendo uma formação generalista, que pensa o sujeito de forma abstrata e isolada de seu contexto social. Esse pensamento corrobora com o entendimento apontado por Silva e Carvalhaes (2016), quando afirmam que:

As condições que, na atualidade, desenham (im) possibilidades de atuação para as (os) psicólogas (os) nas políticas públicas, refletem as divergências de opiniões, interpretações e posicionamentos que, historicamente, demarcaram a construção da Psicologia como ciência normalizadora e/ou resistente. Na tentativa de minimização de tais direcionamentos, apostamos na construção de intervenções que empreendam análises históricas e políticas e que reflitam sobre as múltiplas experiências subjetivas e sociais evidentes no cotidiano. Apontamos ser fundamental que tais problematizações sejam incitadas desde o início da formação do psicólogo, com o objetivo de reduzir a incidência de ações padronizadas e despolitizadas. (SILVA e CARVALHAES, 2016, pp.252-253).

Somos provocados a pensar o ponto crucial desse bloco, quando pensamos sobre o papel da universidade e que sujeitos são esses que as universidades vêm formando: temos uma construção de sujeitos pensantes ou meramente reprodutores de discursos, e, ainda, quais caminhos de resistência podem ser traçados por esses

profissionais? Um apontamento contundente é que “a Psicologia ocupa um certo lugar social, mas ele é construído – e pode, portanto, ser desconstruído” (CASSAL, et. al., 2010, p. 197).

Corroboramos, portanto, com Carlos Eduardo Norte, Luan Cassal e Pedro Paulo Bicalho (2010), quando afirmam que “o investimento humano pode ser uma resposta capaz de produzir transformações efetivas, permanentes e duradouras, no sentido de incrementar a capacidade dos sujeitos em responsabilizar-se para com os demais” (p.197). É preciso que, para além do investimento das instituições, esses profissionais consigam desenvolver habilidades que visem o desenvolvimento das potencialidades do outro, de forma que suas práticas não tolham as liberdades individuais.

Nesse ínterim, o que podemos perceber há uma necessidade crucial de se haver posicionamento político e técnico sobre a atuação frente às demandas LGBT dentro dos equipamentos de referência, visando levantar discussões que gerem práticas não excludentes e que, efetivamente, garantam os direitos dos sujeitos vitimados, centrando suas práticas no compromisso ético da não reprodução de violência, do acolhimento humanizado e de encaminhamentos e acompanhamento efetivo de suas demandas.

É preciso, também, que haja um compromisso das próprias universidades, no sentido de fomentar e potencializar o tripé ensino-pesquisa-extensão para contribuir com o desenvolvimento da pauta LGBT no meio acadêmico, a partir de diferentes vieses. Assim, aproximamos a academia da realidade da comunidade e vice-versa, dando vozes e formas a práticas discursivas singulares e heterogêneas, produzindo conhecimentos, fortalecendo movimentos sociais e, conseqüentemente, dando base para a formação de profissionais compromissados, posicionados e ativos frente à luta pela defesa dos direitos LGBT.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo o pensamento da primeira frase da introdução “concluir esse trabalho não foi fácil”. Chegar até esse ponto foi um caminho longo, trabalhoso e, principalmente nesse finalzinho de trabalho, solitário. Apesar das inúmeras e consideráveis contribuições tão citadas durante todo o texto, é fato que encerrar esse ciclo demanda mais energia e aquele “gás” que sempre se dá em fins de semestre. E, assim, buscando fôlego, aqui tento apresentar algumas considerações sobre pontos que não foram levantados anteriormente, mas que talvez, em outra ocasião, mereçam destaque dentro de outros trabalhos, como sinalização para outras possíveis investigações.

Um dos primeiros apontamentos que suscito é relembrar o contexto em que essas entrevistas foram feitas. O período de produção das informações para a pesquisa se deu integralmente no primeiro semestre de 2018, quando estávamos ainda em período anterior ao início das campanhas eleitorais e haviam apenas muitos rumores sobre possíveis caminhos e desdobramentos desses esperados resultados. Nesse sentido, podemos considerar que aquele período favoreceu determinadas práticas discursivas, pensando que se esse trabalho tivesse sido coletado agora, possivelmente, teríamos outros resultados diferentes, uma vez que as práticas dos sujeitos estariam envoltas em outra rede de significados sobre esse campo de atuação.

Mas também, não podemos desconsiderar que a demarcação dos posicionamentos de cada um/a, trouxe consigo não apenas sua história profissional em um determinado período temporal, mas também seu lugar individual, entendendo que suas vivências particulares apontam e reverberam sob suas práticas profissionais. Somos sujeitos políticos, posicionados e nenhum conhecimento é imparcial, como já nos dizia Donna Haraway (1995).

Um aspecto levantado durante as entrevistas, mas que não teve volume para se trabalhar na análise, cabe ser trazido aqui. Como dito no capítulo anterior, algumas perguntas questionavam em seu corpo se a Psicologia havia produzido algum tipo de dificuldade quando nos processos de formulação ou execução das políticas e

serviços. Fato é que ninguém apontou qualquer dificuldade ou barreira. Todos e todas foram categóricos (as) ao afirmar que a Psicologia, enquanto conselho de classe, enquanto técnicos dos serviços, enquanto ciência e conhecimento científico, nunca apontaram quaisquer questões que produzissem empecilhos para o desenvolvimento de suas estratégias governamentais.

Outro ponto importante é falar sobre a precarização das condições trabalho. Todos os serviços e políticas pesquisados tem uma grande dificuldade quando falamos de três pontos: ausência de estrutura física adequada, equipe insuficiente e falta de dotação orçamentária específica (com exceção da política estadual de saúde, que tem recurso do SUS).

As salas e espaços onde funcionam são compartilhados com outros serviços/setores diversos. Para realização das entrevistas, se buscava sempre uma sala que pudesse haver privacidade e não atrapalhasse o andamento de nossa conversa, mas, por algumas vezes, isso não foi tão possível, uma vez que outras pessoas precisavam acessar o espaço também. Mas isso não prejudicou nossos dados, pelo contrário, nos dá agora a possibilidade de dar visibilidade para essa situação preocupante.

Da mesma forma que as salas são reduzidas, os recursos humanos seguem o esse padrão. Dos 06 locais entrevistados, metade apresentava apenas duas pessoas na equipe. A outra metade tinha equipe maior, mas ainda com defasagem no quadro, onde faltava algum componente para completar a equipe, fosse psicólogo, administrativo, assistente social, etc.

Quando se trabalha diretamente em gestão pública, uma máxima que sempre usamos é “sem orçamento, não há política pública”. O que vimos com nossas entrevistas foi uma denúncia discreta sobre o descaso com que essas políticas eram tratadas em comparação a outras pautas. A necessidade de se localizar e prever orçamento próprio surge como uma grande possibilidade de conduzir e executar adequadamente seus trabalhos, uma vez que recursos mínimos, como pagamento de transporte e/ou diárias para realização de formações em outros municípios, ficava, em sua grande parte das vezes, não era disponibilizado de forma condizente com a necessidade dos profissionais, ficando à cargo pessoal deles a cobertura das

possíveis diferenças de valores. Para além, o que se apontou foi que esse movimento talvez seja o de tornar essa pauta menos necessária e/ou invisibilizada.

Por outro lado, apesar de todo esse cenário que beira ao possível desespero técnico, o que vimos foi o compromisso e o comprometimento desses (as) gestores (as). Mesmo com o quadro desfocado e sem previsão de chegada de equipe, sem recursos financeiros necessários e espaço físico precário, os serviços eram tocados e desenvolvidos dentro de suas possibilidades.

Não houve discursos de desistência. Falta de ânimo, talvez. Mas ninguém apontou que gostaria de abandonar o cargo ou serviço. Longe de romantizar essa denúncia, onde haveria discurso de superações de atravessamentos de dificuldades apenas por amor à profissão. Aqui, apenas valorizo o posicionamento crítico de conseguir dialogar de forma centrada e responsiva diante das questões levantadas em nossas entrevistas.

Para finalizar, retomo nosso foco central para afirmar que é necessário considerar que, apesar de ser um campo de estudo relativamente recente, a participação da Psicologia frente às demandas da população LGBT tem tomado forma, volume e crescido em ações e produções. Porém, o que encontramos no diálogo com nossos (as) interlocutores (as) e nas produções governamentais é que, mesmo que esse campo esteja em contínua ascensão, ela se mostra muito mais acessória que peça chave.

Explico. A Psicologia se mostra mais acessada quando para realizar intervenções diretivas, do que para pensar nos pontos centrais dessas políticas, a partir de sua grande possibilidade de contribuição na formulação, implantação e implementação de políticas públicas, assim como nas instâncias de controle social. Devemos pensar, portanto, que Psicologia é essa que estamos fazendo? Ou ainda, que Psicologia deve ser feita? O que queremos da Psicologia?

Sabemos que, nesse sentido, os Conselhos de Psicologia têm empreendido esforços para ampliar, instrumentalizar e firmar sua posição frente às demandas do campo das políticas públicas, mais especificamente a pauta LGBT. Além das resoluções e documentos, é perceptível que tem havido empenho em dialogar com os

movimentos sociais e Estado, apontando possibilidades e contribuindo para o desenvolvimento de estratégias que, efetivamente, alcancem esse público.

Porém, ainda se faz fundamental que essa pauta seja incorporada de forma que sua postura seja “implicada, implicante e impertinente” (MEDRADO, 2012), assumindo compromissos contínuos com a diversidade, com a emancipação dos sujeitos, com a garantia do acesso aos direitos. É preciso que a Psicologia saia do armário e se reafirme como dispositivo de enfrentamento às violências e promoção de políticas que visem à proteção da população LGBT. Mais que isso, é imprescindível que isso reverbere em práticas profissionais posicionadas, eficazes e éticas. Parafraseando Ângela Davis, “numa sociedade LGBTfóbica, não basta não ser LGBTfóbico. É preciso ser anti-LGBTfóbico”.

Entendo que aqui se encerra um ciclo sem tantas respostas, mas bem com essa intenção de promover outras reflexões. Que esse sentimento de fim seja apenas provocação e se torne alimento diante de tantas outras (im)possibilidades de pensarmos nossos (e dos outros) fazeres.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar; GARCIA, Cíntia de Lima; ALVES, Maria Juscinaide Henrique; QUEIROZ, Cicera Monalisa Holanda Teles de; ADAMI, Fernando. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 516-524, jul/set 2013.

ARAGAKI, Sérgio; LIMA, Maria Lúcia; PEREIRA, Camila & NASCIMENTO, Vanda. (2014). Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In.: Spink, Mary Jane; Brigagão, Jacqueline; Nascimento, Vanda & Cordeiro, Rosineide (org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein (p. 57-72), 2014.

ARAGAKI, Sérgio Seiji; PIANI, Pedro Paulo e SPINK, Mary Jane (2014). Uso de repertórios linguísticos em pesquisas. In.: Spink, Mary Jane; Brigagão, Jacqueline; Nascimento, Vanda & Cordeiro, Rosineide (org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein (p. 207-228), 2014.

Aragusuku, Henrique A., & Lee, Henrique O. A psicologia Brasileira e as Políticas LGBT no Conselho Federal de Psicologia. **Revista Gestão & Políticas Públicas** vol. 5(1): 131-154, 2015.

BARREIRA, Marília Maia Lincoln. **Heteronormatividade e homofobia na educação básica pública**. Dissertação. Universidade de Fortaleza – UNIFOR Fortaleza: 2015.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de; MAGALHÃES, Kely Cristina; CASSAL, Luan Carpes Barros; GERALDINI, Janaína Rodrigues. Cinquenta Anos de Produção do Conhecimento: Práticas Políticas da Pesquisa em Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2012, 32 (num. esp.), 264-275.

BORGES, Lenise Santana (2012). Políticas Públicas, movimento LGBT e a Psicologia: Diálogos e tensões de um campo em construção. In.: CHAVES, Juliana de Castro (org.). **Psicologia Social e Políticas Públicas: contribuições e controvérsias**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, (p. 147 - 158), 2012.

Brasil. (2004). **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. – Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Brasil. (2016). **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2013**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

CASSAL, Luan Barros; CARRIELO, Luciana, MOREIRA, Carolina; NORTE, Carlos Eduardo; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Psicologia, Homofobia e Processos de Subjetivação: alguns enlaçamentos. In.: **Enlaçando Sexualidades**. Ed. Salvador: EdUNEB, v.II, p. 189-198, 2010.

CHAVES, Juliana de Castro. (2012). Meandros entre Psicologia Social e Políticas Públicas. In.: CHAVES, Juliana de Castro (org.). **Psicologia Social e Políticas Públicas: contribuições e controvérsias**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, (p. 7-17), 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (1999). **Resolução CFP nº 001/99 Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual**.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (2018) **Resolução CFP nº 01/2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis**.

DETONI, Priscila Pavan; MARQUES, Daiane Maus; SOARES, Lissandra Vieira e NARDI, Henrique Caetano. As Formas do “fazer Psi” e a Constituição das Políticas Públicas Associadas à Diversidade Sexual. **Psicologia Política**, 11(22), 279-294, 2011.

FERRAZZA, Daniele Andrade. Psicologia e políticas públicas: desafios para superação de práticas normativas. **Rev. Polis e Psique**, 6(3): 36 – 58, 2016.

GERGEN, Kenneth J. (1985). O Movimento do Construcionismo Social na Psicologia Moderna. SOARES FILHO, Ercy José (tradutor). **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.6, n.1, p. 299-325, jan./jul. 2009.

GESSER, Marivete. Políticas Públicas e Direitos Humanos: Desafios à Atuação do Psicólogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 33 (núm. esp.), 66-77, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GRANJA, Edna Mirtes dos Santos. **Entre crimes e castigos: matriz de (im) possibilidades na atenção integral aos homens autores de violência de gênero**. Recife: UFPE, 2008, 93 p. Dissertação Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

Grupo Gay da Bahia. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil** - Relatório 2018. Disponível em: < <https://homofobiamata.wordpress.com/>>. Acesso em 25 jan. 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, p. 07-41, 1995.

LAURENTINO, Arnaldo Cezar Nogueira. **Políticas públicas de saúde para população LGBT**: da criação do SUS à implementação da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (Dissertação). Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2015.

MACEDO, João Paulo e DIMENSTEIN, Magda. Psicologia e a Produção do Cuidado no Campo do Bem-Estar Social. **Psicologia & Sociedade**; 21 (3): 293-300, 2009.

MEDRADO, Benedito (2012). Por uma leitura plástica em Psicologia Social sobre Diversidade Sexual. In.: CHAVES, Juliana de Castro (org.). **Psicologia Social e Políticas Públicas: contribuições e controvérsias**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, (pág. 131-146), 2012.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Entrevistas e outros textos: compartilhando estratégias de análise qualitativa. In.: Charles Elias Lang; Jefferson de Souza Bernardes; Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro; Susane Vasconcelos Zanotti. (Org.). **Metodologias: pesquisas em saúde, clínica e práticas psicológicas**. 1ed. Maceió: EDUFAL, v. 1, p. 85-118, 2015.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; DANTAS, L. G.; VALENTE, M. B. B. ; QUIRINO, T. R. L. ; MACHADO, Michael Ferreira ; FELIPE, D. A. ; OLIVEIRA, L. M. ; SILVA, M. C. F. ; GONDIM, S. K. A. Paternidades no cotidiano de uma unidade de saúde em Recife: traços, curvas e sombras em redes heterogêneas. In.: Maria Juracy Filgueiras Toneli; Benedito Medrado; Zeidi Araújo Trindade; Jorge Lyra. (Org.). **O pai está esperando?** Políticas públicas de saúde para a gravidez na adolescência. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 189-211, 2011.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado** – Vol. 27 nº 2 - Maio/Agosto, 2012.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; BRITO, Walderes. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Estudos Feministas, Florianópolis**, 22(1): 416, janeiro-abril/2014.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Cadernos Pagu** (39), julho-dezembro: 403-429, 2012.

MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo Albuquerque de; PEDROSA, Cláudio. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n.9 - dec.p.7-28, 2011.

MERCURY, Daniela. **Proibido o carnaval**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=73Dp\\_gGsWOW](https://www.youtube.com/watch?v=73Dp_gGsWOW)>, 2019. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

MESQUITA, Daniele Trindade. **Análise das concepções e práticas de psicólogas frente às normativas do Conselho Federal de Psicologia sobre diversidade sexual e de gênero.** Dissertação. Universidade federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEVES, Sofia e NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. **Psicologia Reflexão e Crítica**, vol.18 no.3 Porto Alegre Sept./Dec. Pp. 408-412, 2005.

NOGUEIRA, Conceição. **“Ter” ou “fazer” o gênero: o dilema das opções epistemológicas em psicologia social.** Anais do XII Encontro Nacional da ABRAPSO. Porto Alegre: 2003.

Notícias UOL. **Temer reduz a zero repasses a políticas contra homofobia; Planalto diz investir em campanha.** Disponível em:  
<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/09/29/governo-temer-zera-repasses-a-politicas-contr-homofobia-planalto-diz-fazer-campanha.htm>>  
Acesso em 27 dez. 2017.

PASSONE, Eric Ferdinando Kanai; PEREZ, José Roberto Rus. Psicologia e Análise de Implementação de Políticas Públicas: Um Diálogo Interdisciplinar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 33 (3), 612-629, 2013.

Pernambuco. Portaria nº 060 de 10 de mar. de 2015. **Política Estadual de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e dá outras providências.** Pernambuco, mar. 2015.

Pernambuco (2017). **Plano Estadual de Promoção dos Direitos Da População LGBT de Pernambuco.** Recife: Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos.

PERUCCHI, Juliana; RORIGUES, Fernanda Deotti; JARDIM, Laíse Navarro e CALAIS, Lara Brum. Psicologia e Políticas Públicas em HIV/AIDS: Algumas Reflexões. **Psicologia & Sociedade**; 23(n. spe.), 72-80, 2011.

PINAFI, Tânia. Do Paradigma Essencialista para O Pós-Estruturalismo: Uma Reflexão Epistemológica Sobre Sexualidade. **Temas em Psicologia** – Vol. 23, nº 3, 693-700, 2015.

POTTER, Johnathan e WETHERELL, Margareth. El análisis del discurso y la identificación de los repertórios interpretativos. In.: GORDO, Angel e LINAZA, Jose Luis. **Psicologías, discursos y poder**. Madrid: Visor, p. 63-78, Traducción de José Luis González Dias, 1996.

PINHEIRO, Odette de Godoy. Entrevista: uma Prática Discursiva. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Ed. Virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, (pág. 156-187) 2013.

RESENDE, Anita C. Azevedo. (2012). Psicologia Social e Políticas Públicas: A que será que se destinam? In.: CHAVES, Juliana de Castro (org.). **Psicologia Social e Políticas Públicas: contribuições e controvérsias**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, (pág. 19-32), 2012.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho e FADUL, Fabiana Meijon (2018). Apontamentos acerca da intersetorialidade no SUAS. In.: CORDEIRO, Mariana Prioli; SVARTMAN, Bernardo e SOUZA, Laura Vilela (org). **Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: Instituto de Psicologia, (Pág. 81-95), 2018.

SANTOS, Paulo Reis dos. Tensões e desafios: LGBTs e o poder público? **Revista de Psicologia da UNESP** 9(2), 147-164, 2010.

SANTOS, Renato Caio Silva; SCHOR, Néia. As primeiras respostas à epidemia de AIDS no Brasil: influências dos conceitos de gênero, masculinidade e dos movimentos sociais. **Psic. Rev.** São Paulo, volume 24, n.1, 45-59, 2015.

SILVA, Rafael Bianchi; CARVALHAES, Flávia Fernandes. Psicologia e Políticas públicas: impasses e reinvenções. **Psicologia & Sociedade**, 28(2), 247-256, 2016.

SPINK, Mary Jane (2010). O conhecimento como construção social. In.: **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, (pág. 1-25) 2010. 72 Disponível em <<http://books.scielo.org/>>, acesso em 20 julho 2018.

SPINK, Mary Jane e FREZZA, Rose Mary. Práticas Discursivas e Produção de Sentido (2013). In.: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Ed. Virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, (pág. 1-21) 2013.

SPINK, Mary Jane e MEDRADO, Benedito. Produção de Sentido no Cotidiano (2013). In.: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Ed. Virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, (pág. 22-41) 2013.

SPINK, Peter; RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira; CONEJO, Simone Peixoto & SOUZA, Eliete de. (2014). Documentos de domínio público e a produção de informações (2014). In.: SPINK, Mary Jane; BRIGAGÃO, Jacqueline; NASCIMENTO, Vanda & CORDEIRO, Rosineide (org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein (p. 207-228), 2014.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, jul./set. 2015.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Psicologia

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa **“Atenção psicossocial no contexto das estratégias governamentais para enfrentamento à violência baseada em orientação sexual e/ou identidade de gênero”**, que está sob a responsabilidade do Pesquisador **Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas**, com endereço no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, Av. da Arquitetura S/N - 7º Andar - Cidade Universitária, Recife/PE, CEP: 50740-550, Telefone (81) 99922.9922, E-mail beneditomedrado@gmail.com.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

**Descrição da pesquisa:** O objetivo desta pesquisa é analisar estratégias de acolhimento e assistência a pessoas que denunciam violência ou discriminação, em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero por meio: 1) do mapeamento dos diferentes dispositivos que integram a rede de que visa acolher e orientar as pessoas que denunciaram violência e discriminação, em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero na cidade de Recife; 2) da produção de narrativas sobre os modos como os equipamentos e a própria rede de combate à homofobia vem sendo desenvolvida nesse contexto, identificando-se diferentes processos e materialidades que incluem pessoas, documentos e instituições; 3) da análise de produções discursivas negociadas, efeitos de certas práticas, demandas, expectativas e perspectivas a partir de aproximações com o cotidiano e os atores que integram a rede.

**Período de participação do sujeito:** entre 1 e 2 horas, por entrevista.

**Riscos diretos para o/a participante:** Informamos que a participação neste estudo apresenta risco do ponto de vista da integridade social e emocional dos participantes. Porém, se por ventura, nas entrevistas algum constrangimento ou desconforto moral/emocional ocorrer ou for pelo participante revelado, o(a) Sr(a) receberá orientação para buscar serviço adequado a sua necessidade.

**Benefícios diretos e indiretos decorrentes da participação na pesquisa:** Enquanto benefício direto, o(a) Sr(a) poderá ter acesso à transcrição da entrevista fornecida, possibilitando o registro de memória de seu trabalho e do seu grupo, permitindo, inclusive, revisão e ajustes de suas estratégias de atuação política. Como benefício indireto, as informações fornecidas pelo(a) Sr(a) serão muito úteis para a produção de conhecimento na área da saúde, gerando debates e publicações que podem contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos/as voluntários/as, a não ser entre os/as responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados em computador pessoal do pesquisador/a, sob sua responsabilidade no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

---

(assinatura do pesquisador)

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **Atenção psicossocial no contexto das estratégias governamentais para enfrentamento à violência baseada em orientação sexual e/ou identidade de gênero**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data \_\_\_\_\_

|                                    |
|------------------------------------|
| Impressão<br>digital<br>(opcional) |
|------------------------------------|

Assinatura do/a participante: \_\_\_\_\_

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar.** (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:  
Assinatura:

Nome:  
Assinatura:

## APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM GESTORES/AS

### Introdução

1. Que instituição/serviço você representa?
2. Que experiência de gestão você teve anteriormente?
3. Fez alguma formação específica para trabalho como gestor/a em saúde? Qual?
4. Fez alguma formação específica para o trabalho com LGBT? Qual?
5. Há quanto tempo coordena/gerencia este serviço/ política pública?
6. Como você chegou aqui?
7. Qual sua participação no processo de formulação/construção de políticas públicas voltadas para a população LGBT?

### Sobre os serviços em geral para LGBT

8. Que serviços você considera fundamentais para a população LGBT?
9. Que profissionais você considera fundamentais para atender às necessidades da população LGBT?
10. Que indicadores seriam úteis para avaliar o desempenho de um serviço de atenção à população LGBT?
11. Como você avalia as atuais políticas públicas voltadas para o enfrentamento a LGBTfobia no Estado de Pernambuco?

### Atenção psicológica

12. Como você vê a participação da psicologia no processo de elaboração ou formulação das atuais políticas públicas voltadas para o enfrentamento a LGBTfobia? Em que a psicologia contribuiu? Em que ela pode ter produzido dificuldades?
13. Como você vê a participação da psicologia no processo de implementação ou realização desta política? Em que a psicologia contribuiu? Em que ela pode ter produzido dificuldades?
14. Em relação a este serviço em particular, em que a psicologia pode contribuir? Em que ela pode produzir dificuldades?
15. Em que a psicologia deveria investir para dar melhores respostas às demandas da população LGBT?
16. Se você fosse um/a psicólogo/a, o que você faria para contribuir para o atendimento a pessoas LGBT em situação de violência?

### Sobre seu serviço/política específico

17. Quais os objetivos do serviço/ política pública que você é responsável?
18. Como esse setor foi instituído/a?
19. Que documentos orientam esta política?
20. Que estratégias, vocês têm utilizado para atingir seus objetivos?
21. O que você acha que te ajudaria na sua função de gestora?
22. Há LGBT na equipe? O que você acha disso?

### Para terminar...

1. Qual a sua idade?
2. Como você se define, em relação a sua orientação sexual?
3. Como você se define, em relação a sua identidade de gênero?
4. Como você se define em relação à sua cor ou raça?
  - ( ) Branco
  - ( ) Preto
  - ( ) Pardo
  - ( ) Indígena
  - ( ) Asiático
  - ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_
5. Você reside com quantas pessoas?
6. Qual sua renda mensal familiar aproximadamente?
7. Você estudou até que série?
8. Você possui alguma religião. Se sim, qual?
9. Com que regularidade você costuma frequentar missas, cultos ou sessões?
10. Qual seu nome (ou nome social)?
11. Como, em nossa pesquisa, não identificaremos as pessoas pelos seus nomes, por favor, me diz um nome com o qual você gostaria ser identificado/a na pesquisa?

**ANEXO A – LINKS DE ACESSO AOS DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS**

N=01 Anais da III Conferência Municipal LGBT do Recife:  
[http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/anais\\_a4\\_iii\\_conferencia\\_lgbt\\_1.pdf](http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/anais_a4_iii_conferencia_lgbt_1.pdf)

N=02 Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT – Relatório 2017  
[http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/relatorio\\_de\\_atividades\\_do\\_cmrc\\_lgbt\\_do\\_recife\\_2017.pdf](http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/relatorio_de_atividades_do_cmrc_lgbt_do_recife_2017.pdf)

N=03 Decreto Nº 26.029, de 29 de agosto de 2011  
[http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/decreto\\_no\\_26.029\\_de\\_29\\_de\\_agosto\\_de\\_2011.pdf](http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/decreto_no_26.029_de_29_de_agosto_de_2011.pdf)

N=04 Folder Informativo Coordenação de Saúde Integral Da População LGBT  
[http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/folder\\_print.pdf](http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/folder_print.pdf)

N=05 Guia de Cidadania LGBT – GLOS  
[http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/guia\\_cidadania\\_lgbt\\_final.pdf](http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/guia_cidadania_lgbt_final.pdf)

N=06 1ª Conferência Municipal da Livre Orientação Sexual do Recife  
[http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/resolucoes\\_da\\_i\\_conferencia\\_municipal\\_da\\_livre\\_orientacao\\_sexual.pdf](http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/resolucoes_da_i_conferencia_municipal_da_livre_orientacao_sexual.pdf)

N=07 II Conferência Municipal LGBT do Recife: Caderno De Propostas  
[http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/cardeno\\_de\\_propostas\\_da\\_ii\\_conferencia\\_municipal\\_lgbt\\_do\\_recife.pdf](http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/cardeno_de_propostas_da_ii_conferencia_municipal_lgbt_do_recife.pdf)

N=08 Instrução Normativa SEE Nº 02/2016  
[http://200.238.105.211/cadernos/2016/20161117/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo\(20161117\).pdf](http://200.238.105.211/cadernos/2016/20161117/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo(20161117).pdf)

N=09 Lei Nº 16.730/2001  
[http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/lei\\_no\\_16.7302001.pdf](http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/lei_no_16.7302001.pdf)

N=10 Lei Nº 16.780/2002  
[http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/lei\\_no\\_16.7802002.pdf](http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/lei_no_16.7802002.pdf)

N=11 Lei Nº 17.025/04  
[http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/lei\\_no\\_17.0252004.pdf](http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/lei_no_17.0252004.pdf)

N=12 Plano Estadual de Promoção dos Direitos Da População LGBT de Pernambuco  
<http://www.sjdh.pe.gov.br/scjpe/sites/default/files/files/plano%20estadual2VERS%C3%83O%2015b.pdf>

N=13 Política Estadual de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais  
[http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/portaria\\_no\\_060\\_politica\\_estadual\\_de\\_saude\\_integral\\_lgbt.pdf](http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/portaria_no_060_politica_estadual_de_saude_integral_lgbt.pdf)

N=14 Relatório anual do Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT do Recife 2016  
[http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/relatorio\\_de\\_atendimento\\_2016\\_cmrc-lgbt.pdf](http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/relatorio_de_atendimento_2016_cmrc-lgbt.pdf)

N=15 Relatório Anual do Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT do Recife 2015  
[http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/relatorio\\_de\\_atendimento\\_em\\_2015\\_do\\_cmrc-lgbt.pdf](http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/relatorio_de_atendimento_em_2015_do_cmrc-lgbt.pdf)

N=16 Relatório de Atividades 2013 – GLOS  
[http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/relatorio\\_de\\_atividades\\_da\\_glos\\_2013.pdf](http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/relatorio_de_atividades_da_glos_2013.pdf)

N=17 Relatório de Atividades GLOS 2017  
[http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/relatorio\\_de\\_atividades\\_glos\\_2017.pdf](http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/relatorio_de_atividades_glos_2017.pdf)